

Celso Niskier

Educação em *transformação*

PREFÁCIO DE DÉBORA GUERRA



ABMES
EDITORA

Celso Niskier

Educação em

transformação

PREFÁCIO DE DÉBORA GUERRA



ABMES
EDITORA



ABMES®

Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior

SHN Quadra 01, Bloco F, Entrada A, Conjunto A, 9º andar

Edifício Vision Work & Live, Asa Norte – Brasília/DF

CEP: 70.701-060 - Telefone: (61) 3322-3252

www.abmes.org.br | editora@abmes.org.br

Presidência

Diretor Presidente

Celso Niskier

Vice-Presidentes

Débora Brettas Andrade Guerra

Daniel Faccini Castanho

José Janguê Bezerra Diniz

Colegiado da Presidência

Carlos Joel Pereira

Claudia Meucci Andreatini

Eduardo Parente Menezes

Eduardo Storopoli

José Vicente

Marcelo Antonio Fuster Soler

Paulo Muniz Lopes

Renato Padovese

Saumíneo da Silva Nascimento

Tales de Sá Cavalcante

Wilson de Matos Silva

Suplentes

Carmen Regina Murara

Edson Machado de Sousa Filho

Flavio Cunha de Carvalho

João Rodrigues Sampaio Neto

Leopoldina de Souza Marques

Conselho Fiscal

Getúlio Moreira Lopes

Géza Németh

Maria Antonieta Alves Chiappetta

Maria Eliza de Aguiar e Silva

Tereza Cristina Rodrigues da Cunha

Suplentes

Eduardo Augusto de Andrade Ramos

Bruno Eizerik

Diretoria Executiva

Diretor-Geral

José Wilson dos Santos

Vice-Diretor-Geral

Thiago Rodrigues Pêgas

Diretor Administrativo

Paulo Antônio de Azevedo Lima

Diretor Técnico

José Lima de Carvalho Rocha

Diretor Executivo

Andrei Candiota

Conselho de Administração

Presidente

José Janguê Bezerra Diniz

Membros Natos

Édson Pinheiro de Souza Franco

Membros Titulares

Antonio Carbonari Netto

Antonio Colaço Martins

Eduardo Soares de Oliveira

Hiran Costa Rabelo

Jânyo Janguê Bezerra Diniz

Paulo Cesar Chanan Silva

Suplentes

Arthur Sperandéo de Macedo

Átila Melo Lira

Rosa Maria D'Amato De Déa

Therezinha Cunha

Gilberto Gonçalves Garcia

Iara de Moraes Xavier

Coordenação de Comunicação

Camila Griguc

Organização e Pesquisa de Texto

Ana Flávia Flôres

Projeto Gráfico

ABMES

Capa e diagramação

Felipe Pierre

N724 Educação em transformação: coletânea de artigos /
Celso Niskier. – Brasília : ABMES Editora, 2025.

332 p. ; 23,8 cm

ISBN 978-65-993391-3-4

1. Ensino superior. 2. Artigos. I. ABMES. II. Título:
Educação em transformação. III. Niskier, Celso. IV.
ABMES Editora.

CDU 378.81(045)

Prefácio

Débora Guerra

A educação está em constante transformação. Novos desafios, novas tecnologias e novas formas de aprender e ensinar surgem a cada dia, exigindo de nós uma postura aberta, crítica e inovadora. Se antes a escola era o principal espaço de transmissão do conhecimento, hoje ela precisa ser muito mais do que isso: um ambiente de descoberta, colaboração e preparação para um mundo em constante mudança. Mais do que a transmissão de conhecimentos, a educação é um processo vivo, que desperta a curiosidade, fortalece o pensamento crítico e amplia horizontes. É a chave para a transformação de indivíduos e sociedades.

Nós vivemos em tempos de mudanças rápidas, impulsionadas pelo avanço tecnológico, pela inteligência artificial, pelas novas dinâmicas sociais e pelas demandas de um mundo cada vez mais globalizado. Nesse cenário, educadores, gestores e representantes do ensino superior precisam estar preparados para reinventar práticas e repensar paradigmas. A aprendizagem não pode mais ser vista como um processo linear e estático, mas como um caminho contínuo, adaptável e voltado para a construção de conhecimento colaborativo. E a necessidade de repensar a educação nos coloca uma urgência. Não basta apenas atualizar conteúdos ou modernizar métodos; é preciso questionar os fundamentos, entender as reais necessidades dos alunos e construir experiências de aprendizagem. A educação do futuro não pode se limitar a repetir modelos do passado.

As reflexões, pesquisas e práticas que apontam caminhos para

uma educação mais dinâmica, inclusiva e alinhada aos desafios contemporâneos, faz com que debates aconteçam e inspirem ações concretas. Para isto, precisamos de pensadores, de estudiosos e de líderes que tenham como objetivo planejar, organizar e criar estratégias, discutindo e agindo sobre o nosso real papel nessa transformação, comprometidos com o futuro da educação brasileira.

Neste livro, com muito brilhantismo o Prof. Celso Niskier, um grande educador e empreendedor da educação, nos embarca em uma jornada, de artigos publicados da sua autoria, com muita competência e sabedoria, para compreender não apenas os métodos e teorias educacionais, mas também os desafios e as oportunidades que surgem na construção de um ensino significativo, inovador e acessível para todos. Nos inspira e nos provoca a sermos protagonistas deste processo, principalmente na importância e relevância da educação superior para o desenvolvimento do nosso país.

Ao longo destas páginas, encontramos análises, experiências e propostas que transbordam a visão da educação, nos convidando a repensar completamente a nossa liderança, não só como gestores educacionais, mas também como representantes do setor educacional particular frente ao governo federal. São uma fonte de pesquisa e insights valiosos que contribuirão para a nossa evolução, com a ressignificação e a transformação do nosso trabalho educacional.

Dito tudo isto, de falar um pouco sobre o que acredito sobre a Educação em Transformação e de dizer algumas palavras sobre o que veremos aqui neste livro, que com certeza, serão páginas muito enriquecedoras para todos os leitores, preciso falar sobre Celso Niskier, que além de ser uma grande liderança e referência na educação do Brasil, Presidente por dois mandatos da principal associação dos mantenedores do ensino superior particular, a ABMES,

Conselheiro do Conselho Nacional de Educação, é meu amigo. Com uma trajetória marcada pelo compromisso com a inovação, a inclusão e a qualidade do ensino, Celso tem sido uma voz ativa na defesa de uma educação mais forte e transformadora, capaz de preparar cidadãos, gestores e empreendedores educacionais para os desafios do presente e do futuro. Por meio de suas idéias, iniciativas e contribuições, ele sempre nos mostra como educadores unidos por um propósito maior, são capazes por meio de uma construção coletiva, com visão estratégica, coragem para inovar e, acima de tudo, movidos por uma grande paixão e idealização da educação, realizar e modificar completamente a significância da educação privada brasileira.

O impacto da sua atuação no ensino superior, na pesquisa, na contribuição de sermos defensores e articuladores da formulação e reformulação de políticas educacionais, nos coloca como pilares de novos horizontes e reafirma o nosso compromisso com uma educação mais justa, acessível, inovadora e transformadora.



Este livro é o compilado de suas provocações sobre o que significa liderar no século XXI. São as provocações da educação em transformação, ou ainda da transformação pela educação.

O que mais tenho a dizer amigos leitores?

Obrigada, Celso! Aproveitem este livro. Desejo ótimo aprendizado!

Débora Guerra

Apresentação

Caro(a) leitor(a),

Nos dois últimos anos, incontáveis mudanças, transformações e desafios foram impostos a este cada vez mais disruptivo século 21. Certezas caíram por terra enquanto novos cenários surgiram como que por passe de mágica. Quantos processos precisaram ser repensados? Quantos paradigmas foram substituídos para incorporar conceitos mais conectados com uma realidade que a cada dia se faz nova?

Nesse planeta em ebulição (não só pelo aquecimento global, mas também por ele), tudo tem se transformado em velocidades impensáveis há até pouco tempo. Tempo, aliás, tem sido um conceito cada vez mais relativo, embora 60 segundos continuem sendo 1 minuto. O que tem mudado significativamente é a capacidade de produção e de reflexão humana nesse corte temporal. Nunca produzimos (e aprendemos) tanto.

Há dois anos, quando publicamos o livro [Educação Mais Forte](#), vivíamos em uma sociedade ainda profundamente impactada com os desdobramentos da pandemia de covid-19, sobretudo com a aceleração das previsões e o estabelecimento de novos marcos e padrões. Ali sentíamos que o século 21 havia, enfim, se apresentado com todas as suas credenciais, e caberia a nós encontrarmos novos caminhos e soluções para seguirmos com a jornada.

Contudo, a realidade nos mostrou que ainda havia muita novidade pela frente. Na esfera educacional, essa percepção foi potenciali-

zada por constatações como a de que o uso da inteligência artificial (IA) no processo de aprendizagem não era uma aposta para o futuro, mas uma demanda do presente. Assim como a educação verde e empreendedora. Assim como a urgência de conter o fracasso e a evasão escolar. Assim como a necessidade cada vez mais premente de formar cidadãos e trabalhadores preparados para o agora e para o que há de vir.

O que se segue nas próximas páginas é um pouco de tudo isso, e muito mais. Sem ter a pretensão de relatar em detalhes o que foram esses últimos anos para a educação superior brasileira, digo sem medo de errar que muito do que vivemos, sentimos e construímos está sintetizado ao longo dos 100 artigos aqui publicados.

Redigidos originalmente para o [ABMES Blog](#), cada texto traz um pouco do clima, da emoção, das conquistas e dos desafios vivenciados entre abril de 2023 e março de 2025. Semanalmente, utilizamos aquele espaço privilegiado para dialogar com os principais atores da educação superior brasileira, em especial com os representantes do setor privado, que têm na Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior sua principal defensora e interlocutora com os responsáveis pela política educacional do país.

De forma coletiva, os textos apresentam um panorama do que foram os últimos anos em relação a cinco eixos estratégicos para o setor: currículos e metodologias; gestão educacional; inovação e tecnologia; políticas públicas; e representação setorial. Cada capítulo contempla um desses eixos e apresenta os artigos em ordem cronológica para que o leitor possa compreender como cada questão foi evoluindo – bem como nosso entendimento sobre ela – ao longo do tempo.

Assim, no capítulo 1 (Currículos e metodologias educacionais) são discutidos assuntos como caminhos para uma educação em-

preenedora; a transformação da educação pela tecnologia; lacunas da formação brasileira, como criatividade e educação financeira; a importância estratégica das universidades especializadas; e o reconhecimento da importância ao mesmo tempo em que se debate o aprimoramento da educação a distância.

No capítulo 2 (Gestão educacional), estão questões como a contribuição do aprendizado da máquina (machine learning) para a redução da inadimplência no ensino superior privado; a apresentação da SofIA, assistente virtual desenvolvida pela ABMES para atender com exclusividade às IES particulares; constatações sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade); e o papel estratégico das instituições particulares na internacionalização do ensino superior brasileiro.

No capítulo 3 (Políticas públicas) o leitor vai encontrar um pouco do que foram as principais medidas adotadas pelos gestores públicos, os posicionamentos e respostas da ABMES às ações e também as demandas do setor, além de análises sobre dados e estatísticas oficiais sobre a realidade educacional brasileira. Nessa linha, os textos abordam aspectos como a necessidade de oferta de políticas públicas adequadas para os diferentes públicos que almejam uma graduação; conquistas relevantes, como o estabelecimento de um teto justo para o FG-Fies e a aprovação de uma Reforma Tributária favorável ao setor; e programas governamentais anunciados com o objetivo de reter os estudantes do ensino médio e de valorizar a carreira docente.

Já o capítulo 4 (Representação setorial) conta um pouco das principais ações realizadas pela ABMES e pelo Brasil Educação nos últimos dois anos, como os convites para participar de espaços estratégicos de decisão da política governamental, como o Conselho; resultados de pesquisas desenvolvidas pela Associação;

a expectativa e os resultados das duas delegações internacionais realizadas no período e que tiveram o Canadá e o Reino Unido como destinos, entre muitos outros assuntos relativos a projetos e parcerias estabelecidas.

Por fim, o capítulo 5 (Inovação e tecnologia) fala sobre a IA como aliada para reverter o atraso educacional que ainda preocupa o Brasil; sobre como os docentes podem usar as ferramentas tecnológicas para aprimorar o processo de ensino e aprendizagem; como a inteligência artificial está redirecionando a educação superior; e como as habilidades humanas vão se tornar cada vez mais relevantes em um mundo dominado pela tecnologia.

Quero aproveitar este espaço para agradecer a confiança e a parceria daqueles sem os quais boa parte do que está relatado nos artigos não teria sido possível. Meu muito obrigado aos vice-presidentes da ABMES, Janguê Diniz, Daniel Castanho e Débora Guerra, a quem também agradeço por ter aceitado o convite para redigir o prefácio deste livro. Agradeço aos membros da diretoria da Associação e a cada colaborador da equipe, a quem cumprimento nas pessoas dos diretores Andrei Candiota e Bruno Coimbra e da gerente de operações, Sabrina Moraes. Ao ler e refletir sobre cada um dos textos, uma certeza ficará evidenciada: a educação está em profunda transformação! Assim como o planeta e todas as outras esferas da vida humana, a educação não está estagnada. Quem ainda não percebeu a revolução que está em curso, ou segue agarrado à ideia de que as mudanças chegarão no futuro, ainda que breve, está fadado ao fracasso.

Não há tempo para atrasos. As transformações estão em curso (e aceleradas). Cabe a cada um de nós saber aproveitar as oportunidades que estão apresentadas.

Boa leitura!

Sumário

Currículos e metodologias educacionais

Educação transformada pela tecnologia: a revolução que o Brasil precisa	18
Uma rede global pelo empreendedorismo	22
Na trilha da educação empreendedora	25
A quem interessa discriminar a educação à distância?.....	28
Universidade especializada: um passo importante para a educação superior brasileira	31
Educação conectada	34
EAD: reputação e a qualidade	37
Educação empreendedora e inclusão socioeconômica de jovens	40
Educação superior e mercado de trabalho: uma aliança cada vez mais necessária	43
Alerta vermelho: estamos falhando no ensino da criatividade	47
Educação financeira: outra lacuna nas escolas brasileiras	50
Educação mais inteligente: um livro, uma esperança	53
Educação em transformação.....	56
Educação verde e empreendedora: desafios e oportunidades.....	60

Gestão Educacional

Machine learning e a inadimplência no ensino superior privado	65
Conheça SofIA, a assistente virtual das IES particulares	68
Desvendando o Enade	71
O papel estratégico das instituições particulares na internacionalização do ensino superior brasileiro.....	74
Modelos ágeis de gestão no contexto das IES.....	77

Políticas públicas

Para os iguais, direitos iguais	81
Brasil e o desafio de um financiamento estudantil justo	84
Enfim, uma reforma tributária para a educação	87
ProUni e a boa safra para a educação superior.....	90
Conquista do setor: um teto justo para o FG-Fies	92
OCDE e mais um doloroso “resumo da educação” brasileira	95
Reflexões sobre o censo, consensos e dissensos	98
Fies: duas conquistas para celebrar.....	101
Luz no horizonte da evasão escolar	104
Enem e a democratização do acesso à educação superior	107
Desafios da nova secretária de Regulação e Supervisão do MEC.....	110

Fies Social: o primeiro passo de uma longa jornada.....	113
Uma nova presidente para uma nova Capes	116
Bons ventos no horizonte da juventude brasileira	119
A hora da educação profissional e tecnológica.....	122
MEC e o novo marco regulatório para a educação a distância .	125
2024: o ano do PNE que temos e do que teremos	128
Desafios e caminhos para a educação brasileira	131
Mais brasileiros na graduação: Censo 2023 mostra avanços no último ano.....	134
Sem trabalho e sem estudo: o que fazer com os nossos nem-nem?.....	137
2025 além da perfeição matemática.....	140
Fies: novo ano, esperança renovada	143
ProUni: 20 anos transformando vidas	146
Reforma tributária é marco histórico para a educação brasileira	149
Mais Professores: avanços e desafios.....	153
2025 e as prioridades governamentais para a educação superior.....	156
Mais acesso, menos desigualdade: a educação superior no Brasil.....	159

Representação Setorial

XV CBESP debaterá o futuro da liderança na educação superior	159
ABMES participa de encontro internacional sobre universidade e sociedade	163
Uma rede de redes	166
O maior CBESP da história	169
Cem vezes educação	172
Édson com E de Educador	175
Mergulhe na educação canadense com a ABMES.....	177
ABMES 41 anos: uma história de sucesso.....	180
Uma imprensa para celebrar.....	183
Cresce a empregabilidade dos recém-formados na educação superior	186
Um prêmio, uma homenagem.....	189
5ª Delegação ABMES Internacional decola rumo ao Canadá.....	192
Por uma educação superior mais sustentável e valorizada	195
Canada Experience: 10 dias, inúmeros resultados.....	198
Avaliação do Enade e a valorização da educação superior.....	201
Mais um (triste) retrato da desigualdade brasileira.....	204
Fórum: 15 anos de história e uma nova trajetória pela frente.....	207
Mais um ano de muito trabalho e união pela educação brasileira	213

2024: 366 oportunidades para a educação brasileira.....	213
Da Conae ao PNE: a atuação da ABMES.....	217
ABMES Cursos: qualificação a serviço da educação superior.....	220
A perda de um grande mentor.....	223
Na tragédia do RS, a educação também é vítima.....	226
Novos modelos de avaliação da educação superior.....	228
Da alfabetização à educação superior: saltos que o Brasil precisa dar.....	234
XVI CBESP: um marco para a educação do século 21.....	237
Brasil Educação e o caminho para um país mais desenvolvido.....	240
Mais acesso à educação superior: uma defesa consciente.....	243
Um novo horizonte para a educação profissional e tecnológica.....	246
ABMES: 42 anos de atuação em prol da educação superior brasileira.....	249
Uma indicação, um legado.....	254
IASE 2024: educação superior segue transformando vidas.....	257
ABMES e a construção de uma nova EAD.....	260
UK Experience: na terra do rei, a educação é a nossa rainha.....	263
Do Reino Unido para o Brasil: lições aprendidas e parcerias estabelecidas.....	266
Educação Mais Forte e Joel Jota: uma parceria que impacta vidas.....	269
Regulamentação da EAD: a busca do equilíbrio entre crescimento e qualidade.....	272

Um viva ao Brasil Educação!.....	276
Agenda Trienal 2025-2027: o caminho do Brasil Educação para os próximos anos.....	280
Como posso ficar triste se em 2024 a ABMES brilhou?.....	284
ProBásico: o financiamento para atenuar os gargalos da educação básica.....	287
IASE 2025: radiografia da empregabilidade dos egressos	290
Exame de proficiência não é solução.....	293

Inovação e tecnologia

Ações e lições da Terra do Rei.....	298
IA: a exterminadora do atraso na educação	301
Tecnologia na educação: uma ferramenta para quem?.....	304
Bett UK 2024: IA na educação é realidade, não possibilidade.....	307
A inteligência artificial como aliada da educação	310
Inovação e tecnologia na educação: o futuro está no presente.....	313
IA na educação: positivo e operante.....	316
O desafio da IA na educação	319
Como a inteligência artificial está redirecionando a educação superior	323
Habilidades humanas: o novo ouro do século 21	323
EAD e IA: caminhos para uma educação superior inovadora	328

Currículos e metodologias educacionais

Educação transformada pela tecnologia: a revolução que o Brasil precisa

A transformação digital chegou para impactar praticamente todos os setores da sociedade, inclusive o educacional, onde tem potencial para provocar uma revolução. As novas tecnologias, que há alguns anos já se mostravam fundamentais para a transição do processo de ensino e aprendizagem para o século 21, ganharam ainda mais força após os dois anos de pandemia.

O fechamento das escolas e a migração das atividades para o formato remoto mostrou um quadro de defasagem digital muito mais profundo do que havíamos mapeado até então. Embora já existisse um debate consolidado sobre a necessidade de aprimorar as metodologias para tornar o processo educacional mais atrativo para os estudantes e mais conectado com as demandas deste tempo disruptivo, tendo a tecnologia como grande aliada, o isolamento social descortinou um cenário praticamente analógico no âmbito das instituições educacionais e do corpo docente.

Na urgência da pandemia, muitos foram os investimentos em tecnologia feitos pelas instituições educacionais.

Contudo, seguimos distantes de explorar todo o potencial que a transformação digital já possibilita para a área educacional.

Contudo, seguimos distantes de explorar todo o potencial que a transformação digital já possibilita para a área educacional.

Há, porém, um grande diferencial em relação há três anos: o debate saiu de uma esfera restrita à academia e especialistas e ganhou projeção entre a

população, que descobriu novas possibilidades e seus benefícios.

Assim, outro desdobramento positivo foi a maior aceitação dos estudantes à educação mediada pela tecnologia, cenário que favorece a adoção de novas metodologias educacionais, como a dos quadrantes híbridos. Desenvolvida pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), a proposta consiste em um modelo mais alinhado às soluções tecnológicas que já se mostraram capazes de mediar o processo de ensino-aprendizagem.

A metodologia considera dois eixos: espaço (presencial ou virtual) e tempo (síncrono ou assíncrono). Ambos resultam em quatro quadrantes de possibilidades didático-pedagógicas: atividades presenciais e síncronas (PS), atividades virtuais e síncronas (VS), atividades presenciais e assíncronas (PA) e atividades virtuais e assíncronas (VA). Por um simples processo combinatório, os quadrantes abrem um mundo de possibilidades para instituições de educação superior, docentes e discentes.

Contudo, para além do uso da tecnologia como mediadora do processo de ensino e aprendizagem, outro aspecto da transformação digital que tem movimentado universidades, centros universitários

e faculdades de todo o país consiste nas ferramentas dotadas de inteligência artificial que se encontram à disposição dos estudantes, a exemplo do ChatGPT.

Desde o início deste ano, quando o chatbot ganhou ampla projeção nos veículos de imprensa e se tornou conhecido pela população em geral, a comunidade acadêmica tem empenhado esforços no sentido de debater alternativas para mitigar o uso da novidade, pelos estudantes, na elaboração de trabalhos e provas. Ao mesmo tempo, bloquear ou ignorar a existência de uma ferramenta como essa não parece ser a melhor estratégia quando o que se busca é uma maior integração entre as novas tecnologias e a educação, bem como a educação digital.

Nesse sentido, temos caminhado rumo à adaptação para esse novo desafio. E, embora essa ainda seja uma questão com mais dúvidas do que certezas, é quase unânime a necessidade de reinvenção dos docentes para que explorem aspectos como o pensamento crítico dos estudantes e a resolução de problemas, renunciando a uma avaliação puramente conteudista.

Em suma, a transformação digital nos coloca diante da necessidade de construção de um novo modelo educacional em todas as suas dimensões. E isso é maravilhoso porque acreditamos ser esse o caminho que nos conduzirá a uma formação profissional e cidadã mais conectada com as demandas destes tempos, além de tornar o processo de ensino e aprendizagem mais atraente para as novas gerações.

Para chegar lá, contudo, não basta boa vontade e investimento das instituições educacionais e docentes. Há um passo anterior que precisa ser dado: as normas que regem a educação brasileira seguem amarradas a conceitos e práticas limitantes do século 19. A superação desse quadro é essencial para que escolas e ins-

tituições acadêmicas façam a transposição para uma educação integrada às novas tecnologias, usufruindo de tudo o que a transformação digital tem para oferecer.

Escolas e universidades anseiam por essa nova regulação. Estudantes e sociedade almejam uma educação mais alinhada com a realidade desses tempos disruptivos. O Brasil precisa de cidadãos mais bem preparados para atuar em mercados cada vez mais competitivos e inovadores. E a utilização das novas tecnologias no processo de ensino e aprendizagem é o fio condutor que une todos esses desejos e necessidades.

Se não quisermos ter um século perdido, comprometendo de forma substancial qualquer possibilidade de desenvolvimento socioeconômico, esse deve ser o Norte das políticas públicas educacionais. E com urgência, pois não temos mais todo o tempo do mundo.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 17 de abril de 2023.
[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Uma rede global pelo empreendedorismo

Agora é oficial! A MetaRed X Brasil chegou para transformar as ações empreendedoras das instituições de educação superior (IES) brasileiras. Lançada na última terça-feira, 18 de abril, durante seminário promovido pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), a MetaRed X Brasil consiste em uma rede colaborativa, promovida pelo Universia e o Santander Universidades, que reúne instituições de outros sete países da América Latina e Europa que atuam em prol do fortalecimento do empreendedorismo.

Durante o lançamento da rede brasileira, a coordenadora global de empreendedorismo da MetaRed X, Esperanza Lisón, destacou a gratuidade para as IES que desejarem participar da iniciativa e detalhou a forma como se dá a colaboração com outras redes e organizações internacionais, como a Unesco, a Secretaria Geral Ibero-Americana e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Além do Brasil, existem redes estabelecidas nos seguintes países: Espanha, Portugal, México, Argentina, Colômbia, Chile e Peru.

Por aqui, a iniciativa vai focar sua atuação no compartilhamento de boas práticas e casos de sucesso; na capacitação e no desenvolvimento de recursos humanos alinhados com a visão empreen-

dedora; na colaboração internacional com as demais unidades do projeto, incluindo a participação e a elaboração de estudos. Para isso, foram criados, inicialmente, quatro grupos de trabalho compostos por representantes de IES de várias regiões do país: Direção de Unidade de Empreendedorismo; Capacitação e Formação; Ecossistemas de Empreendedorismo; e Indicadores de Empreendedorismo Universitário.

Podem participar da MetaRed X Brasil instituições de educação superior públicas e privadas, associadas ou não à ABMES, que tiverem interesse em promover o empreendedorismo no contexto universitário. Para isso, o primeiro passo é preencher o formulário disponível [neste link](#). Vale reforçar que não há cobrança de qualquer quota ou taxa de filiação.

Para as instituições que já estão mais avançadas no agenda empreendedora, estão abertas as inscrições para o I [Prêmio Internacional Empreende MetaRed X](#), criado com o objetivo de promover a transferência de conhecimento através da divulgação de iniciativas empreendedoras e de reconhecer a importância das pessoas envolvidas. As inscrições vão até o dia 15 de maio.

O lançamento oficial da MetaRed X Brasil é a consolidação de um sonho que vinha sendo construído desde o ano passado, quando estreitamos o diálogo com a gestão global e passamos a desenvolver o que seria a versão brasileira da iniciativa. O apoio da ABMES e do Instituto Êxito de Empreendedorismo – que foi quem primeiro abrigou a ideia – foram fundamentais para que chegássemos à concretização deste momento, no qual estamos com uma rede nacional operando.

Para mim, será uma grande honra presidir a MetaRedX Brasil juntamente com o Max Damas – pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento do Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA), que

assumiu a função de secretário executivo. Aproveito para agradecer aos valorosos Anderson Daniel Vieira (UniCarioca); Graciele Cardoso Dutra (ABMES); Iara de Xavier (Universidade Corporativa ABMES e Edux21); Paulo Chanan (Ser Educacional); Vidal Martins (PUC-PR); e Wilson Rodrigues (FAC-SP) por terem aceitado iniciar essa jornada conosco coordenando os grupos de trabalho. E, de forma especial, agradeço ao Janguê Diniz, presidente do Instituto Êxito, por ter abraçado essa causa tão relevante.

Faz algum tempo que temos insistido na relevância do empreendedorismo enquanto componente fundamental para uma educação transformadora.

Faz algum tempo que temos insistido na relevância do empreendedorismo enquanto componente fundamental para uma educação transformadora.

Agora, temos a oportunidade de potencializar a nossa voz e de compartilhar conhecimento e experiências com outras nações. Os desafios são inúmeros, assim como as expectativas. Mas o resul-

tado disso tudo só pode ser muito positivo. Então, que comecemos os trabalhos e que venham os resultados!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 17 de abril de 2023.
[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Na trilha da educação empreendedora

Nas últimas semanas, pautados pelos eventos recentes da MetaRed X na Espanha, temos falado bastante aqui sobre empreendedorismo no ambiente universitário. Mas essa não é uma pauta nova na ABMES. Faz algum tempo que temos trabalhado para fazer das instituições de educação superior espaços de estímulo e até mesmo de gestação do empreendedorismo.

No meio desse processo, com frequência nos questionamos sobre qual seria a percepção dos estudantes em relação a esse ponto. Estariam eles interessados nessa proposta? Eles concordam que o ambiente acadêmico é um locus privilegiado para desenvolvimento das habilidades empreendedoras? Os graduandos que frequentam nossas instituições vislumbram o empreendedorismo para suas vidas? Como seguir com as dúvidas não era uma opção, fomos atrás das respostas. E as encontramos!

O jovem universitário brasileiro quer empreender e tem perfil empreendedor.

O jovem universitário brasileiro quer empreender e tem perfil empreendedor. Essa é uma das principais conclusões da pesquisa realizada pela ABMES em parceria com a Educa Insights com o objetivo de conhecer as

características empreendedoras dos estudantes e como eles avaliam o papel das instituições de educação superior nessa jornada.

Ao serem apresentados a três afirmativas elaboradas a partir de características empreendedoras (1 - Sou uma pessoa disciplinada e focada a atingir meus objetivos; 2 - Penso no futuro, mesmo que tenha que aproveitar menos os dias de hoje; 3 - Sempre acho que posso fazer melhor), 76% dos estudantes entrevistados se identificaram com, pelo menos, uma delas. A característica com o maior grau de associação foi a correspondente à afirmativa 1 e 11% dos participantes se identificaram com as três.

A pesquisa foi além e mapeou a proporção do estudante de acordo com 4 personas empreendedoras: Criador/a (empreendedorismo visionário); Agilizado (empreendedorismo mão na massa); Idealista (empreendedorismo por convicção) e Tradicional (empreendedorismo literal). Com 31%, a persona empreendedora mais relevante entre quem cursa graduação no Brasil é a idealista, seguida pela criador/a (28%).

Além de indicar o que move cada indivíduo na jornada empreendedora, as personas também se diferenciam na forma como enxergam a atuação da IES em relação ao empreendedorismo. No geral, 68% dos entrevistados disseram que a instituição não estimula o empreendedorismo. Entre os criadores, esse índice atingiu a marca de 76%, enquanto para os tradicionais ele cai para 59%.

De todo modo, chama a atenção o elevado percentual de estudantes que não percebem – ou realmente não recebem – estímulos ao empreendedorismo (ou às competências empreendedoras). A solução para esse quadro, de acordo com eles, passa por iniciativas como a realização, pelas IES, de eventos, concursos e projetos de empreendedorismo; a adoção de uma cultura mais inovadora; a existência de laboratórios de inovação e a oferta de aulas que

apoiem o tema.

Em síntese, a pesquisa mostra que investir em uma formação empreendedora é caminhar ao encontro dos anseios dos estudantes de graduação do país. Seja para empreender em um negócio ou na vida, os jovens buscam – e precisam – cada vez mais se apropriarem das competências atreladas ao empreendedorismo. É uma demanda do mundo atual, da sociedade em constante ebulição deste século 21. No levantamento, os alunos dão alguns indicativos de por onde nós, instituições educacionais, precisamos caminhar. E aí a mensagem é clara: ou pegamos a trilha correta ou corremos o risco de nos perdermos em um pântano nada amigável.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 22 de maio de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

A quem interessa discriminar a educação à distância?

A qualidade da educação superior está mais uma vez em debate. O foco, no momento, são os cursos à distância. Nada de novo, exceto pela criação de uma falsa polarização entre a modalidade e as graduações presenciais e a visão equivocada de que o EAD é um dos maiores entraves para o alcance da excelência do ensino.

As manifestações contrárias partem de análises superficiais de dados originários de pesquisas e estudos parciais, dentre eles, os resultados recentes do Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes). Sem o devido aprofundamento, autoridades e representantes de instâncias corporativistas direcionam os discursos para um lugar que distorce a realidade e não colaboram para o debate efetivo e eficiente sobre a formação superior de milhões de brasileiros.

Antes de mais nada, é preciso esclarecer que a educação à distância é uma modalidade amplamente utilizada no mundo e com sucesso inquestionável. Tal qual nos países desenvolvidos, como Reino Unido e Espanha, a oferta de graduações à distância no Brasil atende à população que, mesmo distante dos grandes centros, tem a possibilidade de formação e capacitação que a habilita para

a vida e a carreira. Hoje, são mais de 4,3 milhões de estudantes matriculados em cursos à distância em instituições presentes em 3.100 municípios, 60% do total. Na maioria dessas localidades, a modalidade é a única opção de acesso ao ensino superior. Por que os excluir do mundo da educação superior?

Diante da queda no número de alunos presenciais nos últimos anos, é a educação à distância que está permitindo o crescimento do acesso e da democratização do ensino superior no Brasil, colaborando para o atingimento das metas do PNE (Plano Nacional de Educação). Sem essa opção aos estudantes, estaríamos vergonhosamente aquém dos objetivos que foram definidos para 2024.

Com relação à qualidade, dados divulgados pela consultoria Hoper Educação sobre o Enade 2022 indicam que os resultados dos alunos de EAD foram equivalentes àqueles do presencial. Os alunos de EAD acertaram 40,21% das questões de formação específica contra 39,78% do presencial. No critério de formação geral, o presencial ficou em vantagem de 51,35% contra 47,21%. Onde está o gap de qualidade alegado por muitos defensores do atraso?

Considerando a expansão recente, o MEC (Ministério da Educação) deve dar especial atenção ao monitoramento da oferta, bem como elaborar novos meios para supervisionar a qualidade, com critérios específicos que permitam que as IES (Instituições de Ensino Superior) possam inovar e usar os novos recursos digitais, sem deixar de atender aos padrões qualitativos mínimos exigidos por lei.

E não custa reforçar: a ampla maioria dos cursos EAD oferecidos atendem aos requisitos estabelecidos pelo Ministério. No futuro próximo, o ideal seria abolir a dicotomia presencial-EAD, reconhecendo a autonomia para que as instituições educacionais definam o melhor formato de oferta de seus programas pedagógicos,

Melhorar a qualidade sim, proibir não.

Melhorar a qualidade sim, proibir não, usando as novas tecnologias e sempre dentro dos padrões de qualidade estabelecidos. Esse é o momento de convergir e não de divergir.

Discriminar e proibir o EAD, como tem sido a proposta de muitos, sem oferecer a oportunidade de melhoria da qualidade, é a pior das estratégias, com risco da volta da elitização da educação superior no Brasil.

Artigo publicado pelo [Poder 360](#) em 20 de novembro de 2023 e no [ABMES Blog](#) em 27 de novembro de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Universidade especializada: um passo importante para a educação superior brasileira

A A especialização é uma realidade cada vez mais presente nas nossas vidas e organizações. Profissões, serviços e sistemas, por exemplo, estão segmentados a níveis nunca vistos antes. Apesar de estarmos adaptados a essa realidade, a criação de universidades especializadas segue sendo um “quase tabu” no Brasil, especialmente no que se refere ao processo regulatório da educação superior.

Na essência da nossa legislação, universidades consistem em instituições pluridisciplinares caracterizadas pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Contudo, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no seu artigo 52, parágrafo único, prevê a possibilidade de criação de universidades especializadas por campo do saber.

Universidades especializadas são realidade em algumas das nações mais desenvolvidas do globo e, muitas vezes, têm desempenho acima da média, inclusive ocupando as primeiras colocações em rankings internacionais de qualidade. Esse resultado não sur-

preende já que elas estão focadas naquilo que é a razão de existir, ou seja, nasceram para serem referência em uma área específica do conhecimento.

A Universidade Tecnológica de Nanyang, por exemplo, é a maior instituição de pesquisa em Singapura e seu foco é voltado para a área da Engenharia. A NTU tem como missão fomentar líderes e a criatividade empresarial. Como resultado, desde 1985 vem conquistando uma série de prêmios, sendo reconhecida como “uma das melhores instituições de engenharia do mundo” pelo Concílio de Engenharia de Commonwealth.

Outra instituição que se destaca nessa seara, e é bastante conhecida pelos brasileiros, consiste no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), localizado nos Estados Unidos. Como o próprio nome sugere, a universidade tem foco na área de Tecnologia. Segundo o ranking de 2022 da QS (Quacquarelli Symonds), um dos mais conceituados do mundo, há dez anos o MIT é a melhor universidade do mundo.

Já temos no Brasil um conjunto de IES que se encaixam no perfil de universidade especializada, mas não podem ser assim reconhecidas em função de essa tipologia ainda não estar regulamentada, e o credenciamento como universidade seguir atrelado à exigência da oferta mínima de 4 mestrados e 2 doutorados, condição que faz com que a instituição perca a característica de especialização.

De forma prática, posso citar instituições como o IME e o ITA, no campo militar; a FGV e o Insper, no campo de gestão; e a São Camilo e a Unichristus, na área da saúde, que seguem enquadradas como centros universitários ou faculdades, arcando com os ônus inerentes às restrições na autonomia impostas às instituições não-universitárias.

A boa notícia é que, em janeiro deste ano, o Conselho Nacional de Educação (CNE) criou uma comissão especial para discutir a regulamentação do artigo 52 da LDB. O grupo será presidido pelo conselheiro Paulo Fossati e contará com a relatoria do conselheiro Henrique Sartori. Além disso, tive a oportunidade de debater sobre essa questão com a Seres/MEC, que se mostrou aberta ao debate.

A especialização já se mostrou eficiente nas nossas vidas e também vai trazer ganhos significativos para a educação superior brasileira.

A especialização já se mostrou eficiente nas nossas vidas e também vai trazer ganhos significativos para a educação superior brasileira.

Precisamos valorizar instituições que desejem focar na oferta de cursos de qualidade em um campo específico do conhecimento, as-

sim como queremos ter o direito de ir a um neurocirurgião e não a um cirurgião geral para uma intervenção no cérebro ou na coluna.

A criação de uma nova organização acadêmica que contemple esse cenário está na agenda prioritária da ABMES para este ano de 2024. Vamos trabalhar incansavelmente para garantir mais esse avanço. Sigamos rumo à conexão da educação superior brasileira com as melhores práticas globais.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 05 de fevereiro de 2024. [Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Educação conectada

Falar do futuro e das transformações que virão com ele se tornou um exercício recorrente nos dias atuais. Seja em qual esfera da sociedade for, esse tem sido um debate sobre o qual têm se debruçado desde os mais diversos especialistas até pessoas comuns, preocupadas e/ou entusiasmadas com as possibilidades que nos aguardam nos próximos capítulos da nossa existência. Como não poderia ser diferente, no universo da educação essa tem sido uma discussão recorrente - e cada vez mais urgente.

Um ponto que está nas rodas de debate, mas ainda não ganhou a merecida atenção, ao menos aqui no Brasil, diz respeito à atuação dos estudantes no processo de transformação pelo qual a educação precisa passar, em especial o ensino superior, responsável por entregar à sociedade profissionais capacitados para atuarem nas suas áreas, mas, também, cidadãos conscientes e capazes de construir novas bases sociais ao mesmo tempo em que desenvolvem estruturas capazes de romper com paradigmas que não se alinham às demandas e diretrizes contemporâneas.

Na matéria [Jovens impulsionam reinvenção do ensino superior](#), publicada na edição do último dia 14 no jornal Valor Econômico, a jornalista Stela Campos destaca alguns aspectos do que viu e ouviu durante a 14ª edição da conferência Reinventing Higher Education (RHE), realizada entre os dias 7 e 8 de março, nos Estados Unidos, pela University of Miami e pela IE University. O evento reuniu reitores, vice-reitores e especialistas de 40 universidades

e evidenciou o papel dos graduandos na reformulação do ensino superior ofertado mundo afora.

Como sintetiza o presidente da IE, Santiago Iñiguez, “os estudantes se tornaram empreendedores sociais, são ativistas dessas causas e trazem novas iniciativas para as universidades. Da mesma forma, eles estão proativamente moldando seu processo de aprendizado”. Em relação à atuação das instituições diante desse cenário, ele acredita que, “pelo menos, 20% a 30% do que se ensina deve ser repensado todos os anos, assim, ao longo de três anos, tudo vai ter sido revisto”.

Nessa linha, o texto apresenta experiências de universidades que têm se destacado entre as mais inovadoras do planeta, o que me fez refletir sobre o quanto precisamos avançar, especialmente em termos regulatórios, para que o Brasil construa uma educação superior mais conectada tanto com as expectativas dos estudantes que ingressam em uma graduação quanto com as demandas de um mercado de trabalho que vem passando por profundas transformações, inclusive, muitas vezes, priorizando habilidades comportamentais ante aos conhecimentos técnicos.

Ao ler o título deste artigo, provavelmente, você imaginou que estivesse diante de um texto centrado em recursos como inteligência artificial, novas tecnologias educacionais ou, quem sabe, até em conexões estabelecidas por meio da internacionalização. Isso tudo, e muito mais, de fato faz parte das novas configurações que a educação do futuro precisa assumir.

A utilização das novas ferramentas faz parte desse novo cenário e deve ser amplamente considerada inclusive com a evolução para metodologias híbridas de aprendizagem que reúnam o melhor dos universos presencial e tecnológico.

A utilização das novas ferramentas faz parte desse novo cenário e deve ser amplamente considerada inclusive com a evolução para metodologias híbridas de aprendizagem que reúnam o melhor dos universos presencial e tecnológico.

Contudo, a educação do futuro passa, sobretudo, por uma profunda conexão com os estudantes de hoje e com os que virão. Essa é a chave para um processo de formação mais inspirador, efetivo e transformador. Formar pessoas a partir do propósito delas de fazer da Terra um lugar melhor para se viver deve ser o nosso Norte. E isso só será possível quando existir uma grande conexão entre anseios, recursos e um marco regulatório que nos permita decolar rumo a novos horizontes.

Muitas nações já iniciaram suas jornadas rumo à educação do futuro. O Brasil está atrasado, é verdade, mas essa é uma corrida que está longe de ser perdida. O mapa está traçado, nos cabe saber trilhar pelas rotas e fazer as devidas - e necessárias - conexões.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 18 de março de 2024. [Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

EAD: reputação e a qualidade

No dia 12 março, a ABMES promoveu o seminário Educação a Distância (EAD): Estratégias e Desafios para Garantir a Qualidade. O evento teve como objetivo debater alternativas para que essa modalidade de ensino cumpra seu potencial como força positiva para a aprendizagem por meio de métodos pedagógicos inovadores e interativos, bem como pelo estabelecimento de normas e padrões que garantam a consistência e a qualidade em todas as plataformas.

Realizado em parceria com a [Bett Brasil](#), o seminário contou com a presença de três renomados especialistas na área: João Mattar, presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED); Ronaldo Mota, diretor-secretário da Academia Brasileira de Educação; e Luiz Cláudio Costa, reitor do Centro Universitário IESB.

Fazendo uma síntese do que foi discutido ao longo de pouco mais de duas horas, a mensagem que ficou é a seguinte:

Sem a educação a distância caminharemos para uma grande exclusão.

Sem a educação a distância caminharemos para uma grande exclusão.

Nesse sentido, é imperativo que o setor educacional atue na construção de

uma reputação para a EAD, reforçando o quanto ela tem contribuído, sobretudo na última década, para a democratização do acesso à educação superior no Brasil.

Isso pode ser feito por algumas vias, como a exposição de casos de sucesso de pessoas que se formaram pela EAD ou do seu potencial para transformar vidas de indivíduos que vivem em municípios nos quais não há a possibilidade de se cursar uma graduação na modalidade presencial. Há que se destacar, ainda, o endurecimento das regras e a redução drástica no número de financiamentos concedidos por meio do Fies, cenário que fez com que muitos brasileiros não tivessem alternativa em função dos valores mais baixos cobrados nas mensalidades dos cursos a distância.

Em outra frente, como pontuou muito bem a professora Débora Guerra durante o seminário, discriminar a EAD é discriminar quem tem nesta modalidade sua única possibilidade de cursar uma graduação, como pessoas que já estão no mercado de trabalho e cumprem longas cargas horárias; indivíduos - especialmente mulheres, infelizmente - que precisam lidar com dupla e até tripla jornadas; profissionais técnicos que têm na EAD a possibilidade de concluir uma graduação e avançar na carreira.

Claro que nada disso surtirá efeito se setor educacional e gestores da política pública de educação não unirem esforços no sentido de reconhecer e valorizar as boas iniciativas ao mesmo tempo em que atuam para coibir as ofertas de má qualidade que, como bem sabemos, existem e prejudicam a todos os envolvidos, especialmente o estudante que confiou sua formação profissional naquela instituição.

Dito isso, volto a bater na tecla da necessidade de revisão do marco regulatório que tem regido as diretrizes educacionais do país tanto na regulação em si quanto na avaliação. A legislação vigente

não induz à melhoria e o Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) já atingiu a marca de 20 anos de existência, ou seja, data de uma outra era na qual a educação estava longe de dispor dos recursos e ferramentas existentes na atualidade.

Faz algum tempo que temos insistido nas nossas conversas junto ao Ministério da Educação (MEC) a importância de a pasta repensar sua atuação e focar na indução da qualidade em vez de priorizar o aumento da regulação. Sabemos que tanto os estudantes quanto o mercado de trabalho são importantes agentes de “monitoramento” da qualidade, pois criam suas próprias regras e restrições a iniciativas que não se mostram comprometidas com a qualidade das suas entregas. Contudo, acreditamos que todos sairemos ganhando quando o órgão gestor da política educacional tiver essa nova régua como diretriz.

A educação a distância é uma realidade e tem um grande número de pessoas que precisam dela para cursarem uma graduação. Fechar os olhos para essa realidade não contribui para a melhoria da qualidade da modalidade e nem para a necessidade de profissionais qualificados pela qual passa o país. O setor privado acredita no potencial da EAD e no bom serviço prestado pela maior parte das instituições de educação superior.

Ainda assim, temos convicção de que é possível aprimorar essa oferta e estamos dispostos a unir esforços nesse sentido, bem como apoiar no que for necessário para que fiquem no mercado apenas instituições comprometidas com a qualidade da sua oferta. Estudantes, mercado de trabalho e sociedade brasileira precisam de uma EAD forte e eficiente. Esse é o nosso objetivo.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 25 de março de 2024. [Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Educação empreendedora e inclusão socioeconômica de jovens

“Promover a inclusão socioeconômica de pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) por meio da oferta de ações de apoio à inserção ao mundo do trabalho”. Com este objetivo, a ABMES e o Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) assinaram, na semana passada (9/4), um protocolo de intenções.

Em uma iniciativa inédita no país, governo federal e instituições de ensino superior vão se unir na promoção de atividades voltadas para a educação empreendedora.

A compreensão parte do pressuposto de que toda pessoa precisa ser empreendedora de si mesma.

A compreensão parte do pressuposto de que toda pessoa precisa ser empreendedora de si mesma. A proposta parte de um entendimento amplo de empreendedorismo, ou seja, algo que vai além de abrir um negócio.

O que demanda atitudes e comportamentos específicos, em especial aqueles conhecidos como soft skills.

Nesse sentido, a parceria terá início com a oferta gratuita de cursos desenvolvidos pela Unesco e o Instituto Êxito de Empreendedorismo. Os conteúdos foram cuidadosamente pensados para aprimorar competências pessoais, técnicas e gerenciais nos estudantes, como autoconhecimento; raciocínio lógico; comunicação; criatividade; análise de dados; negociação; liderança; e gestão de recursos financeiros e tecnológicos.

O material será disponibilizado no formato de curso a distância na plataforma da Universidade de Brasília (UnB), ficando acessível a todas as instituições de educação superior que desejarem implementá-lo. A ABMES, que representa cerca de 600 instituições com 5,3 mil polos em todo o Brasil, irá dispor da sua capilaridade e expertise para a difusão do curso.

A iniciativa prevê, ainda, que a educação empreendedora seja amparada por mecanismos de concessão de crédito e assistência técnica com o objetivo de tornar realidade projetos empreendedores de alunos. Além da ABMES e do MDS, o projeto também deverá envolver os ministérios da Educação (MEC) e do Trabalho e Emprego (MTE).

Como ressaltou o ministro Wellington Dias na cerimônia de assinatura do documento, a iniciativa irá potencializar as atividades de extensão das instituições de educação superior, direcionando um “olhar especial para os inscritos no cadastro único do Bolsa Família, garantindo condições para que essas pessoas possam se preparar para empreender”.

É importante ressaltar que, conforme [pesquisa](#) realizada no ano passado pela ABMES em parceria com a Educa Insights, o jovem

universitário brasileiro quer empreender e tem perfil empreendedor. Seja para empreender em um negócio ou na vida, os estudantes precisam se apropriar das competências atreladas ao empreendedorismo.

Estamos muito felizes de fazer parte desse esforço de inclusão socioeconômica e produtiva dos jovens do CadÚnico. Temos total confiança de que desse movimento sairão vidas ressignificadas a partir de novos horizontes e perspectivas. Então, que venha a educação empreendedora e toda a sua capacidade de transformação!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 15 de abril de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo

Educação superior e mercado de trabalho: uma aliança cada vez mais necessária

“Aproximando empresas e universidades: como construir parcerias sustentáveis”. Este foi o tema que tive a oportunidade de debater, no último dia 23, na edição de 2024 do [Bett Brasil](#), maior evento de inovação e tecnologia para a educação da América Latina. O congresso aconteceu entre os dias 23 e 26/04, em São Paulo (SP), e, pela primeira vez, a ABMES também se fez presente por meio de um estande próprio.

Juntamente com a Leyla Nascimento, vice-presidente de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), e com o Max Damas, assessor da Presidência da ABMES, discutimos soluções focadas na aproximação entre as universidades brasileiras e o mercado de trabalho.

Este não é um assunto novo na esfera da educação superior privada. Faz algum tempo que temos trabalhado alternativas para construir caminhos mais eficazes para a preparação do profissional desejado pelo mundo corporativo, buscando romper com o velho discurso de que os egressos da graduação não estão prepa-

rados para atuar em um cenário cada vez mais inovador, competitivo e disruptivo.

Para isso, temos defendido uma série de ações que passam tanto pelo contexto regulatório quanto por uma maior preocupação - e atuação - das instituições de educação superior com essa agenda.

Não há dúvida de que essa aproximação passa, necessariamente, por uma atualização no marco jurídico que disciplina a oferta e a avaliação dos cursos de graduação no país.

Não há dúvida de que essa aproximação passa, necessariamente, por uma atualização no marco jurídico que disciplina a oferta e a avaliação dos cursos de graduação no país.

Por exemplo, precisamos avançar em questões como a flexibilização dos currículos, de modo que faculdades, centros universitários e universidades possam se desenvolver naquilo

em que são melhores, além de trabalhar em sintonia com as demandas do mercado e as especificidades locais, como o desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos estudantes.

Inclusive, este é um aspecto que precisa ser incorporado ao Enade, ampliando a avaliação dos formandos para além das questões relacionadas à formação profissionalizante em si. Precisamos, ainda, que os órgãos reguladores olhem com atenção para a oferta de certificações mais curtas, sejam elas em nível técnico ou superior, permitindo que o mercado de trabalho consiga suprir com mais celeridade a necessidade de profissionais qualificados, em especial nas áreas onde há maior carência de mão de obra.

Por outro lado, temos sido enfáticos na argumentação de que essa não é uma responsabilidade exclusiva dos agentes reguladores. Cada IES precisa estar atenta e fazer a sua parte para que a conexão entre formação educacional e mercado de trabalho se concretize. Entre as formas de se fazer isso estão a inclusão de empresas nos conselhos de administração das instituições e o bom aproveitamento das oportunidades geradas pela extensão universitária, instrumento por meio do qual os jovens podem desenvolver projetos práticos em comunidades, adquirindo experiências e conhecimentos que contribuirão para seu desempenho profissional.

Outro instrumento relevante à disposição das instituições de educação superior consiste no [Indicador de Empregabilidade ABMES/ Symplicity \(IASE\)](#), desenvolvido pela Associação em parceria com a Symplicity com o objetivo de acompanhar os resultados dos egressos, possibilitando a criação de estratégias inovadoras que conectem a instituição às demandas e competências exigidas pelo mercado de trabalho. Inclusive, estão abertas as inscrições para as instituições que desejarem participar da edição de 2024 do indicador.

Seja em espaços estratégicos, como a Bett Brasil, ou nas nossas esferas diretas de atuação, a conexão entre a formação acadêmica e o mercado de trabalho é uma agenda que tem ganhado espaço e relevância, mas, como sabemos, precisa ir além. Nós, enquanto instituições de educação superior, precisamos estar preparadas para entregar ao mercado o profissional que ele demanda, ao mesmo tempo em que o mercado precisa estar disponível para dialogar com as IES e os órgãos reguladores da política educacional. Estamos diante de uma aliança necessária e sem a qual a roda do desenvolvimento socioeconômico seguirá travada em nosso país.

A ABMES está atenta e trabalhando para estabelecer essa conexão, extraíndo dela o que de melhor pode resultar para estudantes, setor produtivo e sociedade brasileira como um todo. Somos movidos pela convicção de que do estreitamento dessa parceria resultará uma nação mais próspera e justa. Vem com a gente!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 29 de abril de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Alerta vermelho: estamos falhando no ensino da criatividade

Que os estudantes do Brasil não costumam ir bem nas avaliações internacionais de desempenho não é novidade. Entra ano e sai ano, somos confrontados com dados que nos colocam frente à baixa qualidade da educação ofertada nas escolas do país ou, sob outra perspectiva, à pouca absorção do conteúdo trabalhado nas salas de aula. Chama a atenção, contudo, uma nova constatação: a de que a criatividade dos nossos alunos está entre as piores do planeta.

Tendo como base os dados coletados no Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) 2022, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou, na semana passada, o estudo [Mentes criativas](#), escolas criativas, no qual avalia a capacidade de pensamento criativo dos estudantes com 15 anos de idade. Esta foi a primeira vez que essa característica foi avaliada.

Entre os 57 países membros e parceiros da entidade, o Brasil ficou na 44ª posição, com 23 pontos de média. Segundo o levantamento, 54,3% dos estudantes brasileiros apresentaram baixo nível de criatividade quando desafiados a resolver problemas sociais e

científicos. Entre as nações que integram a OCDE, a média foi de 33 pontos (em uma escala que chega a 60 pontos).

Mas, como é possível esse resultado para um país conhecido e reconhecido por sua extrema criatividade? Seja nas artes, nos esportes ou na busca por soluções para os desafios do cotidiano, brasileiro é sinônimo de criatividade.

Ou não somos tão criativos quanto imaginamos ou há uma desconexão profunda entre a escola e as demais esferas da sociedade.

Ou não somos tão criativos quanto imaginamos ou há uma desconexão profunda entre a escola e as demais esferas da sociedade. Pelo o que indica o estudo da OCDE, esse é mais um avanço que precisa se dar no contexto da educação brasileira.

A compreensão de que criatividade é uma competência que pode ser desenvolvida pelo indivíduo (para além do dom natural) e ensinada na escola não é algo novo. Inclusive, a inserção de práticas pedagógicas capazes de contribuir para o aperfeiçoamento de habilidades comportamentais tem se destacado entre os esforços para a construção de uma educação conectada com as demandas e especificidades deste século 21. A reforma do ensino médio no Brasil é um exemplo claro desse cenário. Contudo, o estudo da OCDE mostra que ainda estamos distante do ideal.

É compreensível que quando não se tem domínio sobre determinado assunto a pessoa não consiga propor alternativas, muito menos criativas, envolvendo-o. Nessa linha, os resultados alcançados pelo Brasil no [Pisa 2022](#) em matemática, ciências e leitura

já davam um indicativo claro de que o desempenho não poderia ser muito diferente ao se analisar aspectos e habilidades comportamentais dos estudantes.

Entretanto, não se pode acreditar que a melhor absorção dos conteúdos por si só será suficiente para equacionar a questão da criatividade. O país precisa rever sua política educacional de modo que os currículos trabalhem a criatividade de forma transversal em todas as disciplinas, estimulando nos alunos a busca por desafios e soluções para problemas concretos. Além disso, as instituições de educação superior precisam se tornar espaços de soluções criativas.

Trata-se de uma medida essencial porque vivemos uma realidade na qual há o risco concreto de a inteligência artificial vir a substituir até mesmo os trabalhos mais criativos. Nesse sentido, a criatividade é uma habilidade que precisa ser estimulada para que as novas gerações sejam capazes de seguir criando soluções tecnológicas e também para tornarem os profissionais relevantes em um mundo no qual a IA pode acabar tirando a relevância de várias carreiras.

Assim, o estímulo ao pensamento criativo deve ser uma preocupação de todos. Em tempos tão desafiadores e disruptivos, não há mais espaço para uma educação voltada para a mera apreensão do conteúdo formal. A criatividade é uma demanda da sociedade contemporânea, e precisa estar contemplada nos espaços escolares e acadêmicos. Pensar fora da caixa deixou de ser opção.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 24 de junho de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Educação financeira: outra lacuna nas escolas brasileiras

No Brasil, 78,8% das famílias estavam endividadadas em maio deste ano, segundo a [Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor](#) (Peic), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Isso significa que praticamente 8 em cada 10 núcleos familiares do país possuíam contas como cheque especial e cartão de crédito atrasadas.

À primeira vista, pode-se interpretar que esse cenário se deve ao alto índice de desemprego no país. Contudo, segundo o IBGE, no primeiro trimestre essa taxa foi de 7,9%, a mais baixa registrada para o período nos últimos 10 anos. Outra explicação possível é o descompasso entre a renda média do trabalhador e o custo de vida, cada vez mais elevado. Mas há, ainda, uma terceira justificativa: a baixa educação financeira da população brasileira.

Dados recém-lançados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostram que a terceira hipótese é uma questão crucial para o enfrentamento da inadimplência no Brasil. Segundo o estudo [Quão financeiramente inteligentes são os alunos?](#) (em tradução livre), uma parcela significativa dos adolescentes brasileiros com 15 anos de idade não sabe nada ou

quase nada sobre educação financeira.

A instituição avaliou 98 mil estudantes de 20 países durante o Pisa 2022, e o Brasil ficou à frente apenas da Malásia e da Arábia Saudita. Entre os 5 níveis de proficiência considerados, 45% dos participantes brasileiros se classificaram entre o 1º (o mais baixo) ou abaixo dele. No nível 1 são desenvolvidas apenas habilidades básicas, como reconhecer a diferença entre as suas necessidades e o que querem; tomar decisões simples no dia a dia; e realizar operações matemáticas básicas (adição, subtração e multiplicação, por exemplo) para resolver problemas financeiros.

Para o ensino fundamental, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece a educação financeira como tema transversal a ser integrado nas disciplinas obrigatórias. Essa medida, contudo, não tem surtido o resultado necessário, como bem mapeou e quantificou a OCDE. Inclusive, este é um ponto que tem sido debatido no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), mais conhecido como Conselhão: o aprimoramento da educação financeira da população tendo as salas de aula como ponto de partida.

Aliás, aproveito a menção ao Conselhão para fazer um registro: na semana passada fui nomeado conselheiro, medida que marca uma importante conquista para o setor particular de educação superior. Isso porque essa titularidade significa uma representação a mais do setor no grupo, já que a nossa vice-presidente Débora Guerra segue compondo o Conselho.

Voltando ao ponto original, a OCDE também constatou a existência de relação entre o desempenho em matemática e leitura e os resultados em letramento financeiro, ou seja, o que eu falei no artigo da semana passada sobre o ensino da criatividade segue valendo:

A educação brasileira como um todo precisa evoluir e alcançar patamares mais elevados de qualidade.

A educação brasileira como um todo precisa evoluir e alcançar patamares mais elevados de qualidade. A educação financeira é fundamental para que cada cidadão saiba como administrar suas finanças pessoais, planejando seu orçamento,

seus gastos e até investimentos. Ter uma população financeiramente bem estruturada incide no desempenho econômico do país, mas também na capacidade de sonhar e de realizar dos seus cidadãos. Eduquemo-nos!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 01 de julho de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo

Educação mais inteligente: um livro, uma esperança

O que faz uma educação ser verdadeiramente inteligente? Antes da Inteligência Artificial chegar às práticas educacionais, a educação já tinha valores e princípios compatíveis com os conhecimentos e as realidades de cada momento. Mas, quais são os princípios fundamentais, históricos e imutáveis de uma educação inteligente? Esse é o fio condutor do meu mais novo livro: [Educação Mais Inteligente - Como empoderar os professores, engajar os alunos e revolucionar a aprendizagem na era da Inteligência Artificial.](#)

Ao longo de 192 páginas, discorro sobre questões como o desempenho ruim da educação brasileira, porque isso acontece e o que é preciso para que tenhamos uma educação mais inteligente. As respostas para este último tópico não são simples, mas tento desbravá-las a partir de 5 princípios: todo aluno é único em seu potencial de aprender; a aprendizagem ocorre em ambientes que sejam atraentes para o aluno; o professor é o principal facilitador da aprendizagem; a aprendizagem está centrada em currículos flexíveis organizados por competências; o aluno é o protagonista da sua jornada de aprendizagem.

Além de detalhar cada um desses pontos e de apontar caminhos para alcançá-los, no livro também apresento dicas práticas para aplicar essas mudanças como, por exemplo, utilizar a Inteligência Artificial para melhorar a produtividade; buscar exemplos atuais sobre o assunto a ser ensinado; associar o “saber” ao “saber fazer”; e levar o mundo do trabalho para dentro da escola.

O breve relato até aqui deixa claro que, além de abordar a aplicação da Inteligência Artificial nas escolas, a publicação vai além. De modo geral, pautado pelo uso das novas tecnologias, o texto busca contribuir com toda a comunidade escolar para a construção de uma educação mais integral, humana, ética e engajadora, ou seja, uma educação que faça a diferença na vida de alunos, professores e da sociedade como um todo.

É claro que toda essa transformação demanda mudanças significativas no processo de ensino e aprendizagem. Por isso, o livro dedica todo um capítulo a um aspecto crucial para essa virada de chave: como vencer as resistências cristalizadas nas convicções dos indivíduos que fazem a educação acontecer.

Nesse ponto, o livro traz uma ferramenta incrível para ajudar cada um de nós a compreender nosso nível de resistência: o Teste de Percepção Educacional. Por meio da pontuação obtida, em uma escala que vai de 1 a 4 pontos para cada resposta, é possível saber se o perfil do respondente condiz com o de uma pessoa que precisa vencer suas crenças limitantes; com o de uma pessoa preparada para mudar, mas que precisa de um impulso; com o de alguém que quer mudar, mas precisa construir iniciativas que o deixem mais confiante; ou com o de alguém que pode se tornar um líder incentivador da transformação.

Por fim, o livro encerra com dois momentos que considero essenciais: o case da UniCarioca, onde mostramos que com boa von-

tade e determinação é possível construir uma educação mais inteligente e de resultados; e a publicação do Manifesto Por Uma Educação Mais Inteligente, no qual resumimos em 10 pontos os principais aspectos que devem ser considerados nessa jornada por uma educação mais efetiva e eficiente.

Embora o lançamento oficial seja no dia 10 de outubro, o livro já está em pré-venda no site da Editora Gente com um super bônus para quem adquirir neste período: uma aula, no dia 15/10, comigo e com treinador de alta performance, escritor best seller e empresário, [Joel Jota](#). Inclusive, quero aproveitar este texto para agradecer enormemente à toda a equipe da Editora Gente, que desde o início acreditou no meu projeto e o apoiou de forma incondicional, tornando possível essa concretização.

Com planejamento, metodologias eficientes, avaliações eficazes e a participação ativa de toda a comunidade escolar é possível superar as adversidades e construir uma educação mais inteligente, fundamentada não apenas no uso de tecnologias, mas também

Com planejamento, metodologias eficientes, avaliações eficazes e a participação ativa de toda a comunidade escolar é possível superar as adversidades e construir uma educação mais inteligente.

na singularidade de cada aluno, incentivando competências como a criatividade e a inovação na resolução de problemas. Vamos juntos construir uma educação com mais qualidade e mais inteligente?

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 30 de setembro de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Educação em transformação

2024 está chegando ao fim e, em poucas semanas, entraremos no ano que marcará o primeiro quarto do tão aclamado e disruptivo século 21. As inúmeras transformações ocorridas no planeta Terra nas últimas décadas podem ser avaliadas sobre diversas perspectivas, e aqui eu quero utilizar este espaço para falar daquela que me move e para a qual tenho dedicado a minha vida: a educação.

Como bem sabemos, essa história não começou com a troca do calendário. Ainda que nas duas primeiras décadas deste século o setor educacional tenha se mobilizado para ultrapassar as barreiras e os conceitos limitantes que mantinham a educação brasileira enraizada no século 19, muito pouco foi percorrido. Por aqui, uma transformação efetiva da educação só teve início, quem diria, quando a humanidade viu a sua existência ameaçada. Há quem diga que um século só tem início a partir de um marco histórico. Quis o destino que o do século 21 fosse uma epidemia, decretada em março de 2020. Entre seus desdobramentos, nos últimos quatro anos vimos a educação brasileira avançar em uma velocidade até então inimaginável.

O distanciamento social necessário para conter a disseminação do coronavírus descortinou um novo mundo de possibilidades. Percebemos que entre as modalidades presencial e à distância existem diversas combinações, muitas delas intermediadas pelas tecnologias da informação e comunicação. Mais do que uma res-

posta para tempos de crise, os quadrantes híbridos da educação se apresentaram como um norte rumo a práticas pedagógicas e processos de ensino e aprendizagem mais conectados com as expectativas e as necessidades dos tempos atuais. Outra consequência da pandemia, o crescimento exponencial das matrículas na educação à distância acendeu o alerta dos reguladores da política educacional para a necessidade de mudar a legislação e garantir qualidade nos cursos ofertados nessa modalidade. Como resultado, está sendo construído um novo marco regulatório para a EAD que tem tudo para ser inovador, acabando com o discurso de que a educação híbrida não é uma realidade, e efetivo na construção de indicadores de qualidade.

E o que dizer da inteligência artificial? Há algum tempo ela vinha dando sinais de que impactaria todas as áreas das nossas vidas, e a educação não ficaria de fora. Mas enquanto ainda vislumbrávamos as transformações que ela poderia ocasionar, no final de novembro de 2022 o ChatGPT foi lançado para o público geral e imediatamente nos obrigou a pensar novas formas de ensinar e, principalmente, de avaliar a aprendizagem dos estudantes. E isso foi só o começo de uma revolução que vai transformar totalmente a educação como hoje a conhecemos.

Esse ponto é tão importante e desafiador que o Conselho Nacional de Educação (CNE) criou uma comissão específica para debater caminhos para a educação brasileira no contexto da inteligência artificial. Com muita satisfação assumi a relatoria deste trabalho, indicação feita com base na minha formação na área da tecnologia, e doutorado exatamente em inteligência artificial.

Por tudo o que foi exposto até aqui, e também por tantos outros motivos plenamente conhecidos e que, se mencionados, deixariam este texto extremamente longo e enfadonho, é que podemos

afirmar que o futuro é de transformações ainda maiores.

A educação será reinventada por meio das novas tecnologias; da adaptação dos marcos regulatórios para os modelos híbridos de aprendizagem; e também da entrada de novos players no mercado educacional, incluindo pessoas, instituições, plataformas, cursos e influenciadores. A educação será reinventada por meio das novas tecnologias; da adaptação dos marcos regulatórios

A educação será reinventada por meio das novas tecnologias; da adaptação dos marcos regulatórios para os modelos híbridos de aprendizagem; e também da entrada de novos players no mercado educacional.

para os modelos híbridos de aprendizagem; e também da entrada de novos players no mercado educacional.

No começo deste artigo eu disse que a educação me move. Na verdade, ela move o mundo, as pessoas e transforma vidas. O cenário de mudanças é evidente e será cada vez mais intenso. Não há espaço para quem segue

agarrado a diretrizes e padrões que já se mostravam atrasados mesmo antes da pandemia. A educação está em plena transformação, e isso vai impactar não apenas a atuação do setor educacional, mas a construção de uma nova nação baseada na formação de cidadãos mais críticos, conscientes e preparados para os desafios do século 21.

Não sabemos como será o segundo quarto e muito menos o terceiro e o último deste século que tem nos desafiado com a produção acelerada de novas tecnologias e conhecimento. Por ora,

o que eu sei é que quero seguir do lado certo da história e dar a minha contribuição para a nova educação que vai surgir de todo esse processo. E você, já refletiu sobre isso?

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 25 de novembro de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Educação verde e empreendedora: desafios e oportunidades

2025 é um ano especialmente relevante para o Brasil no que se refere à agenda ambiental em todas as suas camadas. A realização da 30ª edição da Conferência do Clima das Nações Unidas ([COP30](#)) em Belém (PA), em novembro, colocou de vez os holofotes do mundo na nossa direção. Apesar da importância do evento e dos debates prévios que ele suscita, pouco ou quase nada tem sido discutido sobre a incorporação de uma educação verde em todos os níveis de ensino do país.

No geral, o Brasil enfrenta desafios que somente serão superados com uma colaboração eficiente do sistema educacional. Entre essas questões, destacam-se a empregabilidade e a trabalhabilidade da nossa população e a sustentabilidade ambiental. A solução para essas demandas passa pela incorporação, de maneira transversal, de dois elementos essenciais na nossa educação: o empreendedorismo e a apropriação de novos meios de vida e de produção pautados pela conservação do meio ambiente.

Esta abordagem não apenas prepara os estudantes para o mercado de trabalho, mas também os capacita a lidar com os desafios ambientais, promovendo uma educação que favoreça a vida plena

em uma sociedade cada vez mais consciente e exigente. Além disso, vale destacar que o conceito de educação empreendedora vai além do ensino sobre como abrir ou gerenciar um negócio. Ele envolve o desenvolvimento de habilidades como a criatividade, a resolução de problemas, a liderança e a capacidade de trabalhar em equipe, competências essenciais para os cidadãos deste século 21.

Contudo, não se pode negar a veia empreendedora do brasileiro. Estudo realizado pela Global Entrepreneurship Monitor (GEM), em 2021, apontou o Brasil como um dos países com maiores índices de empreendedores iniciais no mundo, com mais de 23% da população economicamente ativa engajada em algum tipo de empreendimento. Isso evidencia a necessidade de uma educação que não apenas estimule, mas prepare os jovens para enfrentar as complexidades do mundo empreendedor.

Paralelamente, a educação verde tem se tornado cada vez mais relevante e urgente diante da crise ambiental que afeta o planeta. Se não mudarmos nossas formas de produzir e de consumir, não haverá política pública capaz de frear ou reduzir a ocorrência de eventos climáticos cada vez mais extremos e seus terríveis desdobramentos para a sociedade. A tragédia que se abateu sobre o Rio Grande do Sul em 2024 ainda não completou um ano, mas parece que ninguém se lembra mais.

Entre as formas de inserção do empreendedorismo na educação superior, estão a oferta de disciplinas e outras atividades curriculares, bem como projetos de extensão; a operação de escritórios de prestação de serviços ou laboratórios de desenvolvimento de projetos ou elaboração de protótipos; promoção sistemática de eventos com a participação de empreendedores bem sucedidos nos vários campos de atuação profissional; estímulo à inovação;

adoção de metodologias pedagógicas que desenvolvam a autonomia e a iniciativa dos estudantes.

No que se refere à educação ambiental, há mais de 25 anos a [Lei nº 9.795](#), de 27 de abril de 1999, estabelece que a educação verde é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. Até hoje, porém, nossas instituições educacionais seguem patinando na formação de uma geração preparada para atuar no controle das mudanças climáticas e na mitigação das suas consequências, promovendo justiça social no acesso e fruição dos recursos naturais. A superação desse cenário tem sido tema de debate na Comissão Bicameral do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre Educação Ambiental, da qual participo.

Por acreditar na importância e na força de transformação dessas duas agendas é que o Brasil Educação - Fórum Brasileiro da Educação Particular incorporou a educação empreendedora e verde na sua [Agenda Programática 2025-2027](#). Trata-se de formações que, trabalhadas como temas transversais em todos os níveis educacionais, podem proporcionar aos estudantes condições adequadas de enfrentamento das questões referentes à empregabilidade, trabalhabilidade e sustentabilidade nesta era contemporânea.

Ao incorporar a educação empreendedora e verde, o Brasil estará não apenas preparando seus cidadãos para o futuro, mas também dando passos concretos para resolver problemas globais como a crise climática e a desigualdade social.

Ao incorporar a educação empreendedora e verde, o Brasil estará não apenas preparando seus cidadãos para o futuro, mas também dando passos concretos para resolver problemas globais como a crise climática e a desigualdade social.

A educação é, sem dúvida, a chave para um futuro mais próspero, sustentável e inclusivo. Para que isso aconteça, é imprescindível que todos os setores da sociedade, incluindo as instituições privadas de educação superior, atuem de maneira integrada e comprometida com a formação de uma geração capaz de enfrentar nossos desafios com criatividade, responsabilidade e consciência ambiental.

Ainda faltam oito meses até a COP30. Até lá, muito pode ser feito. Inclusive, o grande evento global terá destaque na próxima edição do [CBESP](#), que acontecerá no final de maio em Touros (RN) e contará com a ilustre presença do governador do Pará, Jader Barbalho. Vamos trabalhar juntos para fortalecer a educação verde e empreendedora até lá?

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 10 de março de 2025.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo

Gestão Educativa

Machine learning e a inadimplência no ensino superior privado

Educação nunca sai de moda. Pelo contrário, a busca pelo saber tem se apresentado como uma variável crescente. Essa realidade deve ser sempre celebrada e incentivada, mas é preciso atenção e disciplina no que tange à gestão de recursos e à aplicação de capital para investimento, pois, em paralelo à curva de crescimento das matrículas, temos identificado similar ascensão da inadimplência nas IES particulares.

Sabemos que a inadimplência no nosso setor é maior do que a verificada em outras áreas, e ela tem aumentado a cada ano. Trata-se de uma preocupação recorrente para todos nós que trabalhamos na educação superior, especialmente quando a instituição não investe em tecnologia e métodos comprovados para interromper ciclos negativos, como é o caso da inadimplência. Neste contexto, os algoritmos e a correta aplicação do aprendizado de máquina (machine learning) têm se apresentado como uma solução eficaz e de rápidos resultados.

Trata-se de um investimento profícuo, visto que uma maior taxa de inadimplência resulta no aumento de custo operacional que, por sua vez, termina sendo repassado aos alunos sob forma de

aumento de mensalidade, fazendo com que alguns adimplentes tornem-se inadimplentes por não conseguirem arcar com o aumento. Percebem como, assim, cria-se um ciclo vicioso? Precisamos combater esse ciclo e voltar a festejar e incentivar o outro ciclo, positivo, da variável regular crescente do número de matrículas e de pessoas efetivamente sendo qualificadas na educação superior.

Contudo, gestores devem correr de soluções milagrosas e imediatistas que, tantas vezes, se apresentam sem quaisquer credenciais. Recentemente, chamou minha atenção a repercussão positiva que o livro [Machine Learning e a inadimplência no ensino superior privado](#), de autoria de Giovanna Niskier Saadia, tem tido

Contudo, gestores devem correr de soluções milagrosas e imediatistas que, tantas vezes, se apresentam sem quaisquer credenciais.

entre algumas IES que tenho tido contato. Mestre em Administração de Empresas pela PUC-Rio e com mais de 10 anos de experiência no setor financeiro privado, a autora elaborou uma extensa pesquisa e posterior aplicação a partir de modelos de credit scoring com machine learning com foco nas instituições de ensino.

Um dos principais modelos quantitativos de análise de risco de crédito, o credit scoring é bastante difundido em instituições financeiras, mas é pouquíssimo utilizado na educação privada. É um conjunto de modelos de decisão e técnicas estatísticas que ajudam os emprestadores de crédito a discriminar entre os bons e maus pagadores, a identificar o quanto de crédito conceder e a estabelecer qual estratégia operacional irá aumentar a rentabilidade.

De acordo com a autora, as poucas IES que realizam avaliação do risco de crédito limitam-se a consultas no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e ao Serasa Experian, sem que, no entanto, haja uma real intenção de limitar o acesso aos serviços da empresa, ou diferenciar os alunos de acordo com seu potencial risco de se tornar inadimplente. O uso de técnicas de análise de dados, em especial os algoritmos de machine learning, se apresenta como uma solução eficiente e inovadora na previsão do risco de inadimplência nas instituições educacionais, permitindo a identificação prévia daqueles alunos em maior risco de atraso nos pagamentos. Com isso, os gestores podem focar em soluções personalizadas para cada aluno, realizando ações preventivas que evitem tanto a inadimplência quanto uma evasão futura dos estudantes.

Neste momento de crescente profissionalização nas IES, é dever de mantenedores e gestores a aplicação de técnicas e métodos consagrados para melhorar o desempenho financeiro das suas instituições.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 10 de julho de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Conheça SofIA, a assistente virtual das IES particulares

É com muito orgulho e enorme satisfação que a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) entrega aos seus associados a SofIA, uma assistente virtual que vai revolucionar o dia a dia das instituições particulares de educação superior. Programada com inteligência artificial (IA), a ferramenta é amigável e vai simplificar a experiência dos usuários em diversas áreas, como a oferta de informações atualizadas e em curto espaço de tempo. É uma revolução ao alcance das mãos das IES

Pergunte à ABMES

Olá! Eu sou a SofIA. A Assistente Virtual da ABMES. Como eu posso te ajudar?

Quando acontecerá o próximo Enade?

Enviar



SofIA - Assistente Virtual da ABMES: O próximo Enade acontecerá no dia 26 de novembro de 2023.

Sabe aquela listinha (ou listona) de perguntas e respostas que tinha no site e que era elaborada com base nos principais questionamentos recebidos pela instituição? Esqueça! A partir de agora, todo associado pode perguntar o que quiser para a SofIA. Acredite: ela sabe tudo sobre a educação superior no Brasil, incluindo seu processo regulatório e estatísticas.

Acredite: ela sabe tudo sobre a educação superior no Brasil, incluindo seu processo regulatório e estatísticas.

Por exemplo: quando será o próximo Enade? O que diz um determinado decreto? Como a instituição deve se preparar para a avaliação de cursos? Quais os principais critérios de avaliação institucional? Enfim, há um leque enorme de questionamentos que podem ser feitos a

qualquer hora do dia e da noite, 7 dias por semana, 30 dias por mês. A SofIA estará sempre disponível para auxiliar os gestores e colaboradores das instituições de educação superior associadas à ABMES.

Outra vantagem da SofIA é que o acesso a ela não demanda um novo credenciamento ou o download de mais um aplicativo ou sistema. Respeitando a máxima de que seu objetivo é inovar para facilitar, a assistente virtual da ABMES está disponível no portal da instituição e o acesso a ela se dá por meio do mesmo login e senha que todo associado possui para visualizar conteúdos restritos, como as Cartas aos Associados e o ementário.

Com a SofIA, o “Pergunte à ABMES” representa um salto no atendimento personalizado, trazendo agilidade e precisão na resposta às demandas dos associados. Além disso, a assistente virtual será constantemente atualizada com as mais recentes inovações tecnológicas da ABMES, garantindo que seus associados estejam sempre à frente das tendências educacionais.

Em síntese, a SofIA é mais do que um simples chat; é uma ferramenta estratégica que reforça o comprometimento da ABMES em fornecer suporte contínuo e direcionado aos seus associados,

tornando sua jornada acadêmica e administrativa mais fluida e eficaz. Com a SofIA, a ABMES está transformando o futuro da educação por meio da tecnologia e do atendimento personalizado. Vamos juntos para essa nova era.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 14 de agosto de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Desvendando o Enade

Parte estruturante do processo de avaliação das instituições de educação superior (IES), o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) está longe de ser uma unanimidade em relação ao seu formato, mas muitos poucos são aqueles que se opõem ao exame e/ou não reconhecem a sua relevância.

Associado às avaliações institucionais e de cursos, o Enade compõe a tríade estabelecida pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) com o objetivo de garantir qualidade na oferta das graduações disponíveis no Brasil, medida essencial para uma nação que aposta na educação como principal motor de desenvolvimento e transformação social.

A grande diferença entre o Enade e os outros dois indicadores está no fato de que, naquele, uma parcela significativa da responsabilidade pelo resultado cabe aos estudantes. Considerando que a nota não fica registrada no histórico escolar e não há qualquer medida punitiva àqueles que não se empenham na avaliação, não é raro que as instituições se sintam prejudicadas.

Contudo, assim como se preparam para as avaliações institucionais e de curso, as instituições de educação superior também podem - e devem - implementar ações e projetos visando mobilizar e sensibilizar a comunidade acadêmica, inclusive destacando os benefícios para todos com a conquista de resultados positivos no exame. Isso, aliado ao amplo conhecimento da legislação que

rege o processo avaliativo, pode representar a virada de chave que muitas IES necessitam.

Por isso, a ABMES Editora e a EDUX21 Consultoria Educacional se empenharam na elaboração do e-book [Enade 2023: subsídios para alcançar resultados positivos](#). Voltada ao setor particular de educação superior, a publicação apresenta de forma consolidada, e simplificadas, todas as informações que as IES precisam para se prepararem para a edição de 2023 do exame, mas também para as edições que se seguirão. Seus conteúdos vão da legislação a um plano de ação construído a partir de boas práticas observadas pela EDUX21.

Essa é mais uma publicação que foi cuidadosamente pensada e estruturada para contribuir com o fortalecimento do setor e da educação superior brasileira. A ABMES segue confiante de que informação de qualidade é um dos pilares que sustentarão a transformação que a educação brasileira tanto necessita. E aqui quero

Essa é mais uma publicação que foi cuidadosamente pensada e estruturada para contribuir com o fortalecimento do setor e da educação superior brasileira.

agradecer à professora Lara de Xavier pela parceria na coordenação desse trabalho e aos autores Francislene Hasmann, Henrique Sartori, Kelly Pereira, Marco Antônio Alves Cunha, Maximiliano Damas, Paulo Chanan, Pedro Henrique Ferreira e Rui Fava pelo empenho e por compartilharem conosco seus profundos conhecimentos.

Jogar luz sobre o Enade foi uma demanda que mapeamos e buscamos suprir. Temos convicção de que o novo e-book da ABMES Editora será mais do que o livro de cabeceira dos gestores das instituições particulares de educação superior, mas o início de uma transformação na relação das IES com toda a comunidade acadêmica envolvida na avaliação. Como consequência, dias e resultados melhores para todos. Que venham os Enades 2023, 2024, 2025...

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 28 de agosto de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

O papel estratégico das instituições particulares na internacionalização do ensino superior brasileiro

Estamos diante de um cenário onde as fronteiras acadêmicas se tornam cada vez mais tênues, e a educação brasileira, especialmente as faculdades, centros acadêmicos e universidades particulares, tem muito a ganhar ao se conectar com as melhores práticas globais.

A internacionalização do ensino superior faz parte da agenda central para as universidades de todo o mundo, e o Brasil não pode ficar de fora desse movimento.

A internacionalização do ensino superior faz parte da agenda central para as universidades de todo o mundo, e o Brasil não pode ficar de fora desse movimento. Recentemente, 40 reitores e gestores educacionais estiveram no Reino Unido, reforçando a importância dessa estraté-

gia, especialmente para as instituições particulares brasileiras. A visita a algumas das melhores e mais relevantes universidades do mundo, como Cambridge, Oxford, University College London e King's College, proporcionou um espaço de diálogo e aprendizagem fundamental para o avanço do nosso ensino superior.

A experiência evidenciou que a internacionalização vai muito além do simples intercâmbio entre estudantes e professores. Ela envolve a criação de parcerias estratégicas que conectam nossa produção acadêmica e pesquisa às principais tendências globais, como as tecnologias emergentes, a saúde e o desenvolvimento sustentável.

Ao visitar universidades britânicas de renome, ficou claro que as instituições particulares brasileiras têm muito a oferecer e a ganhar com esses projetos de cooperação internacional. As conversas com lideranças da Brunel University, por exemplo, abriram possibilidades concretas de intercâmbio de conhecimento em áreas críticas, como a saúde, onde a demanda por profissionais qualificados é crescente em todo o mundo. O Brasil, com seu vasto potencial humano e acadêmico, pode contribuir significativamente para a formação de profissionais que respondam a essa demanda global.

Outro aspecto relevante desse processo de internacionalização é o impacto que ele tem na pesquisa e inovação. Na Universidade de Cambridge, a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) foi convidada a integrar um grupo focado na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025, que será realizada no Brasil (COP30). Trata-se de uma amostra de como a colaboração internacional pode impulsionar o desenvolvimento de soluções para os grandes desafios contemporâneos, como as mudanças climáticas. Essa aliança nos posi-

ciona como atores relevantes em discussões globais, oferecendo aos nossos estudantes e pesquisadores oportunidades únicas de fazer parte de iniciativas que influenciam o futuro do planeta.

Artigo publicado pelo [Correio Braziliense](#) em 11 de novembro de 2024 e no [ABMES Blog](#) em 18 de novembro de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Modelos ágeis de gestão no contexto das IES

Criado originalmente para auxiliar no desenvolvimento de softwares e projetos, nos últimos anos o modelo ágil de gestão passou a ser um recurso bastante implementado por empresas dos mais diversos setores. A explicação para essa dinâmica é simples: com a velocidade das transformações tecnológicas e a crescente necessidade de adaptação, a adoção de práticas ágeis tornou-se crucial para organizações que desejam manter sua competitividade.

Um aspecto relevante consiste no fato de que seu conceito de agilidade vai além de processos e ferramentas. Ele inclui uma mudança de mentalidade, onde a colaboração, a adaptação e a entrega de valor são princípios fundamentais. Para isso, ao contrário dos modelos tradicionais, que tendem a seguir uma abordagem mais rígida e linear, os modelos ágeis promovem uma gestão mais flexível, capaz de lidar com incertezas e mudanças rápidas, características comuns no atual ambiente de negócios.

No contexto das instituições de educação superior (IES), a adoção de modelos ágeis de gestão tem sido uma estratégia cada vez mais relevante para lidar com os desafios do setor, como a necessidade de inovação constante, a adaptação às demandas dos alunos e as mudanças rápidas nas tecnologias educacionais. Outro fator positivo é que as práticas ágeis podem ser adaptadas

tanto para o contexto acadêmico quanto para o administrativo.

Na esfera acadêmica, práticas como os sprints (ciclos curtos de trabalho) podem ser aplicadas no planejamento de disciplinas, cursos e programas de pós-graduação, permitindo que conteúdos e metodologias sejam ajustados de acordo com o retorno de estudantes e docentes. Já no âmbito administrativo, o modelo ágil pode otimizar processos internos como matrícula, comunicação com alunos, avaliação de desempenho de funcionários e a gestão de recursos financeiros e materiais.

Dito isso, deixo aqui a sugestão para que as instituições educacionais acompanhem essa evolução e capacitem seus dirigentes (inclusive, fiquem atentas às ofertas da [ABMES Cursos](#)). Só para dar uma ideia do volume de gestores acadêmicos que isso representa, o Brasil conta com cerca de 45 mil cursos de graduação, cada um com o seu coordenador. A formação e o desenvolvimento em metodologias ágeis contribuirão tanto para o aprimoramento das habilidades gerenciais quanto para o aperfeiçoamento das práticas acadêmicas desses profissionais.

A concretização do modelo ágil, contudo, somente acontecerá se houver uma mudança na cultura organizacional. Docentes, funcionários administrativos e gestores precisam ser capacitados para essa nova realidade. Isso envolve treinamento em técnicas como Scrum, Kanban e Lean, mas também em habilidades de colaboração e gestão de mudanças. E não é algo que se faça uma única vez. A capacitação e o desenvolvimento das equipes devem ser processos contínuos.

Como nada é tão simples, a adoção do modelo ágil não é isenta de desafios. A resistência cultural à mudança, a falta de compreensão das práticas e a dificuldade de adaptação às novas dinâmicas de trabalho podem ser obstáculos a serem superados. Assim,

para que a transição ocorra de forma suave, é essencial que a alta liderança esteja comprometida, que a implementação seja gradual e que haja apoio aos colaboradores ao longo de todo o processo.

Em um momento no qual as IES precisam se reinventar, a eficiência na gestão pode ser o diferencial que vai separar as bem-sucedidas daquelas que sucumbirão aos desafios.

Em um momento no qual as IES precisam se reinventar, a eficiência na gestão pode ser o diferencial que vai separar as bem-sucedidas daquelas que sucumbirão aos desafios.

Sejam instituições filantrópicas, sejam instituições empresariais, todas precisam tratar a gestão de forma mais científica. E, nesse aspecto, a metodologia ágil tem se mostrado uma relevante aliada de quem quer inovar, criar projetos fora da caixa e responder rapidamente às demandas do mercado.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 17 de março de 2025.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Políticas públicas

Para os iguais, direitos iguais

“As atuais políticas de financiamento da educação superior não asseguram equidade de tratamento ao estudante, de acordo com suas necessidades, independentemente da instituição de educação superior em que consegue ingressar. Para uns, gratuidade; para outros, empréstimo subsidiado. Entre os dois conjuntos, uma larga interseção de estudantes originários das mesmas camadas sociais de menor poder aquisitivo”.

O trecho transcrito acima abre as considerações finais do estudo [Investimento Federal e Ensino Superior Privado: análise estratégica e desdobramentos para políticas sustentáveis e inclusivas de financiamento](#), elaborado pelo professor Ricardo Martins a pedido da ABMES, por meio do seu Conselho de Administração ainda durante a gestão do nosso saudoso Gabriel Mario Rodrigues, e lançado no mês passado durante o XV Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular (CBESP).

Embora não seja novidade o fato de o acesso à educação superior ser um mecanismo perverso de perpetuação das graves desigualdades sociais do nosso país, o estudo apresenta uma série de dados que comprovam, por A + B, como esse cenário vem sendo construído - e alimentado - ao longo do tempo.

Por exemplo, ao mergulhar em diversas bases estatísticas, como as do IBGE, MEC e Leis Orçamentárias Anuais da União, o levantamento constata que uma parcela expressiva dos estudantes

matriculados nas instituições particulares de educação superior é composta de potenciais usuários de programas públicos de financiamento estudantil. Hoje, contudo, apenas 28,6% desses estudantes são atendidos, incluindo aqueles que recebem bolsas parciais do ProUni e possuem perfil para serem contemplados com bolsas integrais.

O estudo também mostra que o custo de um aluno beneficiado pelo programa de bolsa de estudos corresponde a 18% do valor observado nas instituições públicas, ao que faz uma ressalva: “É inegável a relevância da contribuição da rede pública de educação superior. É fundamental que sua manutenção e expansão sejam garantidas pelas políticas públicas. No entanto, do ponto de vista da ótica da justiça distributiva, para apoio à trajetória de estudos superiores ao estudante, a estrutura de financiamento da educação superior precisa ser aprimorada”.

E a virada de chave precisa de dar com um tratamento justo para os iguais, ou seja:

Estudantes de baixa renda precisam ter garantido o seu direito à educação gratuita, seja no sistema federal de ensino, seja nas instituições particulares. Hoje, pessoas com o mesmo perfil socioeconômico são divididas entre as que desfrutam de gratuidade por meio de bolsas integrais do ProUni e as que precisam se submeter a um financiamento de longo prazo, e cada vez mais desconnectado do caráter social que deu origem à iniciativa.

Estudantes de baixa renda precisam ter garantido o seu direito à educação gratuita, seja no sistema federal de ensino, seja nas instituições particulares.

É preciso, portanto, reestruturar as políticas públicas de acesso à educação superior de modo a termos um Estado mais efetivo na sua função primária de promover o bem-estar da população e o desenvolvimento social. Precisamos caminhar para uma estrutura que garanta bolsa de estudos para todos que dela necessitam, sem qualquer distinção. O financiamento estudantil deve seguir existindo, mas como política destinada para aqueles que podem pagar. E essa não é uma ação para o futuro, mas para agora. Inclusive, estudantes das camadas mais baixas da população que estão comprometidos com um financiamento precisam ser imediatamente transferidos para bolsas de estudos. Esse é o caminho para a justiça social.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 12 de junho de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Brasil e o desafio de um financiamento estudantil justo

A boa notícia de que o Ministério da Educação (MEC) iria aumentar o limite máximo de financiamento estudantil para os estudantes de medicina, dada pelo ministro da Educação, Camilo Santana, no início deste mês, foi oficializada por meio da [Resolução nº 54/2023](#), publicada no Diário Oficial da União no último dia 14 de junho.

A medida foi fundamental para reduzir o drama que esses estudantes vinham passando há algum tempo, submetidos a um limite de financiamento bastante aquém dos valores das mensalidades, comprometendo a permanência nos cursos de graduação. A partir de julho, contratos novos e renovados contarão com o teto de R\$ 60 mil por semestre, um reajuste de mais de 13%.

Trata-se de uma decisão acertada, que mostrou compreensão por parte do governo federal, especialmente em relação aos alunos mais carentes – e que, conseqüentemente, têm mais dificuldade para arcar com a diferença entre o valor financiado e o total da mensalidade. Contudo, seguimos longe de ter uma política pública de financiamento estudantil que dialogue com as necessidades da população brasileira.

A retomada do caráter social do programa passa por medidas essenciais como o financiamento de 100% da mensalidade e a revisão dos critérios para a concessão do crédito e, posteriormente, para o pagamento da dívida. Por exemplo, insistir no pagamento sem qualquer atrelamento à renda futura do estudante está longe de ser justiça social.

A retomada do caráter social do programa passa por medidas essenciais como o financiamento de 100% da mensalidade.

Aliás, como pontuei no artigo da semana passada, estudo recente elaborado pelo professor Ricardo Martins para a ABMES mostra que precisamos avançar no sentido de garantir bolsa de estudos para quem não pode pagar, e não um financiamento cada vez mais ali-

nhado com práticas de mercado, comprometendo o futuro desses jovens em vez de oportunizar um avanço significativo nas suas vidas e no desenvolvimento do país.

Há que se rever, ainda, a forma como está sendo feito o repasse dos recursos do financiamento para as instituições particulares de educação superior, especialmente no que se refere à coparticipação destas no fundo garantidor do Fies. Está havendo um desconto excessivamente alto em função de uma inadimplência que ninguém sabe qual é, ninguém controla, que, no fim, acaba penalizando os estudantes – já que, para garantir sua sobrevivência, algumas instituições podem optar pelo descredenciamento no Fies, reduzindo as possibilidades daqueles que sonham com a graduação. Inclusive, tem sido discutida a possibilidade de limitar o desconto repassado em 25%, medida que precisa ser adotada com urgência.

O acesso à educação é um direito básico de todo cidadão brasileiro e condição fundamental para alcançarmos novos patamares de desenvolvimento socioeconômico. O MEC deu um passo importante ao ampliar o teto do financiamento dos cursos de medicina, mas o Brasil e sua população precisam que o olhar cuidadoso para as políticas de acesso à graduação não termine por aí. Ainda temos muito o que caminhar até que tenhamos programas que dialoguem com a realidade do nosso país. O primeiro passo foi dado, mas precisamos seguir focados na longa estrada que se apresenta à frente.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 16 de junho de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Enfim, uma reforma tributária para a educação

Vitória! Após anos de negociações, o relatório da PEC 45/2019, apresentado na última quinta-feira (22/6), pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), confirmou o êxito da estratégia do setor de educação para evitar o aumento da carga tributária sobre as mensalidades escolares.

O texto que será votado na Câmara dos Deputados prevê um desconto de 50% sobre as alíquotas de CBS e IBS para os serviços de educação em relação aos demais bens e serviços. Ainda que um pouco acima do pleito do setor, trata-se de avanço muito importante. A previsão do presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP-AL), é de que a votação aconteça já na primeira semana do mês, antes do recesso parlamentar que começa no dia 18.

A aproximação desse momento crucial fez com que o setor particular de educação superior intensificasse sua articulação nas últimas semanas. Nesse sentido, destaca-se o seminário Impactos da Reforma Tributária na Educação Superior, promovido pela ABMES no dia 13 de junho.

O evento reuniu na sede da Associação os deputados Reginaldo Lopes (PT-MG), Moses Rodrigues (União-CE) e Átila Lira (PP-PI), além da secretária Extraordinária da Reforma Tributária do Minis-

tério da Fazenda, Camila Cavalcanti. O senador Izalci Lucas (PS-DB-DF), impedido de estar pessoalmente, também deu a sua contribuição de forma remota.

Ao colocar na mesma mesa alguns dos principais defensores da educação no Congresso Nacional, tivemos um momento ímpar sobre como as mudanças que virão com o novo regramento legal irão impactar o setor educacional. Também foi uma oportunidade valiosa para apresentar às instituições de educação superior (IES) alguns dos principais pontos da reforma. O mais relevante, contudo, foi o discurso unificado de que a alíquota diferenciada para o setor é um ponto pacífico entre os parlamentares e deverá ser aprovada sem contratempos.

Isso, contudo, não significou que nosso trabalho estava concluído. Dando continuidade à agenda em prol de uma reforma tributária justa para a educação, no dia 20 de junho o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular esteve na Câmara dos Deputados onde se reuniu com o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Também participaram do encontro os deputados Moses Rodrigues, Átila Lira e Eduardo Bismarck (PDT-CE). Mais uma vez, a pauta do setor foi bem recebida e saímos de lá com a promessa de que a reforma tributária irá assegurar um ambiente tributário propício para o setor.

É importante destacar, ainda, que o texto que segue para votação conta com outra importante conquista do setor: a isenção de CBS no âmbito do Programa Universidade para Todos (ProUni), o que garante a manutenção do principal projeto de inclusão social na educação superior do país.

Os últimos anos foram de muito trabalho para que chegássemos hoje com esses resultados tão valiosos.

Como sempre destacamos, a educação particular desonera o Estado e presta um serviço fundamental para a sociedade brasileira e de forma alguma poderia ser prejudicada com a reformulação do nosso sistema tributário.

Como sempre destacamos, a educação particular desonera o Estado e presta um serviço fundamental para a sociedade brasileira.

Entendemos que a reforma tributária é fundamental para o desenvolvimento do país e sempre a apoiamos, visto que é imprescindível a simplificação da legislação, tornando-a mais objetiva e menos burocrática. Mas isso de forma nenhuma poderia ser feito de modo a comprometer a sustentabilidade de um setor tão fundamental para o país.

É verdade que não conseguimos tudo o que queríamos e seguiremos em busca dos aperfeiçoamentos que acreditamos serem justos e necessários. Contudo, o texto que será votado na Câmara dos Deputados é um marco da força e da capacidade de articulação do setor particular de educação superior. A hora é de comemorar!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 26 de junho de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo

ProUni e a boa safra para a educação superior

Este ano de 2023 tem sido um bom tempo de colheita, com ventos soprando favoravelmente na direção da educação superior. Em mais uma vitória significativa do setor, das entidades representativas, mas, sobretudo, da sociedade brasileira, o Ministério da Educação (MEC) autorizou, por meio da [Portaria Seres nº 144](#), de 14 de junho de 2023, a ampliação do número de vagas anuais ofertadas nos cursos de Direito e Medicina no âmbito do Programa Universidade para Todos (ProUni).

Essa era uma reivindicação antiga tendo em vista o alto interesse dos estudantes pelas duas áreas. Não é novidade que Medicina e Direito estão sempre entre os cursos mais disputados por aqueles que desejam ingressar em uma graduação em busca da sua formação profissional, e as limitações existentes até meados deste mês iam na contramão dessa procura.

O ProUni é, hoje, a principal ação inclusiva na esfera da educação superior.

O ProUni é, hoje, a principal ação inclusiva na esfera da educação superior. Com as últimas reformulações do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), e a retirada do caráter social do programa, o ProUni assumiu esse

posto nos últimos anos. Centenas de milhares de estudantes só estudam ou se formaram porque foram beneficiados pelas bolsas concedidas pela iniciativa.

Aliás, outra batalha que assumimos neste ano consiste na ampliação e no fortalecimento do ProUni para que ele siga transformando vidas. Nesse processo, nossa defesa é a de que todo o público que hoje está no Fies, mas tem perfil para o ProUni, seja acolhido pelo programa de bolsas de estudo, o que reduziria a evasão escolar e daria condições iguais para os iguais. Por ora, contudo, vale celebrar mais essa grande conquista alcançada e registrar que nada disso teria sido possível sem a colaboração de um exército de pessoas que dedicaram seu tempo e talento para fazer isso acontecer. De forma especial, agradeço ao ministro da Educação, Camilo Santana, e toda a sua equipe que têm sido grandes parceiros nessa caminhada rumo a uma educação mais justa e inclusiva. Agradeço também às entidades irmãs da ABMES, a Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC) e a Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas (ABIEE), por estarem junto conosco ao longo dessa jornada.

Garantir que todos os brasileiros tenham respeitado o seu direito constitucional à educação precisa ser prioridade neste país. E não se trata de qualquer educação, mas de uma formação de qualidade, que o prepare para a vida profissional e também para exercer a sua cidadania de forma plena e consciente. É nessa educação que acreditamos e é para ela que trabalhamos. Por isso, o que desejamos é vida longa e que os ventos sigam soprando a favor do ProUni e da educação brasileira.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 03 de julho de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Conquista do setor: um teto justo para o FG-Fies

Em mais uma significativa vitória do [Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular](#), a Câmara dos Deputados aprovou, na última terça-feira, 5 de setembro, o limite de 27,5% para o valor descontado das instituições de educação superior para o FG-Fies. Trata-se de uma conquista muito importante para o setor, tendo em vista os descontos descabidos que muitas IES estão sofrendo, e viabiliza a continuidade do programa governamental de financiamento estudantil.

Com as mudanças ocorridas nos últimos anos, em 2023 algumas instituições de educação superior estão tendo até 100% de desconto em casos de inadimplência. Além de inviabilizar totalmente a adesão das IES ao programa, esse cenário consiste em uma grande injustiça com as instituições, pois, além de ofertarem o serviço de formação educacional, as IES não possuem qualquer ingerência sobre a cobrança dos estudantes que contrataram o financiamento estudantil.

Conforme a legislação em vigor, cabe unicamente à Caixa Econômica Federal a atribuição de efetuar as cobranças dos beneficiários do Fies, ainda que as instituições de educação superior sejam corresponsáveis pelos empréstimos. A inoperância do banco estatal não só fragiliza a operação do financiamento estu-

dantil como tem causado graves problemas econômicos para as IES particulares, responsáveis por cerca de 80% das matrículas de graduação no país.

Nesse sentido, o estabelecimento do teto de 27,5% pela relatora do [PL 4172/2023](#), Dep. Flávia Moraes (PDT/GO), se apresenta como mais uma conquista histórica do setor. Em contraponto aos 40% que haviam sido apresentados pelo governo federal, a parlamentar ouviu a argumentação do Fórum de que um desconto tão elevado não consistiria em uma solução equilibrada, podendo resultar no fim do programa. Vale registrar outros pontos inseridos no PL, como a condicionante à disponibilidade orçamentária e financeira do aporte de R\$ 4,5 bilhões, por parte da União, ao FG-FIES, e a possibilidade de que estudantes e ex-estudantes com parcelas do Fies em atraso possam parcelar a dívida em até 150 meses, com incentivos que variam entre a isenção de multas e juros até descontos de 99% dependendo da renda.

Nada disso teria sido possível sem uma atuação forte do Fórum e suas instituições.

Nada disso teria sido possível sem uma atuação forte do Fórum e suas instituições a quem agradeço todo o empenho dos últimos dias. Toda gratidão à ABIEE, ABMES, Abrafî, Afeesmig, AMIES, Ampesc, Anaceu, Anec, BrasilTec, Confenen, Fenep, Semerj, Semesb/Abames e Semesp.

Agradeço e parabênz, de forma especial, os deputados Átila Lira (PP-PI), Maurício Carvalho (União-RR), Moses Rodrigues (União-CE) e Reginaldo Lopes (PT-MG) que lideraram as negociações para as inserções e ajuste do teto. Vocês engrandecem o parlamento naquilo que precisa ser a prioridade zero deste país: a educação.

A conquista foi expressiva e merece ser muito comemorada, mas o trabalho ainda não acabou. Agora, o PL segue para o Senado Federal, onde deve ser votado em breve, já que tramita em regime de urgência. A expectativa é de que também seja aprovado lá, mas, por garantia, o Fórum seguirá mobilizado e atuante na sensibilização dos senadores. É essencial que todos eles estejam conscientes da relevância da pauta para o setor que forma os profissionais que o país tanto precisa, mas também para os milhões de brasileiros que projetam no acesso à graduação a esperança de uma vida melhor para eles e suas famílias.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 11 de setembro de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo

OCDE e mais um doloroso “resumo da educação” brasileira

Na semana passada, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou a edição anual do seu já tradicional [Education at a Glance](#). Em 2023, o relatório destaca a educação profissional e apresenta dados de 49 países, entre eles o Brasil. Mais uma vez, o cenário verificado em terras brasileiras não é nada animador.

Para começar, o documento mostra o quanto a educação profissional ainda é um grande gargalo em nosso país. Aqui, apenas 11% dos estudantes do ensino médio, com idades entre 15 e 19 anos, estão matriculados na educação profissional. A distância em relação a outros países é enorme. A média entre as nações que integram a OCDE é de 37%.

Quando a idade do estudante aumenta, o cenário é ainda mais desafiador. Enquanto no Brasil apenas 11% dos estudantes de 20 a 24 anos estão matriculados em cursos profissionalizantes, a média da OCDE é de 65%. Considerando que para essa faixa etária o nível educacional, no Brasil, consiste na educação superior, há que se refletir sobre o quanto o acesso à graduação ainda é um desafio em nosso país.

Outro dado nada animador consiste na proporção de jovens adultos (18 a 24 anos) que nem estudam e nem trabalham, os “nem-nem”. No Brasil, 24,4% da população com esse recorte etário vive nessa condição, enquanto a média dos países que integram a Organização é de 14,7%. O levantamento constatou, ainda, que, aqui, essa situação também tem um forte recorte de gênero: entre as mulheres, o índice é de 30% ante a taxa de 18,8% verificada entre os homens.

Embora sejam inúmeros os fatores que resultem em um panorama tão complexo e desigual em relação às nações mais desenvolvidas, é fundamental destacar um aspecto decisivo para a construção das adversidades enfrentadas na esfera educacional brasileira: o investimento público em educação. E o levantamento da OCDE mostra o quanto estamos aquém dos países que obtiveram resultados melhores.

De acordo com a Organização, em 2020, o Brasil investiu US\$ 4.306 por estudante de escolas públicas, da educação infantil ao ensino superior. Entre as nações que integram a OCDE a média foi de US\$ 11.560. Vale pontuar que 2020 foi o primeiro da pandemia de covid-19. Talvez por isso, a média de investimento na área dos países ligados à organização tenha crescido 2,1% no ano. Na contramão dessa tendência, aqui foi registrada uma queda de 10,5% do investimento público na educação.

Por fim, o documento chama a atenção para as condições de trabalho oferecidas aos docentes, critério no qual o Brasil também não ficou bem avaliado. No nosso país, os professores do ensino médio trabalham com turmas que possuem, em média, 25 estudantes, ao passo que a média entre os países que integram a OCDE é de 14 alunos.

De forma isolada, os dados dão a dimensão dos desafios que o Brasil tem pela frente (embora não sejam surpreendentes, pois temos boas estatísticas educacionais). Contudo, o grande mérito do estudo realizado pela OCDE consiste em colocar a nossa educação sob a perspectiva global, nos mostrando o quanto estamos defasados. Em síntese, ele joga luz sobre o porquê de estarmos onde estamos em diversos contextos da nossa existência, como o político, o social, o econômico e o ambiental.

De forma isolada, os dados dão a dimensão dos desafios que o Brasil tem pela frente.

ção sob a perspectiva global, nos mostrando o quanto estamos defasados. Em síntese, ele joga luz sobre o porquê de estarmos onde estamos em diversos contextos da nossa existência, como o político, o social, o econômico e o ambiental.

Há alguns anos o Brasil vem se esforçando para aderir ao seleto grupo de países que integram oficialmente a OCDE. Por ora, somos apenas parceiros. Minha esperança é a de que queiramos estar lá não apenas para ter as vantagens de integrar a Organização, como o ganho de credibilidade econômica e estarmos mais alinhado com a geopolítica mundial. Minha esperança é a de que queiramos estar lá para nos alinharmos naquilo que tem feito a diferença para o progresso e a melhoria da qualidade de vida nas nações mais desenvolvidas: a educação.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 18 de setembro de 2023. [Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Reflexões sobre o censo, consensos e dissensos

Responsável por mais de 70% das novas matrículas efetivadas em 2022, a educação a distância (EAD) foi, novamente, o destaque do [Censo da Educação Superior](#), realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). O crescimento dessa modalidade de ensino já vinha sendo verificado nos últimos levantamentos, inclusive antes mesmo da pandemia de covid-19, mas os novos dados são tão expressivos que acenderam o sinal de alerta dentro do Ministério da Educação.

Durante a apresentação dos dados, o ministro Camilo Santana mostrou-se preocupado com a qualidade da educação ofertada à distância, mas disse compreender que a modalidade facilita a vida do trabalhador. “Não estamos aqui demonizando o ensino a distância, não. Ele é importante para facilitar a vida, mas quero prezar pela qualidade da oferta desses cursos”, disse. Além de realizar uma consulta pública sobre cursos que não devem ser ofertados à distância, a pasta anunciou outras medidas como a revisão das cargas horárias e das diretrizes curriculares nacionais para os cursos EAD.

Aqui, vale pontuar que os cursos à distância passam pelo mesmo processo de avaliação aplicado aos presenciais – e que os resultados qualitativos têm se mantido similares ao longo dos anos.

Uma reflexão possível talvez seja a de que não estamos preparados para aceitar que a sociedade mudou.

Nesse sentido, Uma reflexão possível talvez seja a de que não estamos preparados para aceitar que a sociedade mudou, que o preconceito com a educação à distância caiu por terra e que os ingressantes da educação superior estão em busca de novos caminhos para sua formação profissional. Isso, claro, de modo algum significa que a preocupação com a qualidade não deva existir.

Quero destacar um dado relevante e que foi pouco celebrado até o momento: a variação positiva no número de ingressantes dos cursos presenciais em 12,9% entre 2021 e 2022. Há anos, não havia variação positiva nesse quesito e a redução dos ingressantes nos cursos presenciais parecia um cenário consolidado. Entre 2020 e 2021, por exemplo, o decréscimo havia sido de -16,5%. Para mim, esses dados mostram que, reestabelecido o quadro sanitário normal, as pessoas que podem e preferem cursar uma graduação presencial estão seguindo esse caminho, enquanto outras descobriram na oferta à distância um passo seguro rumo à formação profissional, sem o medo de outrora em relação à sua aceitação pelo mercado de trabalho.

Talvez estejamos na direção do que venha a resultar em uma (possível) democratização do acesso à educação superior. Outro indicativo nesse sentido consiste nas quase 500 mil matrículas a mais registradas em 2022 em relação a 2021, fazendo com que saltássemos para quase 9,5 milhões de estudantes em cursos de educação superior, desempenho que há muito não registrávamos. O que praticamente não teve alteração é relevância do setor particular: 78% das matrículas totais estão nessas instituições.

Depois de alguns anos bem desalentadores, o Censo da Educação Superior 2022 trouxe um certo alívio com números positivos e que indicam uma retomada para o fortalecimento desse nível educacional no Brasil. Contudo, não podemos nos esquecer que seguimos com grandes desafios na área, como as metas do PNE que não serão atingidas; os altos índices de evasão; e o desafio de construir uma educação conectada com a realidade destes novos e desafiadores tempos.

Para isso, precisamos romper de vez com a discussão sobre a dicotomia entre presencial e EAD. É necessário partirmos para um modelo de educação baseada em tecnologia, no qual cada instituição, respeitando suas características e autonomia, e seguindo as diretrizes curriculares nacionais, possa definir sobre a aplicação dos [quadrantes híbridos](#) para cada curso superior. Esse é o caminho para a nova educação que precisa surgir e que vai dialogar com os anseios da sociedade, dos estudantes e das instituições.

Portanto, tenhamos, sim, atenção para a qualidade dos cursos – todos eles, mas também estejamos em alerta e atuantes em relação às demais ações e políticas educacionais que o país e a nossa população tanto precisam. Que saibamos fazer as reflexões e os investimentos corretos. Disso depende o nosso futuro.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 30 de outubro de 2023. [Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Fies: duas conquistas para celebrar

Nos últimos dias, a sociedade brasileira foi brindada com excelentes notícias sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Em uma clara demonstração de valorização do que já foi a maior política de acesso à educação superior do país, o governo federal atendeu a duas relevantes demandas tanto para o setor privado de educação superior quanto para os estudantes, em especial daqueles que utilizaram o financiamento, mas estão com dificuldade para quitar o saldo devedor.

A definição do teto de 27,5% para a participação das instituições de educação superior no Fundo Garantidor do Fies consistia em uma medida essencial para a continuidade do programa público de financiamento estudantil. Passados seis anos da implementação do Novo Fies, a falta de regulamentação resultou no disparo dos valores cobrados das instituições, cenário que inviabilizaria a permanência delas no financiamento estudantil.

Assim, mais do que atender a uma demanda do setor privado de educação superior que, registra-se, não tem ingerência na cobrança dos inadimplentes, a medida garantiu que brasileiros de baixa renda possam continuar contando com o Fies como um aliado para conquistar o tão sonhado diploma de graduação

Em outra frente, o governo federal lançou um novo plano de renegociação das dívidas para estudantes que estão inadimplentes na quitação do saldo devedor. A iniciativa prevê a extensão do prazo para pagamento e descontos que chegam a 99% nos juros e multas, criando condições mais favoráveis para a solução dos débitos daqueles estudantes que tiveram seus contratos assinados até o fim de 2017. A expectativa é de que cerca de 1,2 milhão de pessoas sejam beneficiadas.

Ambas as medidas sinalizam um horizonte promissor em relação à valorização da educação superior pelo governo federal. Essa percepção, inclusive, foi reforçada pela fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a assinatura do PL que instituiu os novos critérios de renegociação do Fies: “Para nós, o que é importante não é a sua dívida, o que é importante é que você volte a estudar pagando o mínimo que for necessário. Volte a estudar, tire o seu diploma e nós ficamos muito agradecidos”.

Ao aliviar a carga dos estudantes endividados, preservar a sustentabilidade financeira das instituições de educação superior e garantir a continuidade do Fies, o governo federal, mais uma vez, se mostrou atento às necessidades e especificidades desse nível educacional.

Ao aliviar a carga dos estudantes endividados, preservar a sustentabilidade financeira das instituições de educação superior e garantir a continuidade do Fies, o governo federal, mais uma vez, se mostrou atento às necessidades e especificidades desse nível educacional. A busca por soluções que beneficiem a comunidade acadêmica como um todo tem sido uma prática

recorrente da atual gestão, que tem se mantido aberta ao diálogo permanente e se mostrado sensível às pautas do setor privado.

Esse posicionamento tem sido fundamental para garantir avanços significativos para a educação superior brasileira. Uma boa interlocução entre as instituições privadas, responsáveis por quase 80% das matrículas, e os órgãos gestores da política pública de educação é o caminho seguro para a construção - e a consolidação - de um sistema de ensino superior mais acessível e de alta qualidade. Estamos unidos nesse propósito, e os resultados estão aparecendo.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 13 de novembro de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Luz no horizonte da evasão escolar

Em novembro, o Brasil viu seus governantes darem dois passos importantes para o enfrentamento da evasão escolar, um drama que há décadas se apresenta como um dos nossos principais desafios educacionais, especialmente nos níveis médio e superior.

No dia 29, o Senado Federal aprovou, por unanimidade, o [PLP 243/2023](#). A medida prevê que o superávit financeiro do Fundo Social poderá ser utilizado, em 2023, para financiar um programa de incentivo à permanência de estudantes de baixa renda do ensino médio. Para quem não se lembra, o Fundo Social foi criado em 2010 com o objetivo de direcionar para a educação recursos provenientes do petróleo extraído da camada pré-sal.

A aprovação na casa legislativa foi acompanhada da publicação, pelo governo federal, da medida provisória ([MP 1.198/2023](#)). O texto prevê que esse incentivo se dará por meio de uma poupança individual para os estudantes matriculados na rede pública de ensino, com especial foco naqueles que pertencem a famílias inscritas no Cadastro Único da Assistência Social (CadÚnico). Os recursos poderão ser acessados após a conclusão do ensino médio.

Em outra frente, o governo de Mato Grosso do Sul instituiu o programa [MS Supera](#), voltado a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que cursam educação profissional técnica de nível médio ou universitários de instituições públicas e privadas. Os estudantes, em especial indígenas, receberão o auxílio de

um salário mínimo como apoio para que permaneçam estudando até a conclusão do curso.

Ainda é muito cedo para dizer se as medidas alcançarão o êxito esperado. O projeto federal, inclusive, ainda depende de avaliação e aprovação na Câmara dos Deputados – e a posterior sanção presidencial. Contudo, em uma nação com o quadro de desigualdade tão profundo como o nosso, não podíamos seguir tentando equacionar o problema da evasão com medidas que não vão no cerne da questão.

Embora nem toda evasão possa ser atribuída ao contexto financeiro, é inegável a força que ele possui na decisão de uma parcela significativa de estudantes.

Embora nem toda evasão possa ser atribuída ao contexto financeiro, é inegável a força que ele possui na decisão de uma parcela significativa de estudantes. O dilema entre estudar e trabalhar é uma realidade na vida de muitos brasileiros que precisam – desde muito cedo – enfrentar o mercado de trabalho para contribuir com a subsistência do lar. Esse cenário é ainda mais desafiador na graduação, onde quase 80% das matrículas estão na iniciativa privada.

É importante lembrar que o ensino médio integra a educação básica, etapa obrigatória da nossa política educacional, e que somente após concluí-lo a pessoa passa a ter o direito de cursar uma graduação. Interrompê-la consiste, ao mesmo tempo, em uma vio-

lação de direito fundamental e na redução de perspectivas para uma vida mais próspera no futuro.

O Brasil precisa de profissionais qualificados e de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, condições somente alcançadas com investimento em educação. Por isso, a evasão precisa entrar na agenda pública com toda a seriedade que o problema requer, e não como uma dificuldade de segunda ordem. Ainda que com algumas gerações de atraso, parece que começamos a caminhar nesse sentido. As perspectivas são boas, agora é acompanhar para ver se elas se concretizam.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 04 de dezembro de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Enem e a democratização do acesso à educação superior

Um dos dias mais aguardados por milhões de brasileiros, a divulgação dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) sempre gera grande mobilização nos quatro cantos do país. O anúncio das notas obtidas na avaliação consiste em um marco na vida de quem deposita na educação superior a expectativa de um futuro melhor para si e sua família. Em 2024, esse dia foi terça-feira passada, 16 de janeiro.

Com sua relevância indiscutível, o Enem é a principal porta de entrada para a graduação, seja nas instituições públicas (por meio do Sisu) seja nas privadas (por meio do Fies, do ProUni e do acesso regular). O exame também se concretiza como importante instrumento de avaliação e formulação de políticas públicas educacionais para a educação básica e o nível superior. Contudo, longe do seu período áureo - quando chegou a ter 8,7 milhões de inscritos (2014) -, o pouco interesse pelo Enem tem desafiado a lógica.

Desde a queda vertiginosa registrada no número de inscritos entre 2020 (6,2 milhões) e 2021 (3,4 milhões), as inscrições no exame têm crescido pontualmente, atingindo a marca de 4 milhões em 2023. Contudo, o próprio Ministério da Educação chama a aten-

ção para dois fatos relevantes: 1) na última edição, apenas 68% dos inscritos compareceram para fazer as provas; 2) o contingente de inscritos representa metade dos jovens brasileiros que concluíram o ensino médio em 2023.

Esse cenário fez com que o MEC e o Inep anunciassem a realização de uma pesquisa para entender os motivos disso e “a partir de dados concretos, tomar decisões mais assertivas que ampliem a participação dos concluintes”. A expectativa do presidente do Inep, Manuel Palacios, é a de que o levantamento fique pronto em março.

Em outra frente, o ministro Camilo Santana acredita que o programa Pé de Meia, que vai conceder um incentivo financeiro para estimular a permanência de estudantes de baixa renda no ensino médio, vai contribuir para a aumentar a participação no Enem, já que o estudante receberá um percentual da poupança quando fizer o exame.

Largando na frente, a consultoria Educa Insights ouviu cerca de 800 estudantes que fizeram o Enem em 2023 e fez uma descoberta bastante relevante: 58,6% das pessoas prestaram o exame com o objetivo de obterem descontos nas mensalidades das instituições privadas de educação superior.

Esse resultado mostra um quadro ainda pouco considerado pelos gestores públicos: a relação entre o Enem e a necessidade de fortalecer as políticas de acesso à educação superior privada.

Esse resultado mostra um quadro ainda pouco considerado pelos gestores públicos: a relação entre o Enem e a necessidade de fortalecer as políticas de acesso à educação superior privada.

Enquanto o ProUni e o Fies tiverem poucas vagas e exigências desconectadas do perfil dos seus públicos-alvo, seguirá sendo uma missão quase impossível manter vivo em quem está concluindo o ensino médio o sonho de cursar uma graduação.

Vivemos em um país no qual 80% das matrículas na educação superior estão nas instituições privadas. Qualquer política que não tenha essa realidade como um dos seus eixos centrais precisa ser repensada. Enquanto o acesso à educação superior for privilégio para poucos, não há fórmula mágica capaz de tornar o Enem mais atraente. A democratização do acesso é urgente, e deve ser priorizada.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 22 de janeiro de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Desafios da nova secretária de Regulação e Supervisão do MEC

Neste início de ano, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres/MEC) ganhou nova titular responsável por sua condução: Marta Abramo, servidora pública federal da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Para o setor, é positiva a notícia de que a Secretaria seguirá sob a coordenação de uma profissional experiente e conhecedora do amplo universo que envolve as áreas de regulação, supervisão e avaliação das instituições privadas de educação superior. Graduada em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e especialista em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), Marta tem desempenhado funções relevantes no serviço público desde 2007, inclusive já tendo assumido a Seres/MEC entre 2014 e 2016.

Nos últimos anos, tivemos a oportunidade de dialogar algumas vezes, e a nova secretária sempre se mostrou aberta às sugestões focadas no aprimoramento da qualidade da educação ofertada pelo setor que é responsável por mais de 80% das matrículas nesse nível de ensino no país. Assim, quero aproveitar este texto de

boas-vindas para reforçar junto à nova secretária algumas pautas que temos defendido há algum tempo e que precisam encabeçar a agenda da Secretaria nos próximos meses, a fim de que a educação superior seja fortalecida em nosso país.

De modo geral, precisamos modernizar o marco regulatório da avaliação e da supervisão. É necessário avançar em modelos que incentivem o uso de novas tecnologias digitais, incluindo a viabilização de modalidades híbridas de ensino e aprendizagem, por exemplo.

De modo geral, precisamos modernizar o marco regulatório da avaliação e da supervisão.

Também precisamos avançar em relação a aspectos como o credenciamento único e os fluxos dos processos regulatórios.

Outras propostas que têm sido conduzidas pelo setor privado rumo a uma educação mais forte, inclusiva e conectada às demandas deste século 21 dizem respeito ao aprimoramento da EAD em vez da sua suspensão; à melhoria da estrutura regulatória já existente antes da criação de novos mecanismos; à maior clareza do que venha a ser “qualidade” e, a partir disso, investigar os motivos que têm levado algumas instituições a ficarem de fora desses referenciais, ajudando-as a superar suas deficiências e coibir eventuais descumprimentos da regulação; e à valorização das pequenas e médias instituições naquilo que são suas especificidades e competências.

Sabemos que se tratam de propostas com graus variados de dificuldade para a implementação, mas também entendemos que são elementos complementares e necessários para o fortalecimento desta que deve ser a área prioritária de uma gestão com-

prometida com o desenvolvimento socioeconômico da nação. O setor privado de educação superior segue à disposição para contribuir no que for preciso. Conte conosco e seja muito bem-vinda, Marta Abramo!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 19 de fevereiro de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Fies Social: o primeiro passo de uma longa jornada

Em um claro sinal de que está disposto a resgatar o caráter social do programa público de financiamento estudantil, o Ministério da Educação (MEC) anunciou, no último dia 16, o Fies Social. Entre as novidades, destacam-se o financiamento de até 100% das mensalidades para estudantes com renda familiar per capita de até meio salário mínimo e a previsão de reserva de vagas para alunos de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

A primeira medida atende, em parte, a uma demanda do setor privado de educação superior que vinha se estendendo desde 2016, quando foi extinta a possibilidade de financiamento do valor integral da mensalidade. Desde então, as instituições particulares vinham insistindo junto aos governos sobre a necessidade de se rever esse aspecto. Afinal, o programa governamental de financiamento estudantil tem na sua essência a democratização do acesso ao ensino superior no país.

Contudo, existem dois pontos que precisam ser considerados em relação a essa medida: a definição de um recorte dos possíveis beneficiários com base na renda e o descompasso entre a política de financiamento estudantil e a de oferta de bolsas de estudo, o ProUni.

Por se tratar de um financiamento, o Fies 100% deve ser disponibilizado para todos os estudantes que precisarem lançar mão desse recurso para garantir a sua graduação, inclusive aqueles que possuem renda familiar um pouco mais elevada, mas que, em virtude das circunstâncias sociais e econômicas do país, não dispõem de recursos para arcar com uma parte das mensalidades antes de ingressarem como profissionais qualificados no mercado de trabalho.

A outra questão é ainda mais sensível, pois reforça o tratamento desigual que tem sido direcionado a indivíduos com condições - e direitos - iguais. Como mostra a [Análise estratégica e desdobramentos para políticas sustentáveis e inclusivas de financiamento](#), realizada pelo professor Ricardo Martins para a ABMES, pessoas com o mesmo perfil socioeconômico têm sido divididas entre as que desfrutam de gratuidade por meio de bolsas do ProUni e as que precisam se submeter a um financiamento de longo prazo.

Hoje, no Brasil, para ter acesso a uma bolsa integral do ProUni o estudante deve ter renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até 1,5 salário mínimo. Já as bolsas de 50% são concedidas para alunos com renda mensal per capita de até 3 salários mínimos. Porque, então, um cidadão com renda familiar per capita de 0,5 salário mínimo é elegível para um financiamento e não para uma bolsa de estudos?

Esse é um aspecto crucial que precisa ser repensado nas políticas de acesso à educação superior do país. Se quisermos, de fato, sermos um Estado de justiça e bem-estar social, precisamos tratar os iguais como iguais, garantindo a todos seus direitos constitucionais na integralidade. O Fies tem seu papel importantíssimo e deve seguir sendo valorizado, além de ter seu caráter social resgatado de modo a beneficiar uma parcela significativa da popula-

ção que não se enquadra nas camadas sociais mais baixas, mas mesmo assim precisa de auxílio do poder público para concluir uma graduação.

Contudo, os indivíduos que estão na base da pirâmide precisam ter garantido o seu direito à educação gratuita, seja no sistema federal de ensino, seja nas instituições particulares. O setor privado de educação superior tem atuado no sentido de conceder bolsas ou descontos significativos sempre que possível, mas somente uma política pública efetiva e robusta será capaz de equalizar o cenário de tamanha desigualdade que persiste no Brasil.

O Fies Social deu um primeiro passo importante, mas o caminho até a obtenção de um cenário inclusivo no acesso à educação superior ainda é extenso. No que puderem contribuir, tanto a ABMES quanto o setor estão à disposição.

O Fies Social deu um primeiro passo importante, mas o caminho até a obtenção de um cenário inclusivo no acesso à educação superior ainda é extenso.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 26 de fevereiro de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Uma nova presidente para uma nova Capes

Na última terça-feira (27/2), a professora Denise Carvalho tomou posse como presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Antes de assumir a gestão do órgão, Denise atuou como secretária de Educação Superior (fevereiro de 2023 a fevereiro de 2024) do Ministério e foi reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), entre 2019 e 2023.

Detentora de profundo conhecimento e de grande experiência tanto no que se refere à gestão de políticas educacionais quanto sobre a importância da pesquisa e da extensão para o desenvolvimento da educação superior e do Brasil, a professora deixou isso evidenciado ao destacar, no seu discurso de posse, que “é nas instituições de ensino superior que ocorre a formação de profissionais da mais alta competência e de alta capacidade de adaptação”.

Ainda que tenha desenvolvido sua carreira no âmbito das instituições federais de ensino superior - como livre docente em Fisiologia e Biofísica na Universidade de São Paulo (USP) e professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com atuação nos programas de pós-graduação em Medicina e em Ciências Biológicas - temos plena convicção do respeito e do apreço que a

professora Denise Carvalho nutre pelo setor privado de educação superior, responsável por mais de 80% das matrículas nesse nível educacional no país.

Assim, nesse momento de constituição de uma nova liderança e de definição de novos horizontes para a Capes, aproveitamos para reforçar junto à nova presidente dois pontos essenciais para o fortalecimento da educação superior em todas as suas dimensões: maior participação do setor privado nos comitês assessores da Capes e o apoio em relação à proposta, em tramitação no Conselho Nacional de Educação (CNE), de regulamentação das universidades especializadas, com linhas próprias de financiamento pela autarquia.

Sobre o primeiro aspecto, ele é tão relevante que integra as 10 propostas prioritárias estabelecidas pelo Brasil Educação - Fórum Brasileiro da Educação Particular com o objetivo de promover uma educação mais forte, justa, inclusiva e conectada às tendências globais de tecnologia e inovação. É bem verdade que a ABMES tem participado das discussões do novo Plano Nacional de Pós-Graduação, o PNPG, por meio da professora Iara de Xavier. Contudo, queremos e acreditamos que podemos nos envolver muito mais, já que totalizamos quase 20% dos programas de pós-graduação do país (e nossa representação nos comitês da Capes está longe de ter essa equivalência).

Já o segundo está entre as bandeiras prioritárias da ABMES para o ano de 2024, tendo em vista que essa é uma possibilidade já prevista no regramento legal do país e que só tem a contribuir com o desenvolvimento de instituições que, reconhecidamente, ofertam um ensino de qualidade, mas têm sido prejudicadas por se manterem fiéis à sua razão de existir.

Além de estar empenhado na parte que lhe cabe para a expansão

e a consolidação da pós-graduação *stricto sensu* no país, duas agendas que dialogam diretamente com a missão institucional da Capes.

O setor privado de educação superior é responsável por formar mais de 70% dos professores da educação básica. Dito isso, parabenizamos a professora Denise Carvalho pelo justo reconhecimento que, como todo bom reconhecimento, vem acompanhado

de um grande desafio. Estamos confiantes de que suas qualidades pessoais, técnicas e profissionais contribuirão para levar a Capes a novas esferas de incidência na política educacional do Brasil.

Conte conosco nessa jornada! Acreditamos que, juntos, somos capazes de conduzir a educação brasileira a patamares muito mais elevados.

O setor privado de educação superior é responsável por formar mais de 70% dos professores da educação básica.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 04 de março de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Bons ventos no horizonte da juventude brasileira

As últimas semanas foram recheadas de anúncios e encaminhamentos sobre e para os jovens brasileiros. Em comum, o enfrentamento a alguns dos principais desafios enfrentados por uma parte expressiva dessa parcela da população, em especial no que diz respeito à formação educacional.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) Educação, do IBGE, revelaram que, em 2023, o percentual de jovens com idades entre 15 e 29 anos que nem estudam e nem trabalham, os nem-nem, atingiu a menor marca dos últimos cinco anos: 19,8%. Considerando que o país tem cerca de 50 milhões de habitantes nessa faixa etária, estamos falando 9,6 milhões de indivíduos. O índice é ainda mais alto para o recorte etário adequado à educação superior (18 a 24 anos): 24%.

Não é novidade que reverter esse cenário é uma demanda que precisa ser enfrentada com prioridade e cuja solução depende da efetivação de uma série de ações em múltiplas esferas. Nesse sentido, alguns passos que me parecem promissores foram dados recentemente.

Visando corrigir falhas da reforma do ensino médio aprovada em 2017, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de [Lei nº 5230](#),

de 2023. O texto mantém conquistas relevantes como a flexibilidade e a autonomia dos estudantes em relação aos itinerários formativos, mas fortalece questões essenciais como a formação geral básica e a definição dos componentes curriculares que integram as quatro áreas do conhecimento que compõem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Desta forma, além de garantir mais qualidade à oferta, a nova normativa caminha no sentido de tornar essa etapa educacional cada vez mais atrativa e alinhada com as expectativas dos jovens.

Além disso, para enfrentar a dificuldade financeira que faz com que milhares de estudantes abandonem o ensino médio todos os anos em busca de uma renda complementar para suas famílias, o governo federal deu início aos pagamentos do programa Pé-de-Meia. A estimativa é de que 2,4 milhões de jovens de famílias de baixa renda sejam beneficiados.

Em outra frente, ao discutir a renegociação das dívidas dos estados com a União, o governo federal apresentou aos governadores das regiões Sul e Sudeste uma proposta que vincula a redução dos juros da dívida ao aumento da oferta de ensino profissionalizante.

Temos vivido um momento de evidente demonstração de cuidado - e até mesmo de resgate - de uma parcela significativa e decisiva da população que vinha sendo negligenciada.

Temos vivido um momento de evidente demonstração de cuidado - e até mesmo de resgate - de uma parcela significativa e decisiva da população que vinha sendo negligenciada como não nos deixam mentir os altos índices de evasão escolar e a falta de perspectiva de vida manifesta pelos nem-nem.

Sabemos que os esforços não podem ser encerrados com a manutenção dos jovens no ensino médio, seja ele regular ou profissionalizante. Contudo, a conclusão desse nível de ensino é fundamental para que o indivíduo tenha horizontes mais amplos ao longo da sua jornada, inclusive ficando habilitado a cursar a educação superior. As perspectivas são positivas. Que bons ventos sigam soprando a favor da juventude brasileira.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 01 de abril de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

A hora da educação profissional e tecnológica

Ampliar as oportunidades e o interesse da população pela educação profissional e tecnológica (EPT) é um desafio enfrentado pelo Brasil. Para mitigar esse cenário, no último dia 9 de abril o Ministério da Educação (MEC) instituiu um Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) com o objetivo de produzir subsídios para a formulação e a implementação da Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), em articulação com o novo Plano Nacional de Educação (PNE) 2024-2034.

A medida mostra-se acertada tanto do ponto de vista educacional quanto em relação ao desenvolvimento do país. Hoje, apenas 9% dos estudantes estão matriculados em cursos técnicos e profissionalizantes, panorama que - associado à baixa inserção dos brasileiros na educação superior - pode resultar em um apagão de mão de obra a curtíssimo prazo. A título de comparação, nos países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) cerca de 70% das matrículas na etapa equivalente ao nosso ensino médio são nessa modalidade de ensino.

O grupo reunirá representantes de instituições governamentais e representativas para a construção de um plano de ação focado em aspectos como a expansão da oferta; a articulação com as ne-

cessidades do mundo do trabalho; a participação do setor produtivo na formação e na empregabilidade dos egressos; o fomento à capacitação digital; e a instituição de instância tripartite de governança da Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica e de suas ações, com representação paritária dos gestores da educação, das instituições formadoras e do setor produtivo.

Elo estratégico nesse debate, o setor privado de educação superior se fará representado no GTI por meio da ABMES. Caberá a mim (titular) e ao Paulo Chanan (suplente) a tarefa de levar as contribuições e defender os posicionamentos do setor em prol do fortalecimento da educação profissional e tecnológica no país.

Nesse sentido, posso adiantar que nossa principal intervenção será pela criação de uma espécie de ProUni para os cursos técnicos e profissionalizantes, agenda que, inclusive, conta com o apoio do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Nossa defesa é a de que seja instituído um programa que inclua as instituições de educação superior, a exemplo do antigo Pronatec.

É importante registrar que essa, assim como outras contribuições que venham a ser defendidas pela ABMES no âmbito do grupo, resultam da construção coletiva trabalhada no contexto do [Fórum Brasil Educação](#). A entidade reúne 15 associações representativas e teve suas bandeiras ampliadas com a entrada da BrasilTec, incluindo a criação de uma Câmara Temática dedicada à educação profissional e tecnológica.

Não há dúvida da relevância da EPT para o desenvolvimento de indivíduos e do país.

Não há dúvida da relevância da EPT para o desenvolvimento de indivíduos e do país. [Pesquisa](#) do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) divulgada no início de abril mostrou que, em média, 84,4% dos egressos da instituição estão empregados na área de formação em até um ano após a conclusão do curso. Em alguns setores, como mecânica, alimentos, refrigeração, automação, eletrotécnica e soldagem, o índice ultrapassa 90%.

Esses dados mostram como a educação profissional e tecnológica pode contribuir para um país mais justo e menos desigual ao atender à demanda do mercado de trabalho por profissionais qualificados e favorecer a inclusão de cidadãos na cadeia produtiva. Inclusive, ela pode ser uma excelente alternativa para os quase 10 milhões de jovens que nem estudam e nem trabalham no Brasil.

Estamos confiantes, animados e prontos para colaborar com o trabalho que será coordenado pelo MEC nos próximos meses. Que venha a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 22 de abril de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

MEC e o novo marco regulatório para a educação a distância

Conforme antecipado pela secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (Seres/MEC), Marta Abramo, na abertura do [Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular \(CBESP\)](#), o Ministério da Educação (MEC) retomou o debate sobre a criação de um novo marco regulatório para a educação a distância (EAD) ofertada pelas instituições de educação superior do país.

Por meio da [Portaria nº 528](#), de 6 de junho de 2024, o órgão estabeleceu o prazo de 31 de dezembro para a elaboração de novos referenciais de qualidade; critérios para a oferta desses cursos; e a definição de procedimentos, em caráter transitório, para os processos regulatórios de instituições e graduações a distância. Já os instrumentos de avaliação serão revisados até 10 de março de 2025, data que também marca o período de suspensão para a criação de novos cursos, bem como o aumento de vagas e a abertura de polos EAD.

Embora tenha sido provocada por questões equivocadas, como a polêmica dos cursos de licenciatura 100% a distância, a revisão da legislação referente à EAD se mostra como uma medida importante, desde que cumpridos os prazos e os ritos anunciados.

É sabido que desde a publicação do [Decreto nº 9.057](#), de 25 de maio de 2017, e do [Decreto nº 9.235](#), de 15 de dezembro de 2017, houve um aumento exponencial na quantidade de cursos, vagas e polos EAD, quadro que precisa ser seguido pelo avanço também na qualidade. O que não pode acontecer, de forma alguma, é a discriminação ou a taxaço da educação a distância como sendo uma modalidade de segunda categoria.

Antes de qualquer coisa, o debate precisa ser pautado pela separação do joio do trigo, ou seja, é preciso, sim, melhorar o marco regulatório, mas não se pode generalizar e dizer que a modalidade não funciona. Além disso, é essencial identificar os cursos que podem ser oferecidos totalmente de forma virtual daqueles que precisam de atividades práticas nos polos, como é o caso das áreas de saúde e licenciatura.

Nesse sentido, mostra-se positivo o compromisso do Ministério da Educação de retomar o Conselho Consultivo do Programa de Aperfeiçoamento dos Processo de Regulação e Supervisão da Educação Superior, o CC-Pares. Não há dúvida de que um amplo diálogo com a sociedade e as entidades representativas, como a ABMES, é o caminho mais promissor para chegarmos a uma nova normativa que garanta a sustentabilidade e a qualidade dos cursos a distância.

Antecipo que a atuação do setor particular de educação superior será no sentido de garantir a construção de uma normativa que não comprometa a existência de uma modalidade de ensino que tem se mostrado essencial para a democratização do acesso à educação superior, vide seu desempenho nos últimos Censos realizados pelo Inep.

Além disso, trabalharemos para, quem sabe, chegarmos ao entendimento coletivo de que a educação é única na sua essência.

Presencial ou a distância são apenas formas distintas de fazer com que a formação profissional seja efetivada, utilizando-se da tecnologia em maior ou menor medida.

Presencial ou a distância são apenas formas distintas de fazer com que a formação profissional seja efetivada.

As expectativas estão elevadas em relação ao resultado final do trabalho que será realizado nos próximos meses. Como tem sido nossa prática, o setor particular de educação superior está totalmente aberto e disposto a contribuir com o que for necessário para que, mais do que uma boa regulação, tenhamos mecanis-

mos capazes de conduzir a educação brasileira aos mais elevados patamares de qualidade e resultados.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 17 de junho de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

2024: o ano do PNE que temos e do que teremos

Nas últimas semanas, o debate público em torno da educação esteve focado no Plano Nacional de Educação (PNE). Aliás, nos planos: no que terminaria em 2024 e no que deveria se iniciar na sequência.

Em relação ao PNE 2014-2024, as notícias e comentários foram majoritariamente negativos, ressaltando o não cumprimento das metas. Contudo, dados do Ministério da Educação (MEC) mostram que apesar de a maior parte dos objetivos não terem sido integralmente atingidos, o desempenho não foi tão ruim: em média, as metas tiveram 76% de alcance.

É verdade que não chegamos aonde queríamos, mas não se pode negar que estamos na direção correta. Em relação à educação superior, a Meta 12 previa elevar a taxa bruta de matrícula para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos. Em 2022, ano do último Censo da Educação Superior, os percentuais eram de 40% e 26%, respectivamente, um avanço significativo em relação a 2014, quando a taxa bruta era

É verdade que não chegamos aonde queríamos, mas não se pode negar que estamos na direção correta.

de 33% e a líquida de 16%.

O não atingimento da integralidade das metas não é uma novidade para quem acompanha de perto o contexto educacional do país. Por exemplo, em julho de 2019 a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) já alertava para o atraso na evolução dos indicadores contidos na Meta 12. [Mapeamento](#) divulgado pela entidade sinalizava que, mantida aquela performance, a taxa bruta de matrículas somente seria alcançada em 2025 e a taxa líquida em 2029.

Há que se ponderar, contudo, o cenário de instabilidades sociais, econômicas e políticas vivenciadas pelo país ao longo da última década. Citando bem por cima, passamos pelo impeachment de uma presidente, por uma grave crise financeira, por uma pandemia, pela necessidade de repensar a educação sob novas bases e diretrizes, enfim, por um turbilhão de imprevistos que, sem dúvida, em nada contribuíram para o bom andamento do PNE 2014-2024. Ainda assim, houve avanço na maior parte dos indicadores.

De todo modo, agora é hora de olhar para a frente. Como o PNE 2024-2034 ainda não foi concluído, o documento que se encerraria agora teve sua vigência prorrogada até 31 de dezembro de 2025. Até lá, Congresso Nacional e sociedade irão debater a proposta encaminhada pelo governo federal, e sobre a qual quero destacar alguns pontos positivos.

Para começar, é preciso ressaltar o fato de o documento ser composto por indicadores quantificáveis e, pela primeira vez, ter metas mais claras e decisivas sobre as questões da aprendizagem.

Em outro acerto, o texto joga luz sobre a educação profissional e tecnológica, modalidade que há muito precisa ser valorizada e desenvolvida no país. No que diz respeito à educação superior, o

compromisso com a definição dos padrões nacionais de qualidade são um bom indicativo de redução da subjetividade dos processos avaliativos, ao mesmo tempo em que evidencia a importância de termos uma expansão do acesso pautada pela qualidade.

Por fim, pontuo o 15º objetivo: ampliar a formação de mestres e doutores, de forma equitativa e inclusiva, com foco na prospecção e solução dos problemas da sociedade. Assim como ocorre com o acesso à educação superior, as instituições privadas têm grande contribuição a dar para o atingimento desta meta. Inclusive, o aumento da participação do setor nessa esfera, em especial nos mestrados e doutorados profissionais, está contemplado na Agenda Programática 2024, lançada recentemente pelo Fórum Brasil Educação.

Em síntese, estamos diante de uma proposta bem construída, fundamentada em metas ambiciosas e factíveis. Entretanto, seu sucesso dependerá de uma boa governança, de um acompanhamento próximo e contínuo e do esforço conjunto de instituições públicas e privadas. É preciso aprender com as lições do passado para que o novo Plano Nacional de Educação alcance o que todos almejamos: 100% das metas atingidas. No que depender do setor particular de educação superior, estamos a postos para fazer o nosso melhor.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 08 de julho de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Desafios e caminhos para a educação brasileira

A edição de 2024 do relatório [Education at a Glance \(EaG\)](#), publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mostra que o Brasil tem avançado em algumas questões sensíveis, como o nível de escolaridade da população e a redução do número de jovens que nem estudam e nem trabalham, os nem-nem. Contudo, na comparação global, os dados evidenciam o quanto a nossa educação ainda está defasada em relação ao resto do planeta.

Entre os destaques do levantamento está um fator primordial e decisivo em relação à prioridade dada à educação: o investimento. E o resultado brasileiro segue ruim: o país investe, em média, até três vezes menos recursos do que as nações com melhores desempenhos educacionais. No ensino médio, o gasto anual do Brasil é de USD 4.058 por aluno em escolas públicas, enquanto a média da OCDE é de USD 12.713. Na educação superior, os valores são, respectivamente, US\$ 13.569 e US\$ 17.138.

Com o tema Equidade na Educação, o documento mostra como diferentes grupos sociais (homens, mulheres, crianças de famílias de alta e baixa renda etc.) apresentam resultados distintos nos indicadores educacionais. Por exemplo, o estudo constatou que, no Brasil, há grande relação entre a escolaridade dos pais e a

conclusão da graduação pelos jovens. Segundo a OCDE, apenas 1 em cada 5 jovens cujos pais não possuem ensino médio completo tem diploma de nível superior.

Ainda no que diz respeito à conclusão da educação básica, o levantamento não deixa dúvida de que esse segue sendo um desafio a ser superado. Embora o Brasil tenha registrado uma queda de 8% (em relação a 2016) no número de pessoas com idades entre 25 e 34 anos sem ensino médio, seguimos com 27% dos nossos jovens sem concluir o ensino médio. Esse índice é 13% superior à média da OCDE.

Em relação aos jovens que nem trabalham e nem estudam, entre 2016 e 2023 foi verificada a redução de 29,4% para 24%, sinal de que, também aqui, o país tem feito o seu dever de casa, mas em um ritmo aquém do necessário. Isso porque o Brasil segue com um índice quase 10% acima da média (13,8%) observada entre os países que integram a Organização responsável pela elaboração do estudo.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito ao impacto da educação na renda dos indivíduos. Os dados mostram que, no Brasil, a educação tem mais peso sobre o salário do que em outras nações. Aqui, 59% dos que não concluíram o ensino médio ganham menos ou o equivalente à média salarial do país. Entre quem tem ensino médio, o índice é de 37% e cai para 19% entre os graduados. Nos países da OCDE essas taxas são, respectivamente, de 28%, 17% e 10%.

Esses são apenas alguns dados pinçados ao longo das quase 500 páginas do EaG 2024. Acredito, contudo, que eles contribuem para termos uma percepção ampla do cenário brasileiro. Vivemos em um país no qual a educação é um divisor de águas na vida das pessoas, sendo o principal e mais eficiente mecanismo de ascen-

são social. Além disso, há décadas somos “o país do futuro”, cujo porvir mais justo e próspero virá a partir da melhoria da educação ofertada a cada cidadão, independentemente da sua condição social ou qualquer outra característica individual.

Vivemos em um país no qual a educação é um divisor de águas na vida das pessoas, sendo o principal e mais eficiente mecanismo de ascensão social.

Mais uma vez, o Education at a Glance nos mostra que precisamos otimizar nossas estratégias educacionais de forma a satisfazer as expectativas das pessoas e as demandas do país. Todos queremos uma nação mais desenvolvida, justa e igualitária que, como sabemos, só será alcançada com uma educação forte e

de qualidade. Países que eram menos desenvolvidos que o Brasil chegaram lá. Com prioridade, trabalho e seriedade, nós também chegaremos.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 16 de setembro de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Mais brasileiros na graduação: Censo 2023 mostra avanços no último ano

O [Censo da Educação Superior 2023](#), divulgado na semana passada pelo Inep/MEC, trouxe boas notícias para o país, como a expansão do número de matrículas e a confirmação - ressaltada pelo Instituto - de que os programas governamentais de acesso à educação superior também contribuem para a conclusão dos cursos de graduação.

Como de costume, o Censo da Educação Superior trouxe as relevantes estatísticas pelas quais todos aguardamos ansiosamente a cada ano. A expansão das matrículas calcada no crescimento da educação a distância (EAD) não chegou a ser uma surpresa, já que esse é um movimento consolidado nos últimos anos. Contudo, alguns pontos chamam a atenção, como o aumento de 5,6% entre 2022 e 2023, melhor resultado desde 2014. Agora, o país conta com mais de 9,9 milhões de estudantes na graduação.

A relevância do setor privado para a educação superior brasileira segue indiscutível. As instituições particulares totalizam quase 8 milhões dos matriculados (79,3%), alcançando um crescimento de 7,3% das matrículas em comparação com o ano anterior. Boa parte desse desempenho deve-se aos mais de 4,4 milhões

A relevância do setor privado para a educação superior brasileira segue indiscutível.

de estudantes que ingressaram nas IES privadas em 2023, representando 88,6% dos novos graduandos do país. Mais uma vez, contudo, uma parte expressiva do debate em torno dos resultados do Censo ficaram centrados nos números relativos à educação a distância. Em 2023, essas graduações atingiram a marca de 232% de crescimento

em relação a 2018, sendo responsáveis por 3,3 milhões de ingressantes e representando mais de 60% das novas vagas ofertadas.

Não há dúvida de que o formato mais flexível e acessível tem atraído uma parcela crescente da população, mas o desempenho abaixo do verificado nos anos anteriores pode ser um indicativo de que essa modalidade pode estar alcançando o seu teto ou simplesmente se ajustando dentro do contexto educacional. Fato é que a educação superior brasileira não pode prescindir da EAD. Nosso desafio é garantir a qualidade desta modalidade que já se mostrou fundamental para a democratização do acesso à educação superior no nosso país.

Em outra frente, a apresentação do Censo 2023 jogou luz para a relevância do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Os dados apresentados pelo Inep mostram que, para além do acesso, eles incidem na conclusão do curso pelo estudante, resultado ainda mais desafiador de se alcançar.

De acordo com o Instituto, 58% dos beneficiários do ProUni concluíram seus cursos em 2023, ante 36% dos estudantes que não são contemplados pela política pública de bolsas de estudo. Entre

os graduandos que contaram com a ajuda do Fies, 49% chegaram até a reta final dos cursos, 15 pontos percentuais acima do verificado entre os que não utilizaram o auxílio (34%).

Um alento resultante desse panorama foi a fala do secretário executivo do MEC, Leonardo Barchini, de que o caminho é cuidar dos estudantes que mais precisam porque eles respondem, dão resultado. “Nesse sentido, com esse direcionamento, com base nesses dados, é que nós estamos desenhando os novos programas de concessão de benefícios de assistência estudantil para esses estudantes”. Depois de anos e anos de enfraquecimento continuado do Fies e de manutenção do ProUni sem avanços significativos, esse posicionamento nos deu a esperança de que não só os dois principais programas de acesso à educação superior serão mais valorizados como de que novidades virão por aí. Alô, Pé-de-Meia Universitário!

Fato é que agora, de posse dos dados atualizados, cabe aos gestores da política educacional seguirem investindo em ações capazes de garantir o acesso dos brasileiros a uma educação superior de qualidade, bem como a permanência e a conclusão da graduação pelos estudantes. Quanto ao setor privado, dispomos de uma bússola eficiente para nos guiar na gestão das nossas instituições, bem como para pautar a nossa atuação junto aos reguladores da educação superior no nosso país.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 07 de outubro de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Sem trabalho e sem estudo: o que fazer com os nossos nem-nem?

Dados anunciados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no início deste mês trouxeram uma notícia tecnicamente boa para o país: em 2023, o número de jovens que nem estudavam e nem trabalhavam é o menor da série histórica, iniciada em 2012. Mas, se o cenário melhorou, porque digo que o dado é “tecnicamente” positivo?

A resposta para esse questionamento é muito simples: a quantidade de brasileiros com idades entre 15 e 29 anos desalentados e sem perspectiva de vida segue altíssima. Ao todo, são 10,3 milhões de pessoas, número que equivale a 21,2% da nossa população nessa faixa etária. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre 37 nações, o Brasil só fica atrás da África do Sul na proporção de jovens que não estudam e nem trabalham.

Como costumo dizer diante desse tipo de situação, reverter esse quadro requer um grande esforço em várias frentes, e precisa ser abraçado com prioridade. Caso contrário, o país não apenas manterá suas estruturas de enormes desigualdades socioeconômicas, como tende a enfrentar contextos cada vez mais desoladores

e desafiadores em um mundo global e extremamente competitivo.

Os impactos que a baixa escolaridade e falta de profissionalização causam para o país não são novidade. Por exemplo, a última edição do Índice Firjan de Competitividade Global (IFCG) mostra o país na 46ª posição entre 66 nações. Custo Brasil? Ambiente de negócios? Sim, esses elementos contribuem para esse resultado. Contudo, o destaque dado pelo presidente da Federação, Luiz César Caetano, foi outro. Para ele, “um dos graves problemas estruturais do Brasil é que as pessoas acabam não tendo acesso a uma educação de qualidade. Isso vira uma barreira para que consigam melhores postos de trabalho e um gargalo para as empresas que não conseguem mão de obra preparada para os novos tempos, à altura dos enormes desafios que as transformações tecnológicas impõem”.

A melhoria dos índices sociais e econômicos do Brasil somente será alcançada com investimento sério em educação e profissionalização da população

Sim. Não há alternativa. A melhoria dos índices sociais e econômicos do Brasil somente será alcançada com investimento sério em educação e profissionalização da população

Iniciativas como o Pé-de-Meia, voltada para adolescentes de baixa renda do ensino médio, são fundamentais para manter na escola milhões de jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social e, muitas vezes, precisam abandonar os estudos para contribuir com a renda familiar.

Mas precisamos de mais. Muito mais. Precisamos de uma educação básica de qualidade e que conecte o processo de ensino e aprendizagem com as demandas e as expectativas dos estudan-

tes, do mercado de trabalho e do país. Precisamos de um programa de bolsas de estudo para a educação profissional e tecnológica nos moldes do ProUni e de mais estímulo para que os jovens brasileiros se interessem por essa formação profissionalizante.

No que diz respeito à educação superior, as necessidades também passam por investimentos na reformulação de currículos, do marco regulatório e das práticas pedagógicas. Contudo, mais do que em qualquer outro nível escolar, a educação superior precisa ser democratizada. Todo brasileiro que deseja cursar uma graduação precisa ter esse direito constitucional respeitado, realidade ainda muito distante para uma parcela significativa da nossa população.

Para isso, precisamos de políticas públicas fortes. O Brasil precisa de um financiamento estudantil alinhado com a realidade dos estudantes. Também precisa de um ProUni cada vez mais acessível para quem realmente precisa. Precisa de instituições de educação superior preparadas para lidar com as inovações e os desafios destes tempos, cenário que pode ser estimulado por meio de linhas de crédito específicas.

Como eu disse, o problema do grande contingente de jovens que nem estudam e nem trabalham no país é multifatorial, mas boa parte da solução passa pelo investimento em uma educação melhor, mais atrativa e mais democrática. Os milhões de jovens que estão abandonados à própria sorte precisam dessa solução. O setor produtivo precisa dessa solução. O país precisa dessa solução.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 16 de dezembro de 2024.
[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

2025 além da perfeição matemática

Ainda antes de começar, o ano de 2025 já havia ganhado destaque nas redes sociais por um motivo pouco comum: as combinações numéricas que o tornam significativo no universo matemático. Em síntese, 2025 é um número perfeito devido a fatores como ser um quadrado perfeito (45×45), o produto de dois quadrados ($9^2 \times 5^2$) ou a soma dos cubos de todos os dígitos de 1 a 9. Quanta gente se pegou checando a exatidão dos cálculos?

Essa mobilização em torno do número perfeito me conduziu à reflexão sobre o que seria um ano perfeito para a educação brasileira. Dentro dos limites impostos pela realidade, o que deve – e o que precisa – acontecer para que 2025 fique marcado como um período de avanços importantes rumo a conquistas como o estabelecimento de novos patamares de qualidade e a democratização da educação superior?

Para começar, é fundamental que o novo Plano Nacional de Educação (PNE) tramite com seriedade e celeridade no Congresso Nacional. A prorrogação da vigência do PNE 2014-2024 foi a solução possível em meados do ano passado, mas é preciso que o prazo de 31 de dezembro seja cumprido e que entremos em 2026 com metas e estratégias mais alinhadas às necessidades e aos desafios atuais da educação.

Este também deve ser um ano decisivo para a educação a distância. Prevista para ser publicada a qualquer momento, a nova regulamentação tem gerado muita expectativa tanto no setor educacional quanto na sociedade. A pandemia de covid-19 mostrou que a EAD e o formato híbrido são caminhos sem volta, e o esforço na construção de um marco normativo que resulte em mais qualidade e credibilidade para a modalidade é bastante positivo.

2025 ainda tem no seu embalo pautas como a consolidação da Reforma Tributária, aprovada após mais de 10 anos de intensos debates, e a reabertura do Proies. Não há dúvida de que as condições fiscais diferenciadas para a educação foram uma grande conquista, mas elas não são suficientes para garantir a manutenção de um setor primordial para o país. Por isso, é urgente o resgate da política de estímulo à reestruturação e ao fortalecimento das instituições de educação superior.

Otimista que sou, acredito, ainda, que neste novo ano vamos avançar em outras agendas estratégicas como a homologação das Universidades Especializadas por Campo do Saber e a luta contra o corporativismo dos conselhos profissionais, que insistem em questionar a capacidade e a legitimidade do Ministério da Educação (MEC) na tomada de decisão em relação à formação profissional.

Por fim, ciente de que não esgotei todos os temas e expectativas neste texto, 2025 tem tudo para concretizar a tão aguardada regulamentação da inteligência artificial (IA) no contexto da educação. Inclusive, este é um ponto ao qual tenho me dedicado pessoalmente no âmbito do Conselho Nacional de Educação (CNE), onde assumi a relatoria da pauta.

Confio que em breve o Brasil terá uma normatização alinhada com as melhores e mais avançadas práticas do planeta, contribuindo

Confio que em breve o Brasil terá uma normatização alinhada com as melhores e mais avançadas práticas do planeta, contribuindo para que a nossa educação dê passos largos rumo ao século 21.

para que a nossa educação dê passos largos rumo ao século 21.

Como se vê, não há trajetória simples que nos conduza a um ano perfeito na educação. A perfeição, aliás, tem tudo para ficar restrita ao campo da matemática, já que a realidade é composta por vitórias, mas também por dificuldades. Contudo, se chegarmos ao final de 2025 com avanços significa-

tivos nos pontos aqui listados não há dúvida de que, no mínimo, teremos tido um ano muito bom para a educação brasileira. Este é o nosso objetivo e trabalharemos incansavelmente para alcançá-lo.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 06 de janeiro de 2025. [Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Fies: novo ano, esperança renovada

As primeiras notícias deste 2025 foram pouco animadoras para a educação superior. O anúncio de 112 mil vagas para o Fies feito pelo Ministério da Educação (MEC) ficou aquém da expectativa e, principalmente, da demanda existente no país.

Não é novidade que o principal entrave para o acesso à graduação no Brasil consiste na dificuldade que uma parcela significativa da população tem para acessar as instituições privadas, responsáveis por 80% das matrículas nesse nível de ensino. Não por falta de vagas, mas pela ausência de condições financeiras para arcar com as mensalidades escolares.

Imerso em um cenário de profundas desigualdades socioeconômicas, há décadas o Brasil bate na tecla de que a educação é o único caminho para a tão almejada transformação em uma nação mais justa, próspera e desenvolvida. Contudo, no mesmo período de tempo avançamos pouco no sentido de viabilizar essa nova realidade.

Estudos atrás de estudos comprovam o impacto da educação superior na vida de quem consegue concluí-lo. Levantamento recente do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), por exemplo, mostrou que no segundo trimestre de 2024 pessoas com graduação receberam, em média, 126% a mais do que trabalhadores com ensino médio ou superior incompleto.

Somente este fator já deveria ser suficiente para o poder público investir pesado no incremento da escolarização da população, mas, como sabemos, os benefícios seguem um efeito cascata que beneficia muito além do indivíduo e sua família, passando pelo setor produtivo, por um desenvolvimento mais sustentável e pelo beneficiamento da sociedade brasileira como um todo.

Contudo, apenas o aumento no número de vagas ofertadas não seria suficiente para termos um financiamento estudantil efetivo e inclusivo. O país precisa de mais.

O lançamento do Fies Social em 2024 foi um passo importante, mas nossa defesa é a de que pessoas inseridas no Cadastro Único precisam ser acolhidas por uma política nos moldes do ProUni, ou pelo próprio. Ali estão cidadãos que vivem em condições financeiras precárias e precisam de todo suporte possível para conseguirem romper com o ciclo da pobreza que, na maioria das vezes, é a herança que tem sido perpetuada ao longo das gerações.

O financiamento estudantil é uma política pública fundamental, mas precisa ser estruturada para o público-alvo correto,

O financiamento estudantil é uma política pública fundamental, mas precisa ser estruturada para o público-alvo correto, inclusive para evitar seu esvaziamento. Em 2023, por exemplo, as mesmas 112 mil vagas foram anunciadas, mas pouco mais de 48 mil contratos foram efetivados. Isso não significa que a população brasileira não precise ou não tenha interesse, mas que há um descompasso entre o que tem sido

ofertado e as necessidades do público-alvo da iniciativa.

Nos últimos anos, o setor privado de educação superior tem inten-

sificado sua atuação no sentido de minimizar os impactos ocasionados pelo enfraquecimento do financiamento estudantil. Tanto que, em 2022, 29% dos alunos matriculados nas IES particulares contavam com financiamento não reembolsável concedido pela própria instituição. Os beneficiados pela política governamental totalizavam 8%.

A ampliação dos programas públicos de acesso à educação superior é fundamental para o progresso do país, motivo pelo qual integra a [Agenda Trienal 2025-2027](#) do Brasil Educação - Fórum Brasileiro da Educação Particular. Estamos apenas no começo do novo ano. Temos mais 350 dias para fazer com que 2025 seja um marco na caminhada rumo a um financiamento estudantil mais efetivo, eficiente e inclusivo.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 13 de janeiro de 2025.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

ProUni: 20 anos transformando vidas

Instituído pela [Lei nº 11.096](#), de 13 de janeiro de 2005, o Programa Universidade para Todos (ProUni) completou 20 anos na semana passada. São duas décadas de uma das principais e mais bem sucedidas políticas educacionais do país, responsável pela transformação de milhões de vidas por meio da oportunização do acesso à educação superior.

Voltada para pessoas de baixa renda, a iniciativa beneficiou em cheio segmentos populacionais que, até então, praticamente não conseguiam cursar uma graduação no Brasil: jovens negros, periféricos e provenientes de escolas públicas.

Quantos e quantos brasileiros foram a primeira geração da família a ter um diploma de curso superior graças ao ProUni?

Quantos e quantos brasileiros foram a primeira geração da família a ter um diploma de curso superior graças ao ProUni?

Esse resultado foi obtido com a definição de um critério que, desde então, tem sido a base do programa: a renda familiar. Estudantes provenientes de famílias com renda per capita de até 1,5 salário

mínimo podem concorrer às bolsas de estudo integrais; já aqueles cujo núcleo familiar conta com rendimentos mensais de até 3 salários mínimos por indivíduo podem tentar uma bolsa parcial.

Essas condições, associadas a outras como a obtenção de uma nota mínima no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), se mostraram revolucionárias. Finalmente o país tinha uma política de acesso à graduação voltada para a parcela mais desfavorecida economicamente, e para a qual cursar a educação superior era um sonho distante.

Para a maior parte desses cidadãos, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), mesmo no período mais social e menos econômico, era uma política inacessível. Aliás, esse é um debate que permanece nos dias atuais, quando seguimos trabalhando para que cada programa seja direcionado ao público correto.

A revisão e a evolução de políticas públicas, inclusive, é um mecanismo que precisa ser aplicado com maior frequência e sempre que um novo cenário for mapeado. Isso foi o que aconteceu, por exemplo, em 2022, quando o ProUni passou a aceitar estudantes provenientes de escolas particulares, cujas famílias - mesmo sendo de baixa renda - se esforçaram para arcar com as mensalidades, deixando o programa mais inclusivo. Os critérios de renda e nota, contudo, foram mantidos.

Outra mudança significativa, e que foi uma atuação exitosa do Brasil Educação - Fórum Brasileiro da Educação Particular, foi a inclusão do ProUni na Lei Complementar nº 214/2025, sancionada no último dia 16 pelo presidente Lula. A medida incluiu na EC 132/2023 a redução de 100% da alíquota da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) para as bolsas concedidas pelo programa, na proporção da sua ocupação efetiva. Essa inserção também consolida a presença do ProUni na Constituição Federal, medida

que traz maior estabilidade e perenidade à política pública.

Na outra ponta, o ProUni também contribuiu para o fortalecimento das instituições privadas de educação superior. Tendo a renúncia fiscal como forma de pagamento pelos benefícios concedidos, as IES que aderiram ao programa tiveram seus espaços e oportunidades otimizadas, além do fortalecimento do vínculo com a comunidade. A iniciativa ainda transformou as relações entre o poder público e o setor privado, estabelecendo uma simbiose perfeita na qual o maior beneficiado é o cidadão brasileiro.

Para uma nação que ainda carece de uma política pública de Estado para a educação, a manutenção do ProUni por duas décadas, sem transformações significativas ou enfraquecimentos, é uma grande vitória. Vitória da educação, mas, sobretudo, dos brasileiros mais pobres que encontraram no programa a possibilidade de transformar a vida a partir do tão sonhado diploma de graduação. Vida longa e ainda mais próspera ao ProUni!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 20 de janeiro de 2025.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Reforma tributária é marco histórico para a educação brasileira

A aprovação da reforma tributária pelo [Congresso Nacional](#) marca um divisor de águas na história recente do Brasil. Ao modernizar e simplificar um sistema tributário historicamente complexo, essa mudança abre caminho para transformações profundas na [educação](#), consolidando-a como prioridade nacional e pilar do desenvolvimento socioeconômico.

O sistema tributário brasileiro, por décadas, foi sinônimo de ineficiência e altos custos. Para as instituições educacionais, isso se traduzia em barreiras que dificultavam o acesso à educação de qualidade.

A reforma traz uma mudança paradigmática: maior previsibilidade e alívio fiscal para cerca de 15 milhões de estudantes das instituições de ensino superior privadas.

A reforma traz uma mudança paradigmática: maior previsibilidade e alívio fiscal para cerca de 15 milhões de estudantes das instituições de ensino superior privadas. Esses dados revelam a magnitude do impacto, considerando o papel essencial dessas instituições na democratização do ensino e na formação de profissionais qualificados.

Entre as inovações mais relevantes está a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituem tributos como PIS, Cofins e ISS. A inclusão da educação entre os setores com alíquotas reduzidas de até 60% reflete um avanço significativo. Essa conquista é fruto de negociações intensas entre entidades educacionais privadas, governo e Congresso Nacional, mostrando que o diálogo é uma ferramenta poderosa de transformação.

Como diretor-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e secretário executivo do Fórum Brasil Educação, que congrega as 15 principais entidades do setor, atuamos fortemente nas discussões que garantiram avanços para uma reforma tributária mais justa. Essa atuação foi decisiva para assegurar condições tributárias que não onerem a educação privada. Afinal, 75% das matrículas universitárias no Brasil estão em instituições privadas, muitas delas localizadas em regiões carentes, promovendo inclusão e mobilidade social.

Outro ponto de destaque é a consagração do [ProUni](#) (Programa [Universidade](#) para Todos) no texto constitucional. Esse movimento fortalece uma das principais políticas públicas de acesso ao ensino superior, ampliando sua perenidade e relevância no cenário educacional brasileiro.

O reconhecimento da imunidade tributária das instituições filantrópicas certificadas com o CEBAS (Certificação de Entidades Be-

neficientes de Assistência Social) é outra conquista fundamental. Essa decisão protege instituições que oferecem educação gratuita, combatendo a desigualdade e ampliando as oportunidades para os mais vulneráveis.

Mas a principal boa notícia é a alíquota neutra para o setor educacional, uma vitória histórica que atende a uma reivindicação antiga. Essa medida nivela o campo tributário, beneficiando diretamente as instituições e, conseqüentemente, os estudantes e suas famílias.

Apesar dessa conquista, o trabalho está longe de terminar. A próxima etapa é a regulamentação das medidas, um processo que exige constante diálogo entre governo e setor educacional. Apenas com esse compromisso poderemos garantir que as promessas de simplificação e redução da carga tributária se traduzam em benefícios reais para a educação brasileira.

A reforma também representa um alinhamento do Brasil às melhores práticas internacionais. Em países desenvolvidos, a educação é tratada como um investimento estratégico, não como um setor a ser penalizado. Reduzir a carga tributária nos aproxima desse modelo, ampliando a competitividade e garantindo maior acessibilidade.

De forma concreta, os avanços da reforma prometem ampliar a oferta de vagas, melhorar a competitividade das instituições e democratizar ainda mais o acesso ao ensino de qualidade. Em um país marcado por desigualdades, esses passos são essenciais para garantir um futuro mais justo e sustentável.

A reforma tributária é uma vitória que merece ser celebrada. Nosso compromisso agora é acompanhar sua implementação e propor soluções que fortaleçam ainda mais o setor. O Brasil precisa

de uma educação forte, acessível e transformadora. Esse é o alicerce para um futuro mais próspero e igualitário.

Artigo publicado pela [Folha de São Paulo](#) em 21 de janeiro de 2025 e no [ABMES Blog](#) em 27 de janeiro de 2025.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Mais Professores: avanços e desafios

Criado com o objetivo de valorizar e qualificar cerca de 2,3 milhões de docentes de todo o país, o programa Mais Professores para o Brasil soou como uma linda canção aos ouvidos de quem acompanha o cenário da educação brasileira. Há décadas que o desinteresse dos jovens pela docência não é novidade e nada, ou quase nada com alguma sustância, havia sido colocado em prática para reverter esse quadro até o último dia 14 de janeiro.

Recebida com muitos elogios e algumas críticas, acredito que a iniciativa tem tudo para ser um marco na valorização da carreira docente no país. Isso porque ela foi estruturada em cinco eixos estratégicos que dialogam de forma muito próxima com os principais entraves da profissão na atualidade: seleção; atratividade; alocação; formação; e valorização.

Contudo, para que atinja todo o seu potencial, o programa não pode ficar estagnado às medidas que foram anunciadas no seu lançamento. E aí é que está o pulo do gato. Eu realmente acredito que esta primeira fase se resume a isso: ao ponto de partida de uma jornada que tem tudo para ser longa e bem sucedida.

E é sobre isso que quero dar meus dois dedos de contribuição. Embora muito possa ser dito sobre dois dos pontos mais importantes para a valorização da profissão docente, especialmente na educação básica, que são a garantia de melhores salários e carreiras, quero falar sobre o aspecto que mais repercutiu do pacote de

medidas anunciadas: o Pé-de-Meia Licenciaturas.

Inserida no eixo atratividade, a medida acerta em cheio o principal gargalo para o acesso e a permanência em um curso superior no Brasil: a dificuldade financeira enfrentada por uma parcela significativa da população.

Inúmeros são os casos de estudantes que não contam com recursos mínimos necessários para custear o transporte ou a alimentação fora do lar, despesas que cursar uma graduação geralmente demanda.

Inúmeros são os casos de estudantes que não contam com recursos mínimos necessários para custear o transporte ou a alimentação fora do lar, despesas que cursar uma graduação geralmente demanda.

Nesse aspecto, o apoio financeiro oferecido pelo governo federal consiste, de fato, em um grande atrativo. São R\$ 1.050,00 por mês para ingressos de cursos de licenciatura que tiverem alto desempenho no Enem, embora apenas R\$

700 possam ser utilizados imediatamente (os outros R\$ 350 poderão ser sacados quando o professor ingressar em uma escola da rede pública em até cinco anos após a conclusão do curso).

A medida teria tudo para ser perfeita se não fosse por dois problemas estruturantes: a exclusão dos estudantes que cursam a modalidade à distância e a destinação de apenas vagas remanescentes para os graduandos matriculados em instituições privadas, com restrição para aqueles que são beneficiados pelo ProUni ou pelo Fies.

Em relação ao primeiro ponto, além de a legislação vigente não permitir qualquer tipo de discriminação em virtude da modalidade do curso, o próprio governo federal está trabalhando em uma nova regulamentação para a EAD, que deve sair muito em breve, com o objetivo de garantir a qualidade na oferta. Há que se considerar, ainda, que uma parcela significativa das matrículas em cursos de licenciatura estão exatamente na educação à distância.

Sobre o segundo ponto, há dois aspectos que precisam ser ponderados. O primeiro diz respeito ao fato de a rede privada formar mais de 70% dos professores no Brasil. Já o segundo se refere à realidade de que nem todo aluno que precisa do apoio governamental para cursar uma graduação está inserido em um dos dois programas públicos. Pelo contrário, nos últimos anos o Fies tem se tornado cada vez mais menos atrativo, reduzindo consideravelmente o número de beneficiados.

Diante deste cenário, é fundamental que, tão logo quanto possível, o Ministério da Educação repense sua estratégia inicial de distribuição das bolsas para incluir no programa as pessoas que realmente precisam desse suporte, independentemente de estarem matriculadas em uma instituição pública ou privada.

Como o leitor deve ter percebido, quase tudo neste texto girou em torno de dois pontos ou dois aspectos ou duas medidas. Neste caso, não se trata de uma dualidade ou mera repetição de palavras, mas de um indicativo de que uma política pública tão necessária precisa encontrar seu equilíbrio para que alcance os resultados que o Brasil tanto precisa. Os dois lados da balança não estão alinhados, mas nós estamos aqui para dar nossos dois dedos de contribuição para que tudo se alinhe muito em breve.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 03 de fevereiro de 2025.

2025 e as prioridades governamentais para a educação superior

A segunda-feira passada, dia 3 de fevereiro, marcou a abertura dos trabalhos do Legislativo em 2025. Um dos destaques ficou por conta da [mensagem](#) encaminhada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos deputados federais e senadores da República. Com mais de 660 páginas, o documento faz um balanço dos dois últimos anos e aponta os desafios e as prioridades estabelecidas pelo Executivo para este ano. Este último ponto é uma sinalização clara de por onde devem caminhar as principais tratativas entre o setor privado de educação superior e os gestores das políticas públicas da área.

Pautadas pelos eixos “qualidade, democracia, equidade e sustentabilidade”, as ações prioritárias para a educação superior incluem a revisão do marco regulatório (reformulação das diretrizes gerais de qualidade e da educação a distância); a apresentação do plano de ação da Política Nacional de Educação Superior (até o final do ano); a publicação do novo Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), abrangendo o período de 2025 a 2029; a expansão

do Fies (com previsão de R\$ 6,4 bilhões); a definição de critérios para o uso de inteligência artificial (IA) na educação e formação profissional; e a estruturação da Plataforma Nacional de Dados da Educação.

Não há dúvida de que dentro das prioridades anunciadas há espaço para trabalharmos boa parte dos objetivos estabelecidos na [Agenda Trienal](#) do Brasil Educação - Fórum Brasileiro da Educação Particular, como a defesa da ampliação dos programas públicos de acesso (Fies e ProUni); estimular a diversidade de modelos institucionais e a flexibilização das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs); estimular a internacionalização e a adoção de novas tecnologias digitais nas instituições educacionais; e defender a ampliação dos programas de pós-graduação stricto sensu, com prioridade para os mestrados e doutorados profissionais.

Um ponto especialmente importante para mim consiste na regulamentação do uso da inteligência artificial no processo de ensino e aprendizagem. Como já disse outras vezes neste espaço, estou tendo a oportunidade e a responsabilidade de relatar o tema no

âmbito do Conselho Nacional de Educação (CNE) e muito me satisfaz ter essa agenda incluída entre as prioridades do governo federal para este 2025.

No que depender do esforço empenhado por todos os conselheiros, muito em breve o Ministério da Educação terá um documento sólido e inovador para subsidiar seu Plano Setorial de IA na Educação.

Um ponto especialmente importante para mim consiste na regulamentação do uso da inteligência artificial no processo de ensino e aprendizagem.

Na mensagem enviada ao Congresso, o presidente Lula também destacou o envio de uma proposta de adequação e revisão do [PL nº 4.372/2012](#), que prevê a criação do Instituto Nacional de Avaliação e Supervisão da Educação Superior (Insaes), para alinhá-lo “às necessidades da educação superior e assegurar que a autarquia desempenhe, de forma efetiva, suas funções”.

Sobre este ponto, não custa reforçar que tanto a ABMES quanto o Brasil Educação são a favor da modernização regulação, mas a nossa defesa é a de que esse processo deve se dar por meio da implementação de instrumentos de acompanhamento que utilizem ciência de dados, e não com a criação de estruturas caras e ineficientes.

É fato que o trabalho próximo e constante realizado pela esfera representativa junto aos órgãos e agentes públicos nos últimos anos fez com que nenhuma prioridade anunciada para este 2025 seja novidade. Entretanto, isso não torna mais leve ou irrelevante o trabalho que temos pela frente. Embora tenhamos um caminho bem sinalizado, precisamos seguir atentos e atuantes na defesa dos legítimos interesses do setor que consolida quase 80% das matrículas de graduação e na construção de uma educação superior cada vez mais forte e democrática para todos os brasileiros.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 10 de fevereiro de 2025.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Mais acesso, menos desigualdade: a educação superior no Brasil

Nas duas últimas décadas, o Brasil experimentou avanços significativos no acesso à educação superior. A boa notícia foi anunciada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e integra os resultados preliminares do [Censo Demográfico 2022](#). De acordo com o levantamento, a proporção de brasileiros com 25 anos ou mais que concluíram uma graduação saltou de 6,8%, em 2000, para 18,4%, em 2022, ou seja, um crescimento de 2,7 vezes em 22 anos.

Com quase 80% das matrículas concentradas nas instituições privadas de educação superior, não há dúvida de que esse aumento expressivo está diretamente relacionado ao sucesso de políticas públicas como o Fies e o ProUni.

Com quase 80% das matrículas concentradas nas instituições privadas de educação superior, não há dúvida de que esse aumento expressivo está diretamente relacionado ao sucesso de políticas públicas como o Fies e o ProUni. Contudo, outros dois fatores também foram fundamentais para essa conquista: o forta-

lecimento das IES particulares e a expansão da educação a distância.

Ao ampliarem a quantidade de vagas e atenderem à demanda crescente pela formação superior, as instituições privadas desempenham um papel crucial ao oferecerem cursos cada vez mais alinhados com as expectativas dos estudantes e as demandas do mercado de trabalho. Além disso, a educação a distância derrubou inúmeros obstáculos impostos pelo preconceito e se consolidou como uma alternativa viável de acesso à graduação.

Isso porque, ao eliminar barreiras geográficas e temporais, a EAD não apenas possibilita que pessoas de diferentes localidades, incluindo áreas rurais e periferias urbanas, tenham acesso a cursos de graduação, como também viabiliza a continuidade dos estudos para aquelas pessoas que precisam conciliar a rotina acadêmica com trabalho ou outras atividades.

Para os próximos anos, minha expectativa é a de que novas modalidades híbridas de ensino assumam uma parcela significativa desse espaço que hoje é ocupado pela educação a distância, tornando o processo de ensino e aprendizagem ainda mais atrativo, eficiente e conectado com as necessidades deste século 21. Aguardemos os próximos censos demográficos para constatar se acertei, ou não, nesse exercício de futurologia.

Outro ponto positivo trazido pelo Censo 2022 diz respeito à redução da desigualdade em relação à cor ou raça dos estudantes. Por exemplo, entre 2000 e 2022, a proporção de pessoas pretas com 25 anos ou mais com educação superior completa cresceu de 2,1% para 11,7%, e a de pardos de 2,4% para 12,3%. Políticas afirmativas e a atuação das IES privadas, que têm ampliado o acesso à graduação de grupos historicamente marginalizados, foram essenciais para esse desempenho.

Entretanto, nem tudo é celebração. Como bem sabemos, e os dados do IBGE corroboram, ainda existem desafios a serem superados. Por exemplo, enquanto as regiões Norte e Nordeste possuem 12,67% e 11,71%, respectivamente, dos seus habitantes com ensino superior completo, nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul os índices são de 19,8%, 19,36% e 18,64%. Além disso, embora tenhamos praticamente triplicado o percentual da população com nível superior, nosso desempenho ainda está muito abaixo da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que é de 48%.

Em síntese, a expansão da educação superior no Brasil é reflexo de esforços empenhados pelos setores público e privado ao longo das últimas décadas e merece, muito, ser celebrada. Cada indivíduo que conseguiu concluir o nível terciário da educação ampliou significativamente a possibilidade de progredir na carreira e oferecer melhores condições de vida para si e sua família. Agora, o país precisa se manter determinado a obter resultados ainda mais satisfatórios nos próximos levantamentos para que possamos seguir sonhando com uma nação mais justa e próspera para todos os brasileiros.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 3 de março de 2025.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo

Representação setorial

XV CBESP debaterá o futuro da liderança na educação superior

No próximo dia 24 de maio terá início a 15ª edição do [Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular \(CBESP\)](#), o maior e mais relevante evento do setor em nosso país. Ao longo de três dias, as principais lideranças, mantenedores, gestores, educadores e especialistas do tema estarão reunidos no Tauá Resort para debater o tema “Liderança inovadora: o desafio da educação superior”.

Pela primeira vez o congresso acontecerá na região centro-oeste, mais especificamente na cidade de Alexânia (GO), estrategicamente posicionada entre duas capitais: Brasília (DF) e Goiânia (GO). Cercado de verde por todos os lados, o hotel consiste em uma atração à parte, com infraestrutura de alto nível e preparada para atender os hóspedes em todas as suas necessidades. Entre os atrativos, um extenso parque aquático com piscinas externas e internas que ajudam a aliviar o clima mais seco que começa a se intensificar por ali nessa época do ano. Mais interessante, contudo, é a primorosa programação totalmente pensada para contribuir com os tomadores de decisão neste momento de redefinição sobre o futuro da educação. Acreditamos que o tema da liderança nunca foi tão importante.

Precisamos discutir que tipo de líderes a educação superior precisa para que possamos atravessar esse momento crítico e construir uma ponte para o futuro. É com espírito que o XV CBESP vai reunir alguns dos principais nomes do país e até do exterior, como a vice-reitora da Universidade Católica Portuguesa, Margarida Mano; o presidente do Inep, Manuel Fernando Palácios da Cunha

Precisamos discutir que tipo de líderes a educação superior precisa para que possamos atravessar esse momento crítico e construir uma ponte para o futuro.

e Melo; o presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), Alysson Massote Carvalho; a diretora e representante da Unesco no Brasil, Marlova Jovchelovitch Noletto; e o sócio fundador da Play 9, João Pedro Paes Leme.

Logo na abertura, o evento contará com a ilustre presença de dois ministros de Estado res-

ponsáveis por pastas estratégicas para o desenvolvimento do país: Camilo Santana (Educação) e Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança do Clima). A ministra, inclusive, será a conferencista do talk-show de abertura: “Lideranças para um mundo sustentável em diálogo com a educação”.

Além de tudo isso, como já é tradição, o Congresso contará com quatro workshops focados em questões relacionadas à temática do evento e que contam com a coordenação geral da assessora da presidência da ABMES, Iara de Xavier: Educação superior e liderança no cenário do século XXI; Liderança e o desenvolvimento sustentável no processo de formação acadêmica; Liderança com foco nos desafios da sociedade e do mercado de trabalho; e Planejamento estratégico aplicado à educação superior. Como gos-

tamos de dizer, essa é a parte “mão na massa” do nosso evento.

A cada edição, o CBESP reúne cerca de 500 pessoas presencialmente e chega a outras milhares por meio da transmissão on-line. Para quem pode estar fisicamente, os ganhos vão muito além do que pode ser absorvido com os debates e palestras. O evento consiste em um espaço único para networking e benchmarking, práticas cada vez relevantes entre os líderes de hoje e do amanhã.

Por tudo isso é que não tenho dúvida de que esta 15ª edição será mais um marco na história do setor e na construção da educação superior que o país precisa e que todos almejamos. O CBESP do Cerrado vai começar em breve. Se você ainda não garantiu a sua vaga, apresse-se!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 01 de maio de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

ABMES participa de encontro internacional sobre universidade e sociedade

Visando debater o papel da universidade como impulsionadora de um desenvolvimento social e econômico mais sustentável, começa hoje (8/5), em Valencia (Espanha), o [V Encontro Internacional de Reitores](#), promovido pela Universia com apoio do Banco Santander. Além de mim, também estarão presentes os três vice-presidentes da ABMES: Débora Guerra, Daniel Castanho e Janguê Diniz.

Ao longo de três dias, cerca de 700 líderes universitários de diversos países estarão concentrados em torno de três eixos principais: formação ao longo da vida ou aprendizagem contínua; impulso ao empreendedorismo e à inovação; e redes e interconexão entre as universidades.

O primeiro eixo está centrado nos novos modelos de aprendizagem, no desenvolvimento de habilidades transversais e no papel da universidade na formação ao longo da vida. O segundo abordará o empreendedorismo, a inovação e a transferência de tecnologia como resposta aos desafios sociais. O terceiro e último eixo terá

como foco a mobilidade acadêmica, a ciência aberta e a cooperação entre universidades e empresas como motor para o desenvolvimento social e econômico.

Na quarta-feira, 10/5, às 10h (horário local), terei a honra de ser um dos debatedores do painel “Promovendo a pesquisa e a transferência de conhecimento e tecnologia como resposta aos desafios sociais”. Ao meu lado, estarão Steve Cleverley, conselheiro da Oxford’s Global Innovation Consultancy (Oxentia) e diretor da Fundação Oxentia (Reino Unido); Eloísa del Pino Matute, presidente do Conselho Superior de Investigações Científicas da Espanha; e Andrés Basilio Agres, reitor do Instituto Tecnológico de Buenos Aires (Argentina).

A pesquisa tem grande potencial para enfrentar grandes desafios sociais, particularmente a pesquisa interdisciplinar e intersetorial.

O painel foi pautado pelo princípio de que a pesquisa tem grande potencial para enfrentar grandes desafios sociais, particularmente a pesquisa interdisciplinar e intersetorial. Assim, discutirá como ela pode contribuir local e globalmente para que alcancemos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como a importância da transferência e da disseminação de conhecimento e tecnologia enquanto ferramentas para lidar com um ambiente altamente mutável e incerto.

Vale ressaltar que desde outubro de 2022 todos os reitores que estarão em Valência já vinham participando de atividades preparatórias sobre o tema “universidade e sociedade”. As ações envolveram uma consulta on-line sobre a capacidade das universi-

dades de darem resposta aos principais desafios da humanidade e os mecanismos de apoio que as instituições desenvolvem para enfrentar esses desafios, além da participação em webinars.

É grande a expectativa com os desdobramentos do que será vivenciado nos próximos dias. Para além da certeza de que serão momentos de muito aprendizado e troca de experiências, poder dialogar com centenas de reitores de outras nações consiste em uma oportunidade ímpar para olharmos para a educação superior brasileira mapeando acertos e oportunidades de evolução. E isso será fundamental, pois a relação entre universidade e sociedade é muito mais profunda do que costumamos pontuar.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 08 de maio de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Uma rede de redes

Dando continuidade à intensa agenda de capacitação, troca de experiências e muito networking promovida em solo espanhol pela Universia, com apoio do Banco Santander, nos dias 11 e 12 de maio aconteceu, em Múrcia, o [encontro de presidentes e reitores](#) das três redes que integram o projeto MetaRed: MetaRed TIC, MetaRed X e MetaRed ESG/ASG.

A iniciativa, que também contou com o apoio da Universidade de Múrcia, teve como objetivo abrir espaços de reflexão e discussão dos eixos que nortearão o trabalho a ser desenvolvido dentro da rede, além de permitir o compartilhamento das atividades realizadas pelas redes tanto na esfera nacional como internacional.

Com um formato mais enxuto do que o do encontro de reitores realizado previamente, em Valencia – que debateu a relevância das universidades para a sociedade e sobre o qual discorri no artigo da semana passada, desta vez o encontro contou com cerca de 70 pessoas dos 10 países ibero-americanos que integram a MetaRed. Com os debates centrados nos próximos passos das redes, também houve abertura para a proposição de ações inovadoras ou novas linhas de atuação.

Além de mim, a MetaRed X Brasil também esteve representada por seu secretário-executivo, Max Damas. Coube a nós apresentarmos, durante uma das reuniões de trabalho, os resultados da pesquisa com jovens empreendedores realizada pela ABMES em parceria com a Educa Insights. Alguns dos principais dados desse levantamento haviam sido divulgados em seminário realizado

em abril pela Associação, ocasião na qual a MetaRed X Brasil foi oficialmente lançada, e em breve estarão disponíveis no site da entidade.

Vale lembrar que a MetaRed X consiste em uma rede colaborativa de instituições de educação superior ibero-americanas, promovida pelo Universia e Santander Universidades, com o objetivo de fortalecer o empreendedorismo no contexto da graduação, como a criação de startups e o aumento da interação das IES com ecossistemas empreendedores.

Seu propósito é o de construir, coletivamente, a maior rede colaborativa de empreendedorismo universitário.

Seu propósito é o de construir, coletivamente, a maior rede colaborativa de empreendedorismo universitário. Assim como ocorreu em Valência, o encontro de Múrcia foi marcado pelo elevado padrão de qualidade dos debates e trabalhos. Foram dois dias intensos que, acredito, resultarão em avanços significativos para a MetaRed como um todo, e para a MetaRed X Brasil mais especificamente.

Faz alguns anos que a pauta do empreendedorismo vem se fortalecendo no nosso país e ganhando corpo como um mecanismo eficaz para a superação dos nossos principais desafios socioeconômicos. A criação do Instituto Êxito de Empreendedorismo, sob a liderança do meu amigo Janguê Diniz e do qual tenho a honra de ser vice-presidente, foi um marco significativo nesse sentido. Inclusive, a chegada da MetaRed X ao Brasil é um dos frutos do trabalho desenvolvido pelo Instituto. Se lá atrás eu já tinha convicção do poder de transformação do empreendedorismo, depois

desses cinco dias na Espanha (incluindo os dois eventos); depois de tudo que tenho vivenciado como presidente da MetaRed X Brasil, desde o seu processo de construção; e depois de tudo o que tenho acompanhado por meio do Instituto Êxito, essa convicção foi altamente potencializada. E o melhor de tudo: poder compartilhar não só conhecimento, mas também espaços privilegiados de atuação e oportunidades únicas de crescimento com as instituições brasileiras de educação superior por meio da ABMES. Vem muita coisa boa por aí!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 15 de maio de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

O maior CBESP da história

Dizem que o melhor da festa é esperar por ela, mas o XV Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular (CBESP) superou todas as expectativas e colocou por terra esse dito popular. Realizado entre os dias 24 e 26 de maio em Alexânia (GO), O evento

O evento consistiu em um marco para o setor particular de educação superior no que diz respeito à reflexão sobre a formação de lideranças inovadoras

consistiu em um marco para o setor particular de educação superior no que diz respeito à reflexão sobre a formação de lideranças inovadoras – tema da edição – e também sobre os desafios de formar jovens para um mundo VUCA (volátil, incerto, complexo e ambíguo) e para um futuro ainda imprevisível.

Após dois talk-shows, cinco painéis e quatro oficinas, chegamos ao final do congresso com nossas mentes borbulhando ideias, repensando nossos modelos de liderança e ainda mais determinados a superar os obstáculos que ainda dificultam o acesso de milhões de brasileiros à educação superior.

Mas o CBESP tem como característica ser um evento que vai além de levar informações e provocações de qualidade aos participantes. Por isso, sempre tem entre seus resultados um documento norteador da atuação política do Fórum das Entidades Represen-

tativas do Ensino Superior até a próxima edição do Congresso. Neste ano, a intitulada [Carta de Alexânia](#), destaca os seguintes pontos:

1. Modernizar o marco regulatório da avaliação e da supervisão da educação superior.
2. Criar um novo modelo de financiamento estudantil.
3. Ampliar o ProUni e reabrir o ProIES.
4. Oferecer linhas de financiamento para estímulo à inovação.
5. Aprovar uma reforma tributária justa para a educação.
6. Integrar mais a educação básica e a educação superior.
7. Incluir na legislação educacional brasileira o uso dos quadrantes híbridos da aprendizagem.
8. Integrar as instituições educacionais ao mundo do trabalho.
9. Ampliar a participação do setor privado de educação nos conselhos e órgãos do governo e da sociedade.
10. Estimular a internacionalização da educação particular.

Mais uma vez, chegamos ao final do CBESP cansados, emocionados, satisfeitos com os resultados obtidos ali e confiantes dos desdobramentos que virão. Foram três dias incríveis nesse que foi o maior Congresso da história, com 550 inscritos.

Antes de concluir, quero aproveitar para agradecer a cada um dos participantes, dos palestrantes, dos patrocinadores e às equipes da ABMES e da Linha Direta que tornaram possível a realização

desta que foi a 15ª edição do evento. Agradeço ainda às entidades que compõem o Fórum e suas lideranças. Tem sido um privilégio fazer essa caminhada ao lado de vocês.

No mais, agora é hora de trabalhar para transformar em realidade a educação superior que todos desejamos e que o país tanto necessita. Temos muito trabalho até o próximo Congresso, quando novos desafios se apresentarão no horizonte. Por ora, nosso foco está nos 10 pontos destacados na Carta de Alexânia. Sigamos a nossa caminhada e até 2024!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 29 de maio de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Cem vezes educação

Foi com enorme alegria e satisfação que lancei, no dia 25 de maio, durante o XV Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular (CBESP), meu segundo livro de coletânea de artigos: [Educação mais forte](#). A obra reúne 100 textos publicados em veículos da imprensa e no [ABMES Blog](#) sobre as mais distintas faces da educação superior no país, em especial aquelas relacionadas à esfera particular de ensino.

Com os artigos segmentados em cinco grandes áreas (Currículos e metodologias educacionais; Gestão educacional; Políticas públicas; Representação setorial; e Inovação e tecnologia) e organizados de forma cronológica, o leitor tem à sua disposição um amplo panorama de por onde a educação superior caminhou nos dois últimos anos, bem como dos desafios impostos à comunidade acadêmica, aos gestores públicos e aos formuladores das políticas educacionais.

Por exemplo, no capítulo sobre currículos e metodologias educacionais os artigos abordam desde questões práticas, como a educação híbrida e o empreendedorismo no contexto escolar, até aspectos mais subjetivos, mas não menos importantes, como o fim do preconceito com a educação a distância e o espaço escolar como ambiente de aprendizagem da felicidade.

Em relação à gestão, os textos passam por temas que acompanham o dia a dia de todo gestor escolar: evasão, captação de

alunos, valorização do professor, responsabilidade social, saúde mental, entre outros. Já no capítulo sobre políticas públicas, destacam-se pontos como a reforma tributária, a necessidade de um novo Fies, os entraves e avanços relacionados à avaliação e à regulação.

Por fim, os dois últimos capítulos concentram os textos sobre a atuação da ABMES, destacando sua relevância enquanto principal entidade representativa do setor particular de educação superior, e sobre a importância da inovação e da tecnologia para a transformação do processo de ensino e aprendizagem em algo mais

Assim, embora cada texto conte sua própria história, a somatória de tudo o que está narrado naquela centena de artigos resulta na certeza de que muito temos feito pela educação superior brasileira.

Assim, embora cada texto conte sua própria história, a somatória de tudo o que está narrado naquela centena de artigos resulta na certeza de que muito temos feito pela educação superior brasileira, aderente às necessidades globais deste século 21.

Isso não significa, contudo, que nos damos por satisfeitos. Sabemos que ainda há muito a ser feito, e isso nos motiva a seguir em frente. Força é um substantivo feminino atrelado a características como vigor e robustez, geralmente atribuído aos que se destacam, aos que não desistem e aos vencedores. Nossa meta é que a educação seja forte como merece e deve ser. O Brasil precisa se fortalecer enquanto nação, mas isso só acontecerá quando tivermos

Édson com E de Educador

Foi com enorme pesar que recebi na última quinta-feira, dia 13 de julho, a notícia do falecimento do nosso querido professor Édson Franco. Dono de um sorriso aberto e de um abraço caloroso, O professor Édson ficará para sempre guardado em um lugar especial nos corações de todos aqueles que tiveram o privilégio de conviver com ele.

Presidente da ABMES entre 1992 e 2004, Édson Franco teve uma gestão marcada tanto por avanços institucionais quanto na educação superior brasileira. Foi nesse período que a Associação

O professor Édson ficará para sempre guardado em um lugar especial nos corações de todos aqueles que tiveram o privilégio de conviver com ele.

criou estratégias e produtos como estudos, seminários e publicações, além de ampliar o diálogo com o Ministério da Educação (MEC) e suas autarquias. Sob sua regência surgiram, por exemplo, a ABMES Editora e o Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério. Como um dos resultados de tanta inovação e empenho, a Associação quintuplicou seu quadro de associados.

Na esfera educacional, o professor Édson atuou ativamente em diversas frentes, entre elas podemos destacar a elaboração das

diretrizes do Programa Universidade para Todos (ProUni) e as discussões que resultaram no desenvolvimento dos parâmetros de qualidade dos cursos e instituições de educação superior.

Professor universitário, advogado e jornalista, Édson Franco teve sua vida pautada pela educação.

Fundador da Universidade da Amazônia (Unama), nos últimos anos atuava como diretor da Faculdade de Estudos Avançados do Pará (FEAPA) e do Centro de Ensino Empreendedor do Pará (CEEP), e presidente do Conselho Mantenedor da Associação Amapaense de Ensino e Cultura, entidade mantenedora do Centro de Ensino Superior do Pará. Dono de um vasto conhecimento e sempre disposto a compartilhá-lo, o professor Édson também era membro nato do Conselho de Administração da ABMES e do Conselho Diretor da Associação Comercial do Pará.

Ao longo da sua trajetória, foi reitor em instituições no Pará e no Rio de Janeiro, secretário de Educação do Estado do Pará, membro do Conselho Estadual de Educação do Pará, diretor do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação (MEC), secretário geral do MEC e conselheiro do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Também presidiu o Conselho Curador da Funadesp, a Rede Brasileira de Educação a Distância, a Academia Paraense de Letras e o Instituto Alerta Pará.

Nos últimos meses, já com a saúde bastante debilitada, nosso querido professor Édson seguiu firme e atuante. Mesmo com dificuldade de caminhar, há poucos dias esteve presente no ABMES Regional realizado na capital paraense, Belém, em 29 de junho. Mais uma das suas grandes lições de força de vontade e amor pela educação.

O Brasil se despede de um grande brasileiro, que dedicou sua vida à educação e nos deixa um legado inesquecível. Seu exemplo continuará nos inspirando a buscar transformar o Brasil em um país melhor, mais justo e mais educado. Descanse em paz, querido mestre e guru Édson Franco.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 17 de julho de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Mergulhe na educação canadense com a ABMES

Para além das imponentes Cataratas do Niágara, das paisagens paradisíacas dos parques nacionais e da cosmopolita Toronto, o Canadá é um país que se destaca no contexto geopolítico mundial por possuir elevados índices de desenvolvimento socioeconômico. Hoje, é praticamente consenso o entendimento de que seus pouco mais de 38 milhões de habitantes desfrutam de uma qualidade de vida muito acima da média global.

Uma parcela significativa da explicação para o sucesso do país está na esfera educacional: 99% da população canadense é alfabetizada.

Uma parcela significativa da explicação para o sucesso do país está na esfera educacional: 99% da população canadense é alfabetizada e, de acordo com os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), a educação básica ofertada ali é a 6ª melhor do planeta. Entre as consequências, o país ostenta o percentual de 55% da sua população adulta com educação superior. Para se ter ideia do que isso representa, a média entre os países da Organização

para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 35%. Para ver de perto essa realidade e buscar inspiração para alternativas capazes de levar a educação brasileira a patamares mais elevados é que a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) embarca, entre os dias 6 e 15 de outubro, rumo a três das mais relevantes cidades canadenses: Toronto, Montreal e Quebec. Na bagagem, além de muita disposição para aprender e experiências para trocar, representantes de cerca de 40 instituições de educação superior do Brasil também levarão - e buscarão - oportunidades para projetos de cooperação internacional entre as universidades daqui e de lá.

Essa será a base do amplo programa acadêmico de imersão da [5ª Delegação ABMES Internacional - Canada Experience](#), que inclui visitas aos campi das universidades de Toronto, Waterloo, McMaster, McGill e Concordia, além da ida à Organização Universitária Interamericana (OUI – OIHE). As reuniões e debates serão pautados por eixos temáticos nos quais essas instituições são referência, como: tecnologias educacionais; ensino de saúde; programas de saúde socializados; avaliação e acreditação no ensino superior; inovações educacionais; inovação na gestão educacional; redes sociais e educação; projetos de aplicação de tecnologias em escolas do ensino básico; e projetos para estudantes internacionais.

Tudo isso, claro, sem deixar de lado outros momentos que já são marca das delegações da ABMES: as atividades voltadas para a integração do grupo e a imersão cultural. Desta vez, por exemplo, teremos a oportunidade de fazer um tour de barco pelo lado canadense das Cataratas do Niágara e de jantar no alto da CN Tower, com seus 553 metros de altura e uma vista panorâmica de 360° de Toronto. Tendo como base os resultados obtidos nas quatro delegações anteriores, as expectativas para a 5ª Delegação ABMES Internacional estão mais altas do que a CN Tower. Brincadeiras à

parte, estou confiante de que esses dias de mergulho no contexto educacional e na cultura do Canadá resultarão em desdobramentos relevantes para a educação superior brasileira.

Serão dias de muito trabalho, networking, aprendizados e construção de pontes em uma das nações mais ricas, multiculturais e inspiradoras do mundo. Deixo aqui o meu convite para que você embarque conosco nessa que será uma incrível jornada rumo ao conhecimento e grandes descobertas. Vamos juntos nos apropriar de tudo o que o Canadá tem para nos oferecer, e que vai muito além do seu famoso maple syrup.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 31 de julho de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

ABMES 41 anos: uma história de sucesso

Como acontece todos os anos, agosto chega repleto de boas notícias, novidades e celebrações. Para começar, o mês marca a passagem de mais um ano de existência da nossa Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES). Neste 2023, aquela menina ousada e aguerrida nascida em 1982, gestada por mentes comprometidas de corpo e alma com a educação, completa 41 anos.

Tão importante quanto olhar para o passado, reverenciando cada conquista e aprendizado, é olhar para o futuro e projetar dias melhores.

Tão importante quanto olhar para o passado, reverenciando cada conquista e aprendizado, é olhar para o futuro e projetar dias melhores, tanto para a Associação quanto para todos aqueles que confiam na sua atuação como um instrumento para o fortalecimento da educação superior no Brasil.

Por isso, nossa celebração por mais um ano de vida é repleta de novidades, inovação e muitas entregas. Para começar, teremos

o seminário especial Educação Superior na Era Digital: Transformações na regulação e inovação, que acontecerá amanhã (8/8) a partir das 9h30, e contará com a participação de convidados ilustres, como Rui Fava, sócio fundador da Atmã Educar; Henrique Sartori, conselheiro da Câmara de Educação Superior do CNE; e a professora Iara de Xavier, diretora executiva da EDUX21.

As comemorações pelos 41 anos da entidade ainda contarão com a cerimônia de premiação dos vencedores da 6ª edição do Prêmio ABMES de Jornalismo; o lançamento da segunda edição da pesquisa de empregabilidade; anúncio de novas parcerias; a entrega da Ordem do Mérito ABMES a personalidades que se destacam na área da educação; a realização do curso on-line Capacitação sobre o enfrentamento do assédio nas IES (Lei nº 14.540/2023); novos estudos e publicações.

Esse é o jeito ABMES de comemorar mais um ano de existência: cumprindo sua missão institucional de atuar em prol do fortalecimento do setor particular de ensino superior e da educação brasileira como um todo. E, assim, a Associação vai redigindo novos capítulos para a sua biografia, e com muitos outros já pautados pelo planejamento estratégico construído para os próximos cinco anos.

Hoje a ABMES está presente em mais de 5.000 unidades educacionais em todo o país e se faz representada no Conselho Nacional de Educação; no Fórum Nacional de Educação; no Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o Conselho da República; na Capes; nos grupos de trabalho do Ministério da Educação; na TV Cultura (SP), e segue trabalhando para ampliar, cada vez mais, sua presença nas esferas decisórias. Além disso, por meio do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, a Associação tem atuado de forma combativa

para a garantia de condições favoráveis ao setor educacional no contexto da reforma tributária.

Nada disso seria possível sem a disposição daqueles que iniciaram essa história lá atrás e de todos que hoje, juntos, trabalham para a construção de uma Associação mais inclusiva, diversa e inovadora. Nesse sentido, não posso deixar de agradecer a parceria dos vice-presidentes Débora Guerra, Janguê Diniz e Daniel Castanho; todo o empenho do Conselho de Administração e a grande disposição de colaborar da nossa valente diretoria. E, claro, meus profundos e sinceros agradecimentos à sempre competente e comprometida equipe técnica da ABMES, coordenada pelo diretor executivo, Andrei Candiota.

Contribuir para essa narrativa é um privilégio que me enche de alegria e satisfação. Há 41 anos a ABMES tem sido fundamental para a construção de uma educação superior melhor e mais democrática no nosso país, o que me dá um orgulho enorme de pertencer ao seu quadro de associados e à sua diretoria. Sei que ainda há um longo caminho até chegarmos aonde todos desejamos, mas os esforços de todos nós que damos corpo, alma e voz à Associação nos conduzirá até lá. Parabéns, ABMES!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 07 de agosto de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Uma imprensa para celebrar

Em uma noite de festa e muita alegria, a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior anunciou os vencedores da 6ª edição do [Prêmio ABMES de Jornalismo](#). A cerimônia contou com presenças ilustres, como a do ministro da Educação, Camilo Santana; do presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Luiz Roberto Liza Curi; dos deputados federais Agnaldo Ribeiro (PP-PB), Átila Lira (PP-PI) e Moses Rodrigues (União-CE) e do secretário-executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, Paulo Henrique Pereira.

Peça fundamental de todo e qualquer Estado Democrático de Direito, a imprensa exerce inúmeras funções de alta relevância, que passam por informar a população, cobrar e monitorar agentes públicos. Sua importância ganhou ainda mais força nos últimos anos, quando situações excepcionais se abateram sobre a sociedade, como a pandemia de covid-19, quando os veículos de comunicação funcionaram como o elo entre a ciência e a população brasileira.

Contudo, muito antes do coronavírus e seus desdobramentos, a ABMES já reconhecia e valorizava as contribuições da imprensa para o fortalecimento da educação superior no Brasil. Desde 2017, dezenas de profissionais tiveram seus trabalhos premiados, e no último dia 8 de agosto novos seis jornalistas passaram a integrar esta lista tão especial. São eles: Isabela Palhares (Folha de S.Paulo), Rogério Brandão de Carvalho (TV Justiça), Hebert Araújo (Rá-

dio CBN João Pessoa), Thayanne Viana (Tribuna Independente), Zuila Frutuoso (TV Cabo Branco) e Marcos Meller (Rádio Peperi).

Com reportagens que abordam a diversidade da educação superior brasileira e a relevância das IES para as comunidades onde estão localizadas, as matérias vencedoras discutiram aspectos como projetos de extensão de instituições de ensino superior públicas e privadas, educação a distância, formação de docentes e valorização dos saberes indígenas. Entre os 18 finalistas, muitos outros temas se fizeram presente, como recuperação das instituições federais, o novo ensino médio, Fies e ProUni.

Às vésperas do fim da vigência do atual Plano Nacional de Educação (PNE), com suas metas para a educação superior longe de serem atingidas, e com o debate sobre a construção do novo documento que pautará as políticas públicas da educação para os próximos dez anos sendo iniciado, estamos em um ano estratégico. A imprensa, mais uma vez, apresenta-se como um instrumento essencial para que saíamos desse processo com as metas necessárias para a construção de um novo país, bem como para que esses marcos sejam alcançados.

Assim, ao mesmo tempo em que reconhecemos e celebramos o trabalho realizado pelos jornalistas, ressaltamos nossa expectativa em relação ao trabalho futuro.

Assim, ao mesmo tempo em que reconhecemos e celebramos o trabalho realizado pelos jornalistas, ressaltamos nossa expectativa em relação ao trabalho futuro. A roda da imprensa não pode parar de girar, para o bem do Brasil e de todos os brasileiros. E, para isso, a ABMES mantém seu compromisso

de atuar como parceira dos profissionais de comunicação, inclusive com a elaboração de estudos e pesquisas relevantes sobre o contexto da educação superior no país.

Quero aproveitar a oportunidade para agradecer, mais uma vez, a disposição dos membros da Academia Brasileira de Letras (ABL) Arnaldo Niskier, Marcos Vilaça e Merval Pereira pelo esforço empenhado na definição dos vencedores do Prêmio ABMES de Jornalismo, em uma parceria que se mantém desde a 1ª edição. Sabemos que não se trata de um trabalho fácil, mas, novamente, foi desenvolvido com maestria por cada um de vocês. Agradeço, ainda, à DGBB Comunicação e Estratégia que, na pessoa do Bernardo Brandão, também tem nos apoiado incondicionalmente desde o início deste projeto.

Em seis edições, o Prêmio ABMES de Jornalismo recebeu quase 1,4 mil inscrições e chega em 2023 consolidado na agenda dos profissionais de imprensa e reconhecido por sua seriedade e relevância. E nós não vamos parar por aqui. A Associação seguirá atenta e valorizando o trabalho jornalístico desenvolvido em todo o país. Que venha a 7ª edição!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 21 de agosto de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Cresce a empregabilidade dos recém-formados na educação superior

Ainda não está tranquilo, mas o cenário está bem favorável para egressos da educação superior no que diz respeito à empregabilidade. Levantamento divulgado na última semana pela ABMES e pela Symplicity mostra que ter uma graduação segue sendo um grande diferencial na hora de garantir uma colocação no mercado de trabalho.

De acordo com o [Índice ABMES/Symplicity de Empregabilidade 2023 \(IASE\)](#), 75,6% dos egressos do ensino superior estão empregados em até um ano após a colação de grau.

75,6% dos egressos do ensino superior estão empregados em até um ano após a colação de grau.

Outro dado a ser celebrado é a constatação de que, destes, 83,1% conseguem uma vaga na sua área de formação. Os percentuais são maiores do que os verificados no levantamento realizado no ano passado, quando 69% conseguiram trabalho logo que saíram do ensino

superior, sendo 70% na área de graduação. Se, por um lado, essa evolução tem relação direta com a melhoria do cenário econômico após o fim da pandemia de covid-19, por outro, ele nos faz acreditar que a obtenção de um título de nível superior tornou-se ainda mais relevante nesse novo mundo que está surgindo.

Um indicativo disso consiste no fato de que não apenas a empregabilidade melhorou, mas também as remunerações médias recebidas pelos recém-formados. Enquanto em 2022 esse valor era de R\$ 3.821, em 2023 ele passou para R\$ 4.167, registrando um crescimento de 9%, índice superior à inflação acumulada no período.

É claro que quando falamos de valores médios existem aqueles que estão nos dois extremos da balança. Quando o referencial é salário, a escolha da profissão incide diretamente no valor das remunerações ofertadas pelo mercado. Vale destacar, contudo, o crescimento substancial verificado nos salários dos egressos da área de tecnologia da informação. Entre 2022 e 2023, a renda média saltou de R\$ 4,1 mil para R\$ 6,1 mil. O cenário também é animador nas demais áreas. No setor de saúde, por exemplo, foi verificado um crescimento de 30% no índice de empregabilidade e o salário médio saltou de R\$ 3.912 para R\$ 4.963.

Os dados são altamente significativos, especialmente considerando a representatividade da amostra: mais de 4,8 mil profissionais que colaram grau entre meados de 2021 e meados de 2022. Aliás, esse também é um dado que merece ser celebrado, pois representa um crescimento de 147% no número de participantes em relação à primeira edição da pesquisa.

O Índice ABMES/Symplicity de Empregabilidade tem como objetivo mapear o desempenho dos egressos das instituições particulares de educação superior e contribuir com a otimização dos currículos acadêmicos, aproximando cada vez mais a formação

ofertada nas graduações com as demandas e expectativas do mercado de trabalho em relação aos profissionais.

Dessa forma, acreditamos contribuir tanto para a melhoria da qualidade de vida daqueles que confiaram a nós a sua formação profissional quanto para o desenvolvimento do país, de modo que, em breve, tenhamos um contexto de progresso e prosperidade que deixe a vida de todos os brasileiros mais leve e mais tranquila.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 04 de setembro de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Um prêmio, uma homenagem

Estão abertas as inscrições para a 1ª edição do [Prêmio Fernando Braga - Sustentabilidade Ambiental na Educação Superior](#), uma iniciativa da ABMES em parceria com a [Edux21 Consultoria Educacional](#). A premiação tem como objetivo reconhecer os melhores projetos das instituições de educação superior na área, ao mesmo tempo em que homenageia nosso saudoso amigo que lhe empresta seu nome e foi um grande entusiasta das questões educacionais e ambientais.

Profissionalmente, Fernando Braga foi um jornalista perspicaz e um professor dedicado e exigente, estimulando seus alunos a buscarem mais do que apenas uma versão dos fatos. Incansável, também atuou como avaliador do Inep. Na esfera pessoal, se destacava por ser detentor de um coração enorme, além de muito culto, crítico e bastante sensível às realidades social, política, educacional e ambiental do país.

Comprometido com tudo o que se envolvia,

Fernando não era o que se pode chamar de “um ambientalista de gabinete”, mas um cidadão que se preocupava com a preservação do planeta e o futuro das próximas gerações. Dedicou-se à sensibilização das pessoas para a preservação e a recuperação ambiental, e conseguia sempre a companhia dos mais jovens nas suas jornadas de plantio de árvores. Por tudo isso, uma premiação criada pela ABMES com a finalidade de valorizar as iniciativas de

sustentabilidade ambiental no âmbito das instituições de educação superior não poderia ter outro homenageado.

O prêmio será concedido para até três instituições de educação superior que receberão o total de R\$ 28 mil em premiações, de acordo com a classificação. Para concorrer, é fundamental que a

Fernando não era o que se pode chamar de “um ambientalista de gabinete”, mas um cidadão que se preocupava com a preservação do planeta e o futuro das próximas gerações.

IES tenha participado da edição vigente da [Campanha da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular](#), promovida anualmente pela Associação. Os vencedores serão escolhidos por uma comissão julgadora devidamente composta para esse fim.

A iniciativa também irá condecorar uma personalidade pública com atuação reconhecida na área de sustenta-

bilidade ambiental. Cabe às mantenedoras associadas à ABMES fazer as indicações, e a vencedora será escolhida pela diretoria da Associação. O prazo para inscrição das IES e para a indicação de personalidades vai até o dia 17 de outubro e ambos os processos devem ser feitos em formulários disponibilizados no site da premiação.

Desde 2021, Fernando Braga não está fisicamente entre nós. Contudo, suas ações seguem dando bons frutos, seja por meio das inúmeras árvores frutíferas que plantou, seja por meio das atitudes que pautaram sua vida. Assim, ele segue vivo nas nossas mentes e corações, mas, principalmente, no exemplo de compromisso

com dias melhores e mais sustentáveis para os que aqui estão e os que ainda virão. A ABMES acredita na força desse exemplo, bem como na importância das IES para a construção de uma sociedade mais próspera e sustentável.

Vida longa ao Prêmio Fernando Braga. Viva Fernando Braga!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 25 de setembro de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

5ª Delegação ABMES Internacional decola rumo ao Canadá

Está chegando a hora! Na próxima sexta-feira, dia 6 de outubro, terá início a [5ª Delegação ABMES Internacional - Canada Experience](#). Depois de visitar Rússia, Israel, China e Portugal, a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior desembarcará no país que ocupa um território expressivo na América do Norte e tem, nos seus extremos, os Estados Unidos ao sul e o Círculo Polar Ártico ao norte.

A iniciativa integra o programa [ABMES Internacional](#), criado em 2016 com o objetivo de favorecer a cooperação das mantenedoras associadas com associações e universidades de outros países visando a troca de experiências, a organização de conferências internacionais e o suporte aos associados na busca de parceiros, além de promover a Associação em outras nações e continentes.

As parcerias internacionais possibilitam aos associados gerar novas ideias, discutir problemas e identificar soluções comuns além de estabelecer pontes com organizações semelhantes.

As parcerias internacionais possibilitam aos associados gerar novas ideias, discutir problemas e identificar soluções comuns além de estabelecer pontes com organizações semelhantes.

O programa de internacionalização também estuda a questão da qualidade, o sistema de avaliação das universidades e outros aspectos do funcionamento do ensino superior nos demais países.

É com esse espírito que embarcamos rumo ao Canadá. Mais uma vez, IES brasileiras de diversos portes, com realidades e desafios distintos, vão em busca de conhecimentos e oportunidades. Como já é tradição, os participantes conhecerão a fundo o sistema de ensino superior do país visitado, estabelecendo contatos com pesquisadores

e professores para futuros projetos de cooperação e explorando novos modelos educacionais e de inovação na gestão educacional. A escolha do Canadá se justifica por uma série de fatores, mas, principalmente, pelo bom desempenho do país em relação aos seus índices educacionais. Dados do Education at a Glance 2023, da OCDE, mostra que o Canadá possui taxas superiores às verificadas na média dos países que compõem o grupo. Por exemplo, 54% da população com idades entre 15 e 19 anos está na educação secundária e 19% na terciária. As médias dos países da OCDE são de, respectivamente, 37% e 12%.

A missão passará pelas cidades de Toronto, Montreal e Quebec, visitando as seguintes instituições: Universidade de Toronto (University of Toronto); Universidade de Waterloo (University of Waterloo); Universidade Concordia (Concordia University); Organização Universitária Interamericana (OUI – OIHE); e Universidade McGill

(McGill University). Em cada uma, iremos explorar o que elas têm de mais forte, mergulhando em 5 eixos temáticos: tecnologias educacionais; inteligência artificial na educação superior; inovação e empreendedorismo; avanços na área da saúde; e inovação na gestão educacional. Visitaremos, ainda, a sede da [Desire2Learn \(D2L\)](#), empresa global de software focada em soluções para aprendizagem e ensino on-line.

Serão dias de muita “mão na massa” e aprendizado, mas também com momentos de confraternização e lazer, aproveitando algumas das principais atrações turísticas do Canadá. Entre outros locais, nosso roteiro inclui as Cataratas do Niágara e a CN Tower, além de tempo livre para que os membros da Delegação possam desfrutar como preferirem as inúmeras atrações possíveis. Em um mundo cada vez mais disruptivo e globalizado, a internacionalização da educação superior precisa entrar de vez na gestão e nos currículos das instituições brasileiras. Para além das exigências regulatórias e dos impactos nas avaliações institucionais, a internacionalização tem muito a oferecer para docentes, estudantes e os demais integrantes da comunidade acadêmica.

Por isso, depois de construir pontes na Ásia e na Europa, a Delegação ABMES Internacional expande sua atuação rumo à América do Norte. Temos certeza de que retornaremos desta missão do mesmo modo que voltamos das anteriores: com a bagagem cheia de resultados, boas projeções e, claro, alguns souvenirs. É a ABMES dando a sua contribuição para que a educação superior brasileira alcance novos voos. Canadá, aí vamos nós!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 02 de outubro de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Por uma educação superior mais sustentável e valorizada

A expansão da educação superior nos últimos anos é, sem dúvida, uma conquista da sociedade brasileira. Graças a esse movimento, o diploma universitário tem se tornado cada vez menos elitista e mais democrático, permitindo que milhões de brasileiros transformem suas vidas a partir do acesso ao nível terciário de educação. Mas nem tudo é celebração nesse processo e há pontos que demandam reflexão por parte dos atores que integram o setor, como destaca a nota técnica [Expansão, Qualidade, Avaliação e Regulação da Educação Superior no Setor Privado](#), elaborada por Ricardo Martins, consultor legislativo da Câmara dos Deputados, com apoio do consultor educacional da ABMES, Valdemar Ottani.

O documento, encaminhado pela ABMES ao Ministério da Educação (MEC) no dia 25 de setembro, mapeia uma mudança significativa no perfil da oferta da educação superior particular nos últimos anos, especialmente no que se refere ao crescimento das matrículas em cursos EAD. Desde 2017, quando o Decreto nº 9.057, de 25 de maio, permitiu a ampliação da oferta dos cursos à distância, as matrículas nessa modalidade dispararam, enquanto o ingresso de novos alunos nos cursos presenciais tem registrado sucessivas retrações.

Aliadas a esse cenário, questões como a concentração da oferta em um número relativamente reduzido de mantenedoras; a tendência de decréscimo nos preços das mensalidades, motivada pela competição por estudantes; e a chegada de grandes instituições - por meio da EAD - a localidades tradicionalmente atendidas por instituições de pequeno e médio portes têm resultado em desequilíbrio em relação a fatores como as modalidades de ensino, IES locais e nacionais; e entre grandes e pequenas e médias instituições.

Por compreender que essas questões impactam na qualidade da educação superior, a ABMES defendeu, na nota técnica, a necessidade de profunda discussão dos atuais processos de avaliação e regulação das instituições e cursos. Para isso, a Associação definiu seis linhas de atuação que, acredita, sejam capazes de contribuir para a construção de um panorama com mais qualidade nos serviços prestados e uma concorrência mais justa entre todas as instituições.

São elas: a elaboração de uma Política Nacional de Educação Superior; a inserção, no PNE, da formulação de uma política de expansão da educação superior que busque o equilíbrio das modalidades presencial e à distância; o desenvolvimento de um sistema orientador de autorregulação de preços; a elaboração de padrões mínimos de qualidade para cursos presenciais e à distância; o aperfeiçoamento do sistema de avaliação, contemplando a diversidade das IES e os processos e metodologias de avaliação para a EAD; e o aperfeiçoamento das normas reguladoras da oferta da educação superior, de modo a promover seu desenvolvimento sustentável.

Nosso esforço tem como objetivo recuperar o valor da educação, e deixar para trás a disputa pelo “menor preço”, que tem sido uma

Nosso esforço tem como objetivo recuperar o valor da educação, e deixar para trás a disputa pelo “menor preço”,

prática recorrente e resultado em uma competição desigual, prejudicando as pequenas e médias instituições e comprometendo a qualidade do ensino ofertado. Além disso, precisamos ajustar a legislação para evitar distorções como, por exemplo, a abertura de polos EAD sem a devida demanda. A situação está tão fora de controle que, em 2021, 66%

dessas unidades atendiam entre 1 e 10 estudantes.

Como eu disse no início deste texto, o crescimento do setor particular de educação superior, e a consequente ampliação da oferta de cursos de graduação, é uma vitória do país e dos brasileiros. Contudo, para que sigamos nesse caminho de forma sustentável, precisamos fazer alguns ajustes para evitar o sufocamento das pequenas e médias IES e fortalecer a qualidade dos cursos, em especial os da modalidade a distância.

Estamos comprometidos com essa transformação e confiantes na união do setor e nas ações do Ministério da Educação, que tem se mostrado sensível e alinhado às nossas demandas. Um novo cenário mais igualitário e favorável às IES e aos estudantes está sendo desenhado, o que nos deixa muito confiantes em um futuro melhor para todos.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 16 de outubro de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Canada Experience: 10 dias, inúmeros resultados

Chegou ao fim mais uma incrível jornada rumo ao conhecimento, à troca de experiências e à ampliação da internacionalização da educação superior. Realizada entre os dias 6 e 15 de outubro, a 5ª Delegação ABMES Internacional – Canada Experience visitou as cidades de Toronto, Montreal e Quebec, nas quais gestores, mantenedores e líderes educacionais conheceram e dialogaram com algumas das instituições de destaques do país.

Ao longo de 10 dias, tivemos a oportunidade de visitar universidades que são reconhecidas em todo o mundo, como a Universidade de Toronto. Ali, debatemos temas como inovação educacional, inovação na prática da educação superior e inovação em infraestrutura e sistemas de ensino superior. Além disso, mantendo a tradição de abrir espaços para a internacionalização das instituições associadas, durante a visita foi celebrado um acordo de cooperação futura com o OISE (Instituto de Estudos em Educação de Ontario).

Ainda no âmbito da Universidade de Toronto, conhecemos as instalações do Instituto de Pesquisa KITE-UHN, um dos principais centros de pesquisa de medicina na área de reabilitação do Canadá e líder mundial em ciência de reabilitação complexa. Com o KITE assinamos um termo de cooperação que visa, entre outras

ações, estimular o intercâmbio de professores, pesquisadores, estudantes e gestores; promover o desenvolvimento conjunto de projetos e pesquisas; fomentar a organização de cursos, seminários e eventos; promover o desenvolvimento de programas de bolsas de estudo; facilitar o intercâmbio de bibliografias, materiais didáticos, técnicos e científicos; bem como estimular a elaboração de artigos científicos e outras publicações.

Durante a visita, conhecemos a Dra. Andrea Furlan, brasileira que atua como cientista sênior do KITE e professora do curso de medicina na Universidade de Toronto. Entre suas ações, ela está à frente de um projeto de telementoria que visa ensinar médicos em áreas rurais e carentes a ajudar pacientes com dor crônica a viver uma vida melhor. Foi uma grande honra conhecer uma brasileira em posição de destaque e desenvolvendo um projeto tão relevante.

Localizada a 110 quilômetros de Toronto, a Delegação ABMES Internacional também visitou a Universidade de Waterloo, uma das 10 melhores instituições do Canadá e a primeira em inovação e empreendedorismo. Além de compreendermos como a universidade se tornou referência em inovação, tivemos uma excelente conversa sobre como a educação à distância é trabalhada ali de modo a atender, com qualidade, as necessidades dos estudantes.

Passamos ainda pela Universidade McGill, onde o professor Pedro Rosa Neto, brasileiro e diretor do Centro de Envelhecimento do Instituto de Neurologia, destacou o interesse em fazer parcerias com as instituições brasileiras; pela Organização Universitária Interamericana (OUI – OIHE); e pela Universidade Concordia, que se mostrou bastante inspiradora com seu projeto de startups – coordenado por uma professora brasileira – e onde firmamos o terceiro memorando de entendimento desta visita ao Canadá.

Em síntese, foram dias intensos e muito produtivos. Temos como saldo desta 5ª Delegação a satisfação de ver brasileiros em posições de destaque e liderando áreas relevantes; o estreitamento dos laços entre instituições daqui e de lá, com o desejo manifesto de cooperação de ambos os lados; e a grande bagagem conquistada a partir das experiências possibilitadas pela diversidade cultural daquele país.

Em síntese, foram dias intensos e muito produtivos.

Também aprendemos que, embora as universidades canadenses sejam públicas, elas buscam se diferenciar. A McGill é muito forte em saúde; a Waterloo em tecnologia; a de Toronto em reabilitação; e a Concordia em empreendedorismo e inovação.

Com isso, a principal lição é a de que, independentemente da organização administrativa, público ou privada, as instituições brasileiras precisam entrar na onda da especialização. Vamos nessa?

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 23 de outubro de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Avaliação do Enade e a valorização da educação superior

Tão logo os resultados do Enade 2022 foram divulgados, na última terça-feira (31), o setor privado de educação superior foi duramente cobrado pelo desempenho das suas instituições. Isso porque, como acontece todos os anos, as universidades públicas tiveram rendimentos superiores.

O que a maioria das pessoas desconhece é que o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes consiste em apenas uma das três etapas que compõem o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Portanto ele, por si só, não pode ser tomado como o fiel da balança no que se refere à qualidade do serviço oferecido por uma instituição de educação superior.

Portanto ele, por si só, não pode ser tomado como o fiel da balança no que se refere à qualidade do serviço oferecido por uma instituição de educação superior. Além disso, existem inúmeras variáveis que incidem nos resultados obtidos por cada instituição. Questões como curso, características regionais, perfil dos estudantes e

até mesmo o humor da pessoa no dia do exame, por exemplo, impactam na maneira como cada grupo ou indivíduo se apresenta diante da prova.

Mas, se isso vale tanto para instituições públicas quanto para as privadas, o que justificaria a diferença no desempenho? Existem diversas explicações, mas aqui vou destacar apenas uma: apesar de todos os esforços empenhados nos últimos anos, a universidade pública ainda é um locus ocupado por pessoas privilegiadas. Indivíduos que, em sua maioria, são oriundos de escolas privadas de altíssimo nível e que podem se dedicar integralmente aos estudos durante a graduação.

Na outra ponta, os estudantes das instituições particulares são, na sua maioria, egressos de escolas públicas. Também são pessoas que precisam conciliar a graduação com trabalho, tanto para arcar com as mensalidades quanto para ajudar nas despesas de casa. Hoje, mais de 70% dos estudantes das IES privadas pertencem a famílias com renda per capita de até R\$ 3,2 mil (classes C e D).

Não estou dizendo que uns são melhores ou mais esforçados do que outros, mas essa é uma realidade que o Enade não capta. Assim como não registra os esforços de nivelamento feitos por muitas instituições particulares e nem a evolução do indivíduo entre as etapas inicial e final do curso. Fato é que o setor privado, por meio da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), tem participado ativamente dos grupos de trabalho e demais discussões do Ministério da Educação voltadas para o aperfeiçoamento dos processos de avaliação, regulação e supervisão dos cursos de graduação, bem como para a melhoria do desempenho dos seus estudantes.

O setor privado de educação superior é fundamental para o país. Há décadas somos responsáveis por preparar uma parcela signifi-

cativa dos profissionais que estão no mercado de trabalho. Assim como a educação como um todo, temos muito o que melhorar. Contudo, desacreditar o nosso trabalho e minimizar a nossa relevância por conta dos resultados do Enade não é justo e interessa somente a quem não está comprometido com o progresso do Brasil.

Seguiremos trabalhando arduamente e firmes no nosso compromisso de formar profissionais e cidadãos conscientes dos seus direitos, deveres e responsabilidades. Um novo país surgirá a partir da educação, e nós somos peça fundamental nessa engrenagem.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 06 de novembro de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Mais um (triste) retrato da desigualdade brasileira

Desigualdade é uma marca do Brasil. Uma marca que muito nos envergonha, mas seguimos sem conseguir apagá-la. Há décadas estamos entre as nações mais desiguais do planeta, e não é novidade que esse cenário é mais intenso entre as parcelas da população insistentemente mais negligenciadas em direitos e oportunidades, como pretos e mulheres.

No contexto geral do país, a equidade ainda é um sonho distante, seja ela social, racial, econômica ou de gênero. Trata-se de uma questão histórica e cultural que precisa ser superada em toda a sua extensão. Mas e quando a lupa é colocada sobre um grupo de pessoas que, teoricamente, estão no mesmo nível de conhecimento e de maturidade profissional?

Embora não seja possível negar a diferença de bagagem sociocultural com a qual cada estudante ingressa na educação superior, ao longo de 4 ou 5 anos de formação todos têm acesso aos mesmos recursos e informações. . Assim, todos os recém-formados passam a ter as mesmas oportunidades, certo? Errado.

O diploma de graduação passa a ser o ponto de corte que os favorece na corrida por um posto de trabalho em um mercado cada vez mais competitivo.

O diploma de graduação passa a ser o ponto de corte que os favorece na corrida por um posto de trabalho em um mercado cada vez mais competitivo.

O Índice ABMES/Symplicity de Empregabilidade 2023 (IASE) mostra que, desde o início da carreira profissional, mulheres e negros têm mais dificuldade de conseguir um trabalho e,

quando conseguem, recebem salários menores. Os dados mostram que os homens têm maior empregabilidade (82,2%) em comparação às mulheres (74,1%). Em relação à renda, o cenário é ainda mais desfavorável para as representantes do sexo feminino. De acordo com o levantamento, os homens (R\$ 5.120) recebem, em média, 40% a mais do que as mulheres (R\$ 3.658).

No quesito raça, os brancos têm tido mais empregabilidade (81%) e maior renda média (R\$ 4.642) em comparação aos demais. A maior distância está no grupo de pretos, em que 63% estão atuando como profissionais na área de formação e a remuneração média é de R\$ 3.288, valor 30% menor que os brancos.

O etarismo, uma discriminação muito presente na nossa sociedade, mas ainda muito pouco debatida, também foi mapeado pela ABMES e pela Symplicity. A maior taxa de empregabilidade encontrada pelo IASE 2023 foi entre os egressos com idades entre 25 e 35 anos (51%). Entre os que conquistaram o diploma após os 50 anos, 96,9% não estavam trabalhando.

Vale lembrar que todos os entrevistados para a pesquisa são re-

cém-formados, ou seja, concluíram suas graduações em até um ano. Portanto, é difícil pensar que existam outras razões que justifiquem números tão discrepantes que não sejam o preconceito e a discriminação com mulheres, pretos e pessoas mais velhas.

Precisamos de políticas públicas que promovam maior empregabilidade e renda para os grupos populacionais menos favorecidos. Não podemos seguir tratando como iguais aqueles que são vistos de forma desigual pelo mercado de trabalho. Os dados apresentados pela IASE 2023 são um excelente ponto de partida a partir do qual ações e projetos podem ser estruturados.

As instituições particulares de educação superior, responsáveis por cerca de 80% das matrículas no país, estão comprometidas em fazer a sua parte para oferecer ao mercado profissionais conectados com as demandas e expectativas deste século 21. O que não corresponde à atualidade, e precisam ser exterminadas, são atitudes discriminatórias. Seja no mercado de trabalho ou em qualquer outra esfera da sociedade, não há mais espaço para preconceito e discriminação.

Artigo publicado pela [CNN Brasil](#) em 05 de outubro de 2023 e no [ABMES Blog](#) em 20 de novembro de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Fórum: 15 anos de história e uma nova trajetória pela frente

Dezembro é tempo de festas e, para o setor particular de educação superior, há 15 anos também é o momento de celebrar a criação do [Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular](#). Um movimento iniciado em 2006 para defender o direito à livre iniciativa na educação superior resultou, em 2008, na criação desta entidade que tornou-se referência na defesa dos legítimos interesses da educação privada brasileira e do fortalecimento das políticas públicas para o nível terciário da educação.

Ao longo dos anos, o Fórum foi crescendo e amadurecendo. As pautas e as ações foram ganhando corpo e reconhecimento.

Ao longo dos anos, o Fórum foi crescendo e amadurecendo. As pautas e as ações foram ganhando corpo e reconhecimento.

O diálogo, adotado desde o princípio como elemento central da atuação, mostrou-se eficiente na missão de abrir portas e construir alianças, independentemente da esfera política dos gestores públicos. No centro do debate, sempre esteve o interesse comum de fortalecer a educação superior e tor-

ná-la acessível à população brasileira.

Nesse processo, as expectativas e as demandas foram crescendo de tal modo que, ao atingir seus 15 anos, o Fórum passa por uma grande transformação. Fundamentada na certeza de que o futuro de um país começa com uma educação de qualidade e acessível, a entidade ganhou novos integrantes, novas dimensões e um novo nome: Brasil Educação - Fórum Brasileiro da Educação Particular.

A partir de agora, a atuação por uma educação mais moderna e eficiente se dará em todos os níveis e modalidades educacionais: básico, superior, profissional, tecnológico e a distância, para todas as idades. Nessa linha, o movimento #EducaçãoMaisForte é fortificado, assim como a caminhada em busca da consolidação das 10 propostas do Fórum para aprimorar a educação brasileira. Entre as medidas estão a criação de um novo modelo de financiamento estudantil; a aprovação de uma reforma tributária justa para o setor; maior integração entre a educação superior e a educação básica; e a revisão da legislação para contemplar metodologias híbridas de aprendizagem.

Ao grupo original, composto pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES); Associação Brasileira das Faculdades (Abrafi); Associação Nacional dos Centros Universitários (Anaceu); e Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior (Semesp), outras entidades representativas foram se integrando. Hoje, o novo Fórum conta com 15 organizações determinadas a transformar o Brasil por meio da educação.

Também fazem parte do Brasil Educação a Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas (ABIEE); a Associação dos Mantenedores Independentes Educadores do Ensino Superior (AMIES); a Associação Nacional de Educação Católica do Brasil

(ANEC); a Associação Fórum Nacional das Mantenedoras de Instituições de Educação Profissional e Tecnológica (BrasilTEC); a Associação das Fundações Educacionais de Ensino Superior do Estado de Minas Gerais (AFEESMIG); a Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina (AMPESC); a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN); a Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP); o Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (FONIF); o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro (SEMERJ); e o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior na Bahia (SEMESB/ABAMES).

Esse é o grupo que encerra 2023 unido em torno do compromisso de fazer do Brasil Educação um espaço de debates e ações em prol do fortalecimento da educação brasileira e das instituições educacionais privadas. Temos confiança de que 2024 marcará o início de um novo tempo para a representação do setor, mas, principalmente, para cada cidadão e cidadã que deposita na educação seu sonho de uma vida melhor e próspera. Que venha o ano novo!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 11 de dezembro de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Mais um ano de muito trabalho e união pela educação brasileira

Faltando menos de duas semanas para o encerramento de 2023, é chegada a hora de fazer o tradicional balanço dos avanços, das dificuldades e dos aprendizados conquistados ao longo desse período que marca mais uma volta da Terra ao redor do nosso astro-rei. E quanta coisa boa e importante aconteceu neste ano!

Mantendo seu compromisso de trabalhar arduamente pelo fortalecimento do setor privado de educação superior e pela democratização do acesso à graduação em nosso país, a ABMES chega ao final de 2023 com importantes avanços a serem celebrados tanto na esfera institucional quanto no que se refere à sua representatividade junto aos órgãos reguladores e à sociedade brasileira.

No que se refere à inovação, lançamos a [SofIA](#), assistente virtual que utiliza a inteligência artificial para esclarecer, de forma rápido e fácil, as dúvidas das mantenedoras associadas sobre os mais diversos aspectos relacionados aos universos da regulação, supervisão e avaliação da educação superior no nosso país.

Em outra frente, por meio da parceria sempre especial com a EDUX21 e a nossa querida Iara de Xavier, lançamos o [Prêmio Fer-](#)

[nando Braga - Sustentabilidade Ambiental na Educação Superior.](#)

No ano mais quente da nossa história, e no qual as catástrofes climáticas foram potencializadas em quantidade e em intensidade, a iniciativa jogou luz sobre a responsabilidade de todos os seres humanos, incluindo a comunidade acadêmica, na construção de um planeta mais sustentável e promissor para as gerações de hoje e de amanhã.

Sem descuidar do que é tradição, em 2023 a ABMES promoveu 6 seminários híbridos e 10 virtuais, que totalizaram 29,5 mil visualizações únicas no [ABMES Play](#). Focada na missão de representar os legítimos interesses do setor particular de educação superior, a Associação participou de mais de uma centena de reuniões com representantes de órgãos do governo. Esses encontros foram pautados pelas deliberações das 18 reuniões de diretoria e associados realizadas ao longo do ano.

O ano que em breve se encerra contou, ainda, com uma série de outras atividades, como a promoção do CBESP, as celebrações pelos 41 anos da instituição, a realização de grupos de trabalho em parceria com organizações como a MetaRedX, e a outorga da [Ordem do Mérito ABMES da Educação Superior](#) às ilustres Maria Izolda Cela, secretária executiva do Ministério da Educação; Eda Coutinho de Souza, fundadora e mantenedora do Centro Universitário IESB; e ao nosso ilustre parceiro Luiz Roberto Liza Curi, presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Na esfera política, trabalhamos incansavelmente na defesa de pautas como a expansão, qualidade, avaliação e regulação do setor privado; o ciclo avaliativo trienal; a regulamentação da oferta de cursos na modalidade a distância; a melhoria da formação inicial docente; o desenvolvimento de um financiamento estudantil sustentável e inclusivo, entre outras.

Há que se destacar conquistas significativas alcançadas por meio do trabalho incansável em parceria com as entidades do agora [fórum Brasil Educação](#), como a garantia de uma Reforma Tributária justa para o setor; a inclusão do ProUni no texto constitucional; e o estabelecimento do limite de 27,5% para a participação das instituições no Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil (FG-Fies). Além disso, a ABMES garantiu a retomada de 10% das vagas de medicina que haviam sido cortadas do cálculo do ProUni. Todo esse esforço resultou naquilo que é o maior reconhecimento que uma entidade representativa pode almejar: ter a sua base de associados ampliada.

Nada disso, assim como as pesquisas, os números recordes das redes sociais, a grande visibilidade nos meios de comunicação e tudo o mais que não dá para citar neste curto artigo, teria sido possível se não fosse o empenho e a dedicação de um grande número de pessoas que acreditam na força da educação para a construção de um país mais justo e desenvolvido, e na ABMES como instrumento relevante para fazer essa engrenagem funcionar.

Assim, agradeço imensamente a cada um dos membros da diretoria, em especial os vice-presidentes Débora Guerra, Janguê Diniz e Daniel Castanho; aos associados; aos conselhos e ao colegiado da presidência; aos parceiros; aos consultores; e à sempre aguerida e comprometida equipe que, diariamente, constrói a ABMES sob a batuta dos incansáveis Andrei Candiota e Bruno Coimbra.

Nesse apagar das luzes de 2023, deixo meu sincero agradecimento por mais um ano em que caminhamos juntos. É verdade que não conquistamos ainda todas as vitórias que almejamos, mas neste ano demos passos largos em direção ao futuro mais promissor no qual acreditamos e pelo qual trabalhamos.

É verdade que não conquistamos ainda todas as vitórias que almejamos, mas neste ano demos passos largos em direção ao futuro mais promissor no qual acreditamos e pelo qual trabalhamos.

Que em 2024 sigamos unidos nessa trajetória em prol desse bem inestimável que é a educação. Feliz ano novo para todos

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 18 de dezembro de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo

2024: 366 oportunidades para a educação brasileira

O ano de 2024 mal começou, mas na Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) já estamos a mil.

Atenta à agenda que pautará as ações e políticas educacionais deste ano, a instituição inicia esta temporada bissexta com o fôlego revigorado e preparada para atuar nas mais diversas frentes.

Atenta à agenda que pautará as ações e políticas educacionais deste ano, a instituição inicia esta temporada bissexta com o fôlego revigorado e preparada para atuar nas mais diversas frentes.

Os avanços e conquistas de 2023 nos deixaram com altas expectativas para este 2024, ao mesmo tempo em que aumentam a nossa res-

ponsabilidade por uma atuação que, no mínimo, entregue resultados semelhantes às nossas associadas e à sociedade brasileira. Assim, com base nos contextos político e social, elencamos cinco pontos que serão centrais na nossa atuação ao longo deste ano,

juntamente com o [Brasil Educação](#) - Fórum Brasileiro da Educação Particular.

Para começar, precisamos seguir vigilantes e atuantes para a garantia da condição diferenciada para a educação prevista na Reforma Tributária. Ao longo de 2024, o Congresso Nacional irá votar a regulamentação dos pontos aprovados na reforma. A atuação nessa etapa é tão importante quanto os esforços empenhados ao longo dos debates que subsidiaram a votação da reforma. Como diz o ditado, “camarão que dorme a onda leva”...

Outra agenda que promete ser forte este ano consiste na reformulação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). A perda do caráter social desta que já foi a principal política de acesso à educação superior trouxe desdobramentos desastrosos para o país, vide a distância que estamos das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Nossa atuação será no sentido de garantir uma política voltada para estudantes que, no futuro, poderão arcar com o pagamento do financiamento. Àqueles de classes mais baixas, seguiremos firmes na defesa de que o direito à educação deverá ser honrado por meio de bolsas de estudo, ou seja, por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni).

Nesse sentido, entramos no terceiro ponto de atenção para 2024: a ampliação das políticas de bolsas de estudo por meio do Programa de Estímulo à Reestruturação das Instituições de Ensino Superior (Proies). Acreditamos que esse caminho pode pavimentar a criação de mais 300 mil bolsas do ProUni, medida que levaria o acesso à educação superior a um novo patamar em nosso país.

A Conferência Nacional de Educação (Conae) será outro momento estratégico neste ano. Com o tema o “Plano Nacional de Educação 2024-2034: Política de Estado para garantia da educação como direito humano com justiça social e desenvolvimento so-

cioambiental sustentável”, o evento resultará nas diretrizes que nortearão a política educacional pelos próximos 10 anos, e nossa atuação será no sentido de garantir o reconhecimento da relevância do setor particular para que o país avance nessa agenda.

Por fim, as evidências crescentes de que o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (Insaes) sairá do papel demandam ampla articulação da ABMES e do Fórum no sentido de garantir uma agência reguladora efetivamente pautada na indução da qualidade do serviço educacional ofertado no país, e não pelo punitivismo puro e simples.

Os cinco pontos elencados acima consistem em um resumo dos tópicos que devem ser destaque no contexto educacional neste 2024. É certo que muitas outras pautas serão integradas às agendas do setor e das entidades representativas, mas é inegável que iniciamos este ano com boas e desafiadoras perspectivas. Quatorze dias já se passaram, mas ainda temos 352 oportunidades de fazer deste um dos melhores anos para a educação brasileira. Trabalharemos para isso.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 15 de janeiro de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Da Conae ao PNE: a atuação da ABMES

Realizada em Brasília (DF), entre os dias 28 e 30 de janeiro, a Conferência Nacional de Educação (Conae) 2024 foi embalada pelo tema “Plano Nacional de Educação 2024-2034: Política de Estado para garantia da educação como direito humano com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável”.

Na condição de participante do Fórum Nacional de Educação, a ABMES marcou presença no evento, inclusive atuando na elaboração do documento básico que serviu de referência para as discussões. Contudo, respeitando a esfera democrática de debate, a participação de outras entidades contribuiu para que o documento final não contemplasse as principais preocupações do setor particular de educação superior.

Com uma discussão bastante focada em investimento público apenas para as instituições públicas, as manifestações relativas ao ensino superior particular foram essencialmente críticas e focadas em questões como maior necessidade de regulação, incluindo a criação de uma agência reguladora.

Enquanto legítima representante do setor particular de educação superior, a ABMES entende que essa é uma discussão extremamente relevante e que precisa se dar no campo democrático, uma vez que o próprio setor entende como necessária uma regulamentação que induza qualidade. Contudo, também é importante debater questões como investimentos públicos que envolvam o setor

privado e a melhoria do cenário regulatório, a fim de que políticas, como o Fies, possam ser resgatadas, ampliando o acesso da população brasileira à graduação.

Mas nem só de espinhos viveu o setor privado de educação superior durante a Conae. Uma discussão que se fez muito presente durante a Conferência diz respeito à formação de professores. Tendo em vista que o setor privado de educação superior é o grande responsável por essa demanda no país, a percepção de que a educação brasileira somente será transformada com a sua participação foi evidenciada.

Vale ressaltar que, na condição de representante das IES privadas, a ABMES apresentou-se empenhada na defesa do setor. Durante os debates, tanto o diretor jurídico, Bruno Coimbra, quanto o representante no Fórum Nacional de Educação (FNE), Édson Silva, destacaram a relevância social do setor privado, responsável por mais de 80% das matrículas de graduação no país. Em contraposição ao discurso dominante, a Associação enfatizou a diversidade do setor, composto de pequenas, médias e grandes instituições, bem como a sua importância para a promoção de um desenvolvimento econômico mais justo.

Diante de tudo isso, a ABMES saiu do evento imbuída da missão de acompanhar o documento que será elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) contemplando os resultados da Conae e que, posteriormente, tramitará no Congresso Nacional, em formato de projeto de lei, resultando no Plano Nacional de Educação (PNE) que dará as diretrizes para as políticas públicas da área para os próximos 10 anos.

Não podemos fechar os olhos para o fato de que uma parte significativa das metas do atual PNE não foram alcançadas em virtude da falta de investimento público em programas de acesso à

educação superior, além da ausência de uma regulação com mais segurança jurídica.

A Associação tem atuado incansavelmente pela expansão da educação superior de qualidade, bandeira que temos defendido, inclusive, no âmbito do Conselho da Presidência da República.

A Associação tem atuado incansavelmente pela expansão da educação superior de qualidade, bandeira que temos defendido, inclusive, no âmbito do Conselho da Presidência da República.

Estamos em sintonia com o que o atual governo tem colocado como prioridade, que é promover a inclusão social da população de baixa renda, e nada transforma mais a vida das pessoas do que a educação. Este é um ano estratégico, pois as decisões de agora

pautarão a próxima década. A ABMES está atenta e atuante para que tenhamos um resultado positivo para o setor, mas, sobretudo, para a sociedade e a educação brasileiras. Avante!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 12 de fevereiro de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

ABMES Cursos: qualificação a serviço da educação superior

Planejar: serviço de preparação de um trabalho, de uma tarefa, com o estabelecimento de métodos convenientes. Estratégia: plano, método, manobras ou estratagemas utilizados para alcançar um objetivo ou resultado específico. Quando os contextos que envolvem ambas as palavras se unem, temos o famoso e prestigiado

Planejamento Estratégico, instrumento de gestão essencial para organizações – e também instituições de educação superior – que almejam melhorar seu desempenho e ampliar seus resultados positivos.

Planejamento Estratégico, instrumento de gestão essencial para organizações – e também instituições de educação superior – que almejam melhorar seu desempenho e ampliar seus resultados positivos. Pensando na relevância desse aspecto para o fortalecimento das instituições privadas e da própria educação superior no Brasil, nos dias 27 e 29 de fevereiro a ABMES promoveu o curso

“Planejamento Estratégico nas IES”. Segmentada em quatro módulos, a iniciativa foi ofertada na modalidade remota e com aulas síncronas, totalizando 24h de carga horária, entre aulas e tempo para estudo do material disponibilizado aos participantes.

Ao longo dos dois dias foram abordadas questões como os fundamentos do planejamento estratégico nas IES; metodologias; implementação e acompanhamento; casos práticos e simulações, incluindo indicadores de qualidade e eficiência e os desafios de se planejar algo em um cenário de incertezas como o que tem sido vivenciado pela comunidade acadêmica nos últimos tempos.

Para dar conta de tamanho desafio, a ABMES reuniu um time de especialistas: Kellen Emídio, mestre em Direito e advogada associada do escritório Zaponi, Magno e Coimbra (ZMC); Margarida Mano, doutoranda em Gestão pela Universidade de Southampton e vice-reitora para a Qualidade, Inovação e Desenvolvimento Estratégico da Universidade Católica Portuguesa; Reno Rangel Bonfim, especialista em BPM e Planejamento Estratégico e gerente de Performance Institucional do Grupo UBEC; e Thiago Ribeiro, especialista em Governança e Gestão da Estratégia, Segurança da Informação e Gestão de Riscos, Conformidade e Controles Internos e facilitador da TRA Mentoria e Desenvolvimento Gerencial.

O curso abriu a agenda de capacitações oferecidas pela ABMES ao longo do ano. Cumprindo sua missão institucional de auxiliar na qualificação dos profissionais das IES para uma atuação adequada às necessidades e práticas contemporâneas, a Associação – seguindo seu próprio planejamento estratégico – tem muitas outras oportunidades programadas para 2024. O próximo curso, por exemplo, acontecerá nos dias 19 e 21 de março e abordará um tema cada vez mais relevante para a educação brasileira: a [internacionalização](#).

Vale lembrar que colaboradores de toda e qualquer instituição de ensino superior podem participar das qualificações promovidas pela [ABMES Cursos](#). Contudo, mantenedoras associadas são beneficiadas com um desconto significativo como forma de estimular o aprimoramento das suas equipes.

Dito isso, aqui vão dois convites: 1) que tal colocar em prática os conhecimentos adquiridos no curso sobre planejamento estratégico e programar a participação da sua IES nas próximas formações? A [agenda até julho](#) já está disponível! 2) Se a sua instituição ainda não é associada à ABMES, saiba que além de estar perdendo a oportunidade de incidir nos rumos das políticas e diretrizes para a área e o setor, ela também está perdendo dinheiro, pois o valor da mensalidade pode ser facilmente recuperado por meio dos descontos concedidos para a participação nos cursos, seminários e outras iniciativas da Associação. Isso também é planejamento estratégico – e coloca estratégico nisso!

Vamos aprender e crescer juntos?

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 11 de março de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

A perda de um grande mentor

Na última quinta-feira (4), o setor particular de educação superior foi pego de surpresa com a notícia da partida precoce e totalmente inesperada daquele que foi um gigante na compreensão e na defesa dos legítimos interesses do setor educacional privado do país: José Roberto Covac, aos 63 anos.

Referência em advocacia educacional, Covac foi brilhante e decisivo por onde passou. Seu vasto conhecimento e sua percepção aguçada fizeram dele o principal nome na esfera jurídica da educação superior, condição que lhe rendeu posições de destaque em entidades representativas. Quando da sua partida, atuava como diretor jurídico do Semesp; consultor jurídico da ABMES e do Fórum Brasil Educação e também em outras associações representativas.

Incansável, Covac também se destacava por sua generosidade.

Incansável, Covac também se destacava por sua generosidade. Ainda que sua agenda fosse repleta de atribuições, ele sempre encontrava espaços para estar junto e compartilhar seu conhecimento e sua amizade.

Pessoalmente, devo muito a ele e seguirei buscando no seu exemplo e na sua sabedoria a inspiração para seguir com os bons combates.

Além de todo o aprendizado, conversas, dicas e orientações recebidas ao longo dos anos, foi ele quem sugeriu meu nome ao também saudoso professor Gabriel Mario Rodrigues para compor a diretoria da ABMES, se tornando uma espécie de padrinho na minha “carreira representativa”.

Desde então, nossos laços de amizade e parceria se tornaram cada vez mais fortes. Sempre me apoiando e orientando, tivemos nossa última conversa na véspera da sua partida. Covac queria saber como seria a minha agenda em Brasília na semana seguinte, pois gostaria de me acompanhar nas visitas ao Congresso Nacional pelo Fórum Brasil Educação. Tê-lo ao meu lado sempre foi um grande privilégio que, desta vez, não deu tempo de se concretizar.

Sua grandeza também deixa como legado a formação de outros advogados especialistas em direito educacional. Entre os profissionais que passaram pela “Escola Covac” e hoje se destacam no setor está o diretor jurídico da ABMES, Bruno Coimbra. Trata-se de um patrimônio imaterial insubstituível que somente um ser humano com a plenitude dele seria capaz de construir.

A partida do Covac nos entristece em diversas camadas. Perdemos um profundo conhecedor do direito educacional, mas também perdemos um aliado, sempre empenhado na defesa das bandeiras da iniciativa privada de educação superior. Perdemos um mentor dedicado, pronto para nos apontar caminhos e segurar as nossas mãos nas caminhadas mais difíceis. Perdemos um amigo fiel e verdadeiro, cuja presença física nos fará muita falta, mas que seguirá para sempre nos corações e mentes daqueles que tiveram a oportunidade de conhecê-lo.

Descanse em paz, meu querido amigo Covac.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#)

Na tragédia do RS, a educação também é vítima

Nos últimos dias, o Brasil tem acompanhado de perto a tragédia que se abateu sobre o Rio Grande do Sul. Em um misto de choque, tristeza e solidariedade, temos sido contemplados com imagens e informações que dão a dimensão do desastre climático que inundou uma parcela significativa do estado, incluindo a capital Porto Alegre.

Não surpreende que a sensibilização e a mobilização estejam centradas nos mortos, desabrigados e ilhados, bem como na urgência de minimizar o sofrimento de quem perdeu tudo. Afinal, nada é mais relevante do que o sofrimento humano envolvido em uma catástrofe. Contudo, guardadas as devidas proporções, há outra vítima que pouco tem sido lembrada e sobre a qual eu gostaria de falar: a educação.

Em um cenário no qual a água tomou conta das ruas e dos prédios, a manutenção das atividades escolares ficou inviável na maior parte dos municípios gaúchos.

Em um cenário no qual a água tomou conta das ruas e dos prédios, a manutenção das atividades escolares ficou inviável na maior parte dos municípios gaúchos. Solidários a tudo o que o estado vem passando e atentos às consequências para a esfera educacional, o [Brasil Educação - Fórum Brasileiro da Educação Particular](#) e a [Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior \(ABMES\)](#) têm reunido esforços no sentido de mitigar os impactos da tragédia para as comunidades escolar e acadêmica do Rio Grande do Sul.

Para isso, ambas as entidades têm mantido estreito diálogo com instituições como o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG), mantenedoras que atuam no estado e o Conselho Nacional de Educação (CNE). Além, claro, de se envolverem na [mobilização por doações](#).

Junto ao CNE, foi articulada a elaboração de um parecer que propõe, ao Ministério da Educação (MEC), um projeto de resolução com diretrizes orientadoras para a retomada segura das aulas na educação básica e no ensino superior, além da adoção de ações emergenciais voltadas para a continuidade do processo de aprendizagem dos estudantes.

Entre elas estão a liberação, durante o período de calamidade pública, da obrigatoriedade do mínimo de dias letivos, desde que cumprida a carga horária mínima anual; o reordenamento curricular dos anos letivos de 2024 e de 2025; e a contabilização de atividades não presenciais enquanto persistirem as restrições de acesso às instituições educacionais.

Com medidas como essas, acreditamos ser possível, de imediato, mitigar os impactos da tragédia ao menos no que diz respeito ao aprendizado. Posteriormente, será preciso uma nova união de esforços no sentido de recuperar as estruturas físicas que tenham

ficado comprometidas. Nestes casos, é possível que - a exemplo do que ocorreu durante a pandemia de covid-19 - um número representativo de estudantes precisem seguir com seu processo de aprendizado de forma remota até a completa recuperação das unidades educacionais.

O fato é que os cientistas não se cansam de nos alertar que situações como a pandemia de covid-19 e a catástrofe climática que devastou o Rio Grande do Sul serão cada vez mais frequentes. Essa realidade faz com que a educação para o século 21 precise ser repensada para além das suas práticas pedagógicas. Precisamos voltar nossa atenção também para o estabelecimento de novo processo de formação educacional que esteja preparado para esses cenários.

Nesse sentido, tanto o arcabouço legal quanto a estrutura das instituições educacionais precisam se apropriar da tecnologia e suas facilidades, de modo que em momentos de calamidade a educação não siga sendo mais uma vítima. O país e seus estudantes precisam que estejamos preparados para seguir apesar de toda e qualquer adversidade.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 13 de maio de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo

Novos modelos de avaliação da educação superior

No começo de abril foram divulgados os resultados de três dos principais indicadores de qualidade da educação superior. Como ocorre todos os anos, o anúncio gerou grande repercussão e acalorados debates sobre a qualidade das graduações. O que pouco permeou as discussões foi a aplicação de uma metodologia-padrão para cursos e instituições com realidades e objetivos distintos.

Cabe ao Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apurar os dados do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD); o Conceito Preliminar de Curso (CPC); e o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC). Nesta edição foram divulgados os resultados referentes a 2022.

A boa notícia é que tanto as instituições de ensino superior quanto o Inep estão cientes de que os indicadores devem evoluir. Neste ano, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) completa 20 anos e tanto o Ministério da Educação (MEC) quanto o instituto ressaltaram a importância de avançar na construção de uma nova cesta de indicadores capazes de reconhecer e valorizar as características específicas dos cursos e as diferentes missões institucionais.

Ainda de acordo com o Inep, os estudos para monitorar aspectos como a eficiência das instituições, as condições de oferta específicas de cursos a distância e a produção de indicadores por área de conhecimento já começaram. As propostas devem contemplar um aspecto bastante importante tanto para as instituições quanto para os alunos: a empregabilidade dos egressos.

A boa notícia é que tanto as instituições de ensino superior quanto o Inep estão cientes de que os indicadores devem evoluir.

A questão é tão central para o setor privado que há três anos, em parceria com a Symplicity, desenvolvemos o Indicador ABMES/Simplicity de Empregabilidade (IASE). Com a contribuição de instituições e do próprio Inep, a iniciativa acompanha o desempenho dos graduados,

permitindo a criação de indicadores de relevância nacional e que podem ser incorporados ao novo modelo de avaliação em construção.

Trata-se de um empenho necessário e acompanhado de perto pela ABMES. É imprescindível mensurar a qualidade do ensino superior brasileiro e ter indicadores que ajudem as instituições a adaptarem e melhorarem seus cursos para uma oferta mais qualificada e conectada com as demandas e necessidades dos tempos atuais.

A mudança é necessária e requer celeridade. Uma avaliação mais justa — e, por que não dizer, realista — deve considerar critérios como a diversificação do modelo, as diferenças regionais e as missões distintas, como das universidades especializadas. Há ainda as faculdades isoladas nas pequenas cidades com significativa conexão com a comunidade e particularidades regionais. Além de contemplar as novas estruturas e possibilidades educacionais,

como os modelos híbridos de aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos estudantes. Somos favoráveis à ampla avaliação na educação superior, mas há muito a melhorar no modelo atual.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 20 de maio de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Da alfabetização à educação superior: saltos que o Brasil precisa dar

Desde que começaram a ser divulgados, os resultados do Censo 2022 têm nos apresentado a radiografia atualizada do Brasil. Nos últimos dias, fomos contemplados com a boa notícia de que a taxa de analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais segue caindo, atingindo a marca de 7%, ante os 9,6% verificados no levantamento anterior (2010).

Contudo, apesar do avanço, o país segue com um contingente significativo de pessoas que ainda não sabem ler e escrever. São 11,4 milhões de indivíduos que se encontram à margem da sociedade, tendo negligenciados seu direito fundamental à educação e à cidadania plena.

O que não surpreende é que, como sempre, os índices são mais expressivos entre as parcelas da população tradicionalmente negligenciadas. Entre os indígenas, a taxa de analfabetismo é de 15,1%, ou seja, mais que o dobro da média nacional. Este cenário se repete entre pretos e pardos, que registram proporções significativamente superiores às verificadas entre a população branca: 10,1%, 8,8% e 4,3%, respectivamente.

Na esfera individual, o analfabetismo traz prejuízos imensos que vão desde a dificuldade em conseguir um emprego até a pouca – ou nenhuma – compreensão de símbolos utilizados pela sociedade em situações do dia a dia, como pegar um transporte público, se localizar em determinado local e ter a segurança de que uma informação recebida está correta.

No campo coletivo, ter um quantitativo superior ao da população de Portugal formado por pessoas que não têm domínio da escrita e da leitura em nada contribui para o progresso e o desenvolvimento sustentável da nação. Vivemos tempos nos quais novas literacias têm sido demandadas para que possamos compreender e atender às expectativas de um mundo em constante evolução e transformação. Dominar os vocábulos da língua materna e suas significações deixou, há tempos, de ser um diferencial competitivo. Seja qual for a perspectiva.

A boa notícia é que há luz no horizonte. Além da queda na taxa em si, um recorte positivo é o que mostra que, em 2022, apenas 1,5% da população com idades entre 15 e 19 anos era analfabeta. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esse quadro indica que as gerações mais novas estão tendo maior acesso à educação.

Há tempos o Brasil repete o mantra de que “só a educação é capaz de transformar o país”, embora pouco seja feito, efetivamente, para que ela seja prioridade nacional. Os dados do Censo 2022 mostram que temos avançado nesse campo, mas não na velocidade necessária.

A alfabetização é princípio básico fundamental para qualquer ser humano, e negligenciá-lo é uma perversidade.

A alfabetização é princípio básico fundamental para qualquer ser humano, e negligenciá-lo é uma perversidade. Mas é preciso ir muito além.

O sucesso educacional de uma população não tem como única medida seus índices de alfabetização, mas a garantia de continuidade dos estudos, permitindo acesso ao conhecimento até os mais elevados níveis educacionais. Em relação a este ponto, nosso dever de casa está ainda mais atrasado. A hora é de acelerar e correr atrás do prejuízo.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 27 de maio de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

XVI CBESP: um marco para a educação do século 21

Chegou uma das semanas mais aguardadas do ano: a que acolhe o [Congresso Brasileiro da Educação Superior Privada \(CBESP\)](#). A 16ª edição do maior evento do setor no país acontecerá de quarta a sexta-feira (5 a 7/6), em Mogi das Cruzes (SP). Sob o tema “Políticas públicas educacionais: soluções criativas e inovadoras para um novo Brasil”, centenas de reitores, mantenedores, autoridades, educadores e formuladores de políticas públicas debaterão caminhos para a educação transformadora que o país tanto necessita.

As expectativas para o evento estão elevadíssimas. Reconhecido pela qualidade das exposições, debates e networking, o CBESP entregará aos participantes uma programação repleta do que há de melhor tanto no que se refere às teorias quanto às práticas necessárias para darmos os saltos imprescindíveis nas nossas políticas educacionais.

Comandando o talk-show de abertura, o secretário executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), Paulo Henrique Pereira, falará sobre como o órgão tem atuado para contribuir com o fortalecimento do sistema educacional, tendo em vista que é o responsável pelo diálogo e a coopera-

ção entre os diferentes atores que atuam em prol do desenvolvimento sustentável.

A programação inclui, ainda, temas como a internacionalização da educação superior; a integração entre a educação básica e a educação superior como estratégia inovadora (painel que contará com a presença de diversos conselheiros do CNE); a relevância da EAD na democratização da educação; a importância da educação profissional e tecnológica para a promoção do desenvolvimento nacional; políticas públicas e educação empreendedora; e as metas do novo Plano Nacional de Educação (PNE).

Uma atividade que já se tornou tradição no CBESP são os workshops relacionados à temática central do evento.

Uma atividade que já se tornou tradição no CBESP são os workshops relacionados à temática central do evento. Nesta edição, os participantes terão a oportunidade de debater e aprender mais sobre os seguintes aspectos: Políticas Públicas Educacionais e as

Questões Ambientais; Políticas Públicas Educacionais e o Novo Brasil; Políticas Públicas Educacionais e as Modalidades Pedagógicas; Políticas Públicas Educacionais e o Sinaes.

Em meio a tantos temas relevantes e centrais diante do contexto dinâmico e desafiador pelo qual passa a educação, o Congresso deste ano será encerrado com uma palestra estratégica sobre como as instituições de educação superior devem se adaptar à nova economia da atenção e à educação do futuro. Conduzido pelo empresário e influenciador digital Joel Jota, o talk-show irá focar em como as redes sociais podem criar experiências de

aprendizado mais dinâmicas, acessíveis e envolventes.

Por fim, como acontece em todas as edições, será lida a Carta de Mogi das Cruzes, documento que consolida os debates e, principalmente, os encaminhamentos resultantes do evento. Um diferencial deste ano é que o CBESP marcará o lançamento da Agenda Programática 2024, construída pelo [Brasil Educação - Fórum Brasileiro da Educação Particular](#) com o objetivo de nortear as ações da entidade pelos próximos anos. O documento foi fundamentado em cinco eixos (Expansão, Qualidade, Inovação, Regulação e Tributação) que se dividem em 20 metas.

Como se vê, temos um grande CBESP à vista. Uma edição para marcar, definitivamente, a conexão entre as políticas públicas educacionais e a construção da educação do século 21. Serão dias de profundo aprendizado e integração entre todos os atores capazes de fazer a mudança necessária na educação brasileira. Que venha o XVI Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 03 de junho de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Brasil Educação e o caminho para um país mais desenvolvido

O que esperar de um movimento amplo e pujante encabeçado pelas 15 principais entidades representativas da educação particular brasileira? Crescimento com qualidade da educação, propiciando a transformação da realidade brasileira. Com esse compromisso, o [Brasil Educação - Fórum Brasileiro da Educação Particular](#) está lançando a sua [Agenda Programática 2024](#).

O documento é resultado do trabalho desenvolvido por mais de 40 especialistas das entidades que compõem o Brasil Educação, em uma grande união de propósitos.

O documento é resultado do trabalho desenvolvido por mais de 40 especialistas das entidades que compõem o Brasil Educação, em uma grande união de propósitos. Fundamentada nos principais desafios impostos à educação brasileira, em especial nos que se referem à participação e às contribuições do setor privado, a Agenda

vai nortear as ações e estratégias do Fórum nos próximos anos, mas também agora, momento no qual as políticas educacionais

do país passam por importantes revisões e atualizações, como a formulação do novo Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2024-2034.

Com atuação voltada para todos os níveis e modalidades de ensino, totalizando 15 milhões de estudantes sob sua abrangência, o Brasil Educação traçou 20 objetivos estratégicos para as políticas educacionais do país, inseridos em cinco grandes eixos: Expansão, Qualidade, Inovação, Regulação e Tributação.

O primeiro eixo se refere à expansão do setor particular, na perspectiva da inclusão, da diversidade e da sustentabilidade. Nele estão listados quatro objetivos: fortalecimento e a ampliação dos programas federais de financiamento ao estudante da educação superior, como o Fies, o ProUni e o Proies; criação de novas formas de financiamento para inclusão na educação básica (Probásico); sensibilização da importância da educação formal; e estímulo à parceria entre os setores público e privado para a oferta da educação técnica profissional de nível médio.

O segundo eixo está relacionado ao avanço na qualidade da educação oferecida pelo setor. Ele contempla seis objetivos: relevância do ensino médio como instância de formação diversificada e articulada com a educação superior; defesa da diversidade institucional na educação superior, e que ela seja considerada nos processos de avaliação externa; formação inicial e continuada dos docentes; atualização das diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação para aproximar a formação oferecida às demandas atuais da sociedade e do mundo do trabalho; expansão com qualidade dos cursos EAD; inclusão do empreendedorismo e da educação ambiental em todos os níveis educacionais.

O terceiro eixo contempla o estímulo à inovação e sua relação com os processos de avaliação e regulação. Nele estão quatro

objetivos: criação de linhas de financiamento para a adoção de novas tecnologias nas instituições de ensino; ampliação dos cursos de pós-graduação stricto sensu, em especial os mestrados e doutorados profissionais; internacionalização da educação superior; e incorporação da interdisciplinaridade nos currículos, visando incentivar o desenvolvimento do conhecimento inovador.

O quarto eixo trata da regulação, de modo a ampliar sua eficiência pedagógica e administrativa. Ele está desdobrado em três objetivos: modernização dos processos de avaliação, supervisão e regulação de instituições e cursos; maior representação institucional do setor privado em instâncias decisórias e consultivas do poder público voltadas para as políticas educacionais; e permissão para o funcionamento de universidades especializadas por campo do saber.

Por fim, o quinto eixo está voltado para questões tributárias e contempla três objetivos: manutenção das pautas defendidas pelo setor na reforma tributária em curso; possibilidade de desoneração da contribuição patronal previdenciária da folha de pagamento das instituições de ensino, em troca de bolsas para estudantes e de investimentos em melhoria dos serviços; e proposição de formas alternativas para estímulo a investimentos na educação em todos os níveis.

As entidades representativas que integram o Brasil Educação têm consciência de que esses 20 objetivos não esgotam os desafios educacionais impostos ao nosso país, mas acreditam que elas representam um passo significativo rumo a uma educação com mais qualidade, mais acessível e mais democrática, contribuindo para a transformação do Brasil na nação mais justa, próspera e desenvolvida que todos almejamos.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#)

Mais acesso à educação superior: uma defesa consciente

Na última década, caiu consideravelmente a quantidade de estudantes da educação superior que contam com apoio do governo federal para estudar em instituições privadas. Levantamento realizado pelo [Brasil Educação - Fórum Brasileiro da Educação Particular](#) constatou que esse cenário é desfavorável tanto no que diz respeito ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) quanto em relação ao Programa Universidade para Todos (ProUni).

Conforme apurado pelos pesquisadores Ricardo Martins e Valdemar Ottani, em 2014 eram 511,3 mil bolsistas do ProUni, sendo quase 400 mil com bolsas integrais. Em 2022, eram 451,6 mil bolsistas, sendo 370,6 mil a totalidade do valor do curso coberta pela iniciativa. O quadro é ainda mais desfavorável quando a política avaliada é o Fies. Em 2014 eram 1,3 milhão de estudantes financiados, ante 180,5 mil em 2022. A proporção de estudantes nas instituições privadas beneficiados pelos programas governamentais caiu de 30% em 2014 para 8% em 2022.

Essa desidratação dos programas públicos resultou no crescimento exponencial do financiamento concedido pelas próprias instituições privadas de educação superior. O percentual de estu-

dantes beneficiados com financiamento não reembolsável saltou de 14%, em 2014, para 29%, em 2022.

Ainda que a atuação das instituições privadas tenha contribuído para minimizar uma lacuna, ela não é suficiente para garantir a democratização do acesso à educação superior no país.

Ainda que a atuação das instituições privadas tenha contribuído para minimizar uma lacuna, ela não é suficiente para garantir a democratização do acesso à educação superior no país. Por isso, o Brasil Educação estabeleceu a defesa da ampliação dos programas públicos de acesso à educação superior particular como um dos seus objetivos prioritários de atuação.

Conforme apresentado na [Agenda Programática 2024](#), o Fórum vai pautar suas ações visando o

fortalecimento do Fies, do ProUni e a reabertura do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies). Para cada caso, existem medidas específicas que precisam ser implementadas.

Em relação ao financiamento estudantil, a avaliação é a de que o programa tem grande potencial de atendimento, mas segue restrito a uma parcela aquém da demanda, especialmente no que diz respeito a famílias com renda per capita superior aos limites praticados atualmente, mas que não têm condições de arcar com a integralidade das mensalidades. Condição semelhante de expansão se dá em relação ao ProUni, pois a oferta de bolsas pelas instituições tem sido sistematicamente superior ao número de vagas preenchidas por bolsistas.

Já a reabertura Proies atuaria em duas frentes estratégicas: ampliar o acesso de estudantes de baixa renda à educação superior ao mesmo tempo em que auxiliaria no equilíbrio econômico-financeiro das instituições de ensino, permitindo a elas saldarem seus débitos tributários e previdenciários.

O Brasil precisa superar a triste realidade de ter menos de 25% dos seus jovens com idades entre 18 e 24 anos com acesso à educação superior. Ampliar esse índice vai muito além de ter números melhores para apresentar em relatórios domésticos ou internacionais. Ele incide diretamente em ter uma população mais qualificada para atuar no mercado de trabalho e preparada para contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país. É, portanto, um passo fundamental para um futuro mais promissor para as famílias brasileiras e para a nação como um todo.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 15 de julho de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Um novo horizonte para a educação profissional e tecnológica

A expansão da educação profissional e tecnológica (EPT) é fundamental para o desenvolvimento do Brasil. Apesar disso, nos últimos anos não demos passos significativos rumo à discussão e à proposta de novos formatos ou à estruturação de cursos superiores - em termos de conteúdo, metodologias e duração - capazes de formar profissionais com os novos perfis demandados pelo mercado de trabalho.

A esperança de mudança desse cenário foi renovada com o início das atividades do Grupo de Trabalho Interinstitucional x Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (GTI/PNEPT), no último 4 de julho. Liderado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec), o grupo é composto por representantes de 33 organizações, entre as quais tenho a honra e a responsabilidade de representar a ABMES ao lado do nosso diretor Paulo Chanan.

Em linhas gerais, o GT estabeleceu oito temas principais para debater, como o fomento à expansão da oferta de cursos de EPT; o estímulo à realização de estudos e projetos inovadores que visem à aproximação com o mundo do trabalho; a participação ativa do

setor produtivo na formação e na empregabilidade dos egressos; a integração curricular para viabilizar itinerários formativos e trajetórias progressivas de formação profissional e tecnológica; e o fomento à capacitação digital para promover a especialização em tecnologias e aplicações digitais.

Nós, enquanto setor privado de educação superior, não só defendemos todas essas questões como temos propostas efetivas para a valorização e o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica no Brasil.

Conforme apresentado na [Agenda Programática 2024](#) do Brasil Educação – Fórum Brasileiro da Educação Particular, defender a implementação de financiamento estudantil público e o desenvolvimento de parcerias público-privadas para a expansão da educação profissional e tecnológica está entre as prioridades da atuação do Fórum, e o GTI/PNEPT é um espaço privilegiado no qual faremos esse debate.

Dados do Censo Escolar de 2023 mostram que o setor privado é responsável por 41,9% dos 23.224 cursos de formação técnica profissional de nível médio e por 46% dos 2,3 milhões de matrículas.

63% da expansão verificada entre 2022 e 2023 ocorreu na rede particular de educação básica.

Além disso, 63% da expansão verificada entre 2022 e 2023 ocorreu na rede particular de educação básica.

No que se refere à educação superior, o Censo 2023 contabilizou que dos 5.945 cursos presenciais de tecnologias, 4.718 eram oferecidos por instituições privadas, contemplando 58% dos estudantes matriculados. No contexto da EAD, o setor era responsável por 1,6 milhão de estudantes.

Esses números dão a dimensão do potencial de parcerias público-privadas que podem ser estabelecidas, bem como da importância do setor privado para a articulação da educação superior com o ensino técnico de nível médio, permitindo trajetórias contínuas de formação profissional.

Sobre as parcerias, vale registrar que o marco legal vigente já dispõe dessa previsão. É o caso, por exemplo, da Lei nº 14.113/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Em seu art. 7º, ela admite convênios e parcerias com instituições de educação profissional técnica de nível médio dos serviços sociais autônomos que integram o sistema federal de ensino. Outros exemplos são a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que “institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública” e a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, que “cria o Programa de Parcerias de Investimentos”.

Como se vê, há no Brasil um panorama favorável ao desenvolvimento da EPT. Em síntese, tem-se o interesse do setor privado em investir nesse nível; um setor público atento às necessidades da população e do mercado; e uma normativa legal preparada para a atuação conjunta desses dois atores estratégicos. As expectativas tanto em relação ao grupo de trabalho criado pelo MEC quanto à atuação do setor privado, por meio do Fórum Brasil Educação, são positivas. Está sendo construído um horizonte mais belo e promissor para a educação profissional e técnica no país. Horizonte esse que contribuirá para o estabelecimento de uma nação mais desenvolvida e próspera para todos nós que aqui vivemos.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 29 de julho de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

ABMES: 42 anos de atuação em prol da educação superior brasileira

Quanta história cabe em 42 anos? Em termos de humanidade, uma infinidade de acontecimentos. No que se refere ao microcosmo de uma organização representativa, também. No momento em que celebramos mais um aniversário da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), me peguei refletindo sobre o quanto é difícil sintetizar mais de quatro décadas de batalhas, desafios, conquistas, parcerias, inovações e, sobretudo, realizações.

Dito isso, não vou me atrever a tentar recuperar aqui todo o histórico da nossa Associação. Para isso, confio na efetividade dos registros documentais que foram elaborados ao longo dos anos, como os [relatórios de gestão](#) e os [memoriais comemorativos](#). Contudo, quero utilizar este espaço para recordar os principais fatos e os avanços alcançados nos últimos 365 dias.

É incrível a quantidade de acontecimentos que se sucederam no universo da ABMES enquanto a Terra dava mais uma volta ao redor do sol. Na esfera internacional, a 5ª Delegação visitou o [Canadá](#), onde tivemos a oportunidade de conhecer instituições inovadoras, fazer parcerias e ainda aprender um pouco sobre a cultura local.

Agora, estamos prestes a carimbar nossos passaportes rumo ao [Reino Unido](#), onde visitaremos algumas das universidades mais importantes do mundo, como a Oxford University, em mais uma jornada de muito conhecimento, integração e intercâmbio de experiências.

Uma das grandes inovações nos últimos tempos, a assistente virtual [SofiA](#) ganhou uma nova versão ainda mais eficiente, passando a operar com o modelo de inteligência artificial GPT-4. Além disso, ela foi integrada à plataforma de cursos da Associação, permitindo que alunos e professores tirem dúvidas e recebam suporte durante as atividades. É a ABMES cada vez mais conectada com o que há de mais inovador em termos de tecnologia e atendimento aos associados!

A primeira edição do [Prêmio Fernando Braga de Sustentabilidade Ambiental na Educação Superior](#) foi um grande sucesso! Com 116 projetos cadastrados e 18 personalidades indicadas, a iniciativa é uma prova do comprometimento das IES com o desenvolvimento sustentável do país. Já o [Prêmio ABMES de Jornalismo](#) segue batendo recordes de inscritos e mobilizando a imprensa brasileira por uma cobertura qualificada das temáticas relacionadas ao universo da educação superior.

A [ABMES Editora](#) entregou uma série de publicações com a qualidade que é a sua marca registrada. Entre elas, [Enade 2023: subsídios para alcançar resultados positivos](#); [E por falar em educação - E-book 4ª Temporada](#); [Ensino Superior Legislação Atualizada 27](#); e os [Anais da 1ª edição do Prêmio Fernando Braga de Sustentabilidade Ambiental na Educação Superior](#). No último ano, ainda divulgamos os resultados do [Indicador ABMES e Symplicity de Empregabilidade \(IASE\) 2023](#) e lançamos a edição 2024, com uma nova rodada de coleta de dados junto às IES.

Na esfera política, onde a representatividade encontra seu maior desafio, mas também suas principais conquistas, a Associação manteve uma atuação forte e voltada para os legítimos interesses do setor. Entre as pautas defendidas, estão as universidades especializadas por campo do saber; as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior de profissionais do magistério da educação básica; a revisão das DCNs dos cursos da área da saúde, incluso medicina; a composição paritária do setor privado nas comissões de áreas de avaliação da Capes; e a democratização do acesso por meio de políticas públicas como o Fies e o ProUni.

Ainda nessa seara, vale destacar o protocolo de intenções assinado com o Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) para promover a inclusão socioeconômica de pessoas inscritas no CadÚnico por meio de uma educação empreendedora e de ações de apoio à inserção ao mundo do trabalho, além da conquista de uma segunda vaga no Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável do governo federal, o Conselho.

Também foram diversas as ações realizadas em conjunto com o Brasil Educação - Fórum Brasileiro da Educação Particular, como a promoção do [XVI Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular \(CBESP\)](#), em Mogi das Cruzes (SP), e a construção da [Agenda Programática 2024](#), que vai nortear a atuação do colegiado pelos próximos anos. Outro ponto que vale destacar é a reformulação do nome do Fórum, proposta que vinha sendo pensada há bastante tempo.

No campo político, a maior conquista foi a garantia de uma carga tributária justa para o setor educacional no contexto da Reforma Tributária. Resultado de muito esforço e ampla articulação, essa

agenda andou juntamente com a defesa de outras questões centrais, como a modernização do marco regulatório da avaliação e da supervisão; a criação de novos modelos de financiamento estudantil; a ampliação do ProUni e a reabertura do ProIES; a criação de linhas de financiamento para estímulo à inovação nas IES; a liberação do uso de metodologias híbridas pelas instituições; e a integração entre a educação superior e a educação básica.

Em síntese, foi mais um ano de muito trabalho no qual a ABMES se manteve firme no seu propósito de contribuir para o fortalecimento do setor e a valorização da educação superior no Brasil.

Em síntese, foi mais um ano de muito trabalho no qual a ABMES se manteve firme no seu propósito de contribuir para o fortalecimento do setor e a valorização da educação superior no Brasil.

Contudo, nada disso teria sido possível sem o profundo envolvimento da liderança da Associação, a quem agradeço nas pessoas do presidente do Conselho de Administração, Janguê Diniz, e dos vice-presidentes Débora Guerra e Daniel Castanho. Vale destacar, ainda, a enorme dedicação de toda a equipe, brilhantemente

coordenada pelos diretores Andrei Candiota e Bruno Coimbra e pela gerente de operações Sabrina Moraes, na pessoa de quem agradeço a cada um dos nossos colaboradores. E, claro, não posso deixar de agradecer aos associados. Muito obrigado por confiar e caminhar conosco nessa jornada.

São tantos os relatos e ainda há muito a dizer, mas vou parar por aqui. Embora o momento seja de celebração, também é de refle-

xão sobre o que há de vir. Afinal, cada atividade realizada e cada conquista alcançada ficará registrada na história da Associação como um tijolo que ajudou a consolidar um novo tempo para a educação superior brasileira. Esta é a certeza que nos move e que nos faz ter muito orgulho de tudo o que a ABMES representa. Vida longa e próspera para a nossa Associação!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 05 de agosto de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Uma indicação, um legado

Por quantos sentimentos uma pessoa pode ser tomada ao saber que foi agraciada com um grande reconhecimento e uma enorme responsabilidade? E se nessa alquimia sentimental ainda estiverem envolvidas emoções que a acompanham por décadas e foram fundamentais na pavimentação do caminho que a conduziu até aquele instante? Uma explosão de sensações, avaliações e percepções tomou conta de mim na semana passada, quando saiu a nomeação para o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Resultado de uma vida dedicada à educação, eu poderia dizer que compor a Câmara de Educação Superior do CNE pelos próximos 4 anos é o próximo passo natural na minha “carreira” de educador. Mas não é. E não é por diversos motivos, entre eles o fato de a educação superior privada sempre ter enfrentado muito mais resistência do que acolhida em espaços estratégicos de decisão.

Terei uma atuação pautada pela seriedade e urgência de questões como a construção de um novo modelo de ensino híbrido e a formação para os novos tempos, fundamentada em diretrizes como a educação empreendedora e a consciência ambiental.

Esse é o meu compromisso com uma educação mais inovadora e de qualidade para todo brasileiro. Dito isso, quero agradecer enormemente a cada entidade que indicou o meu nome. Agradeço também ao ministro Camilo Santana pela confiança e parceria estabelecidas desde o início da sua gestão.

Esse é o meu compromisso com uma educação mais inovadora e de qualidade para todo brasileiro.

Contudo, quero pedir licença ao leitor e ao setor para mudar o rumo deste texto e falar sobre o sentimento de orgulho que me acompanha e inspira há décadas. Sim, este é um momento - e espaço - de celebração conjunta, mas preciso falar da emoção maior resultante de todo esse processo: seguir a trajetória brilhantemente pavimentada pelo meu grande mentor e pai Arnaldo Niskier.

Há quase 30 anos, quando o CNE foi instituído naquele novembro de 1995, ele fez parte do primeiro grupo de conselheiros designados para contribuir com a formulação da Política Nacional de Educação e exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao ministro da Educação. Ele, um jornalista, filósofo, escritor já reconhecido e imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL). Ele, um educador.

Sua grande devoção pela educação e sua infinita disposição para trabalhar por uma educação melhor para cada brasileiro sempre me encheram de orgulho e admiração. Cresci inspirado por suas palavras, mas, principalmente, por suas ações. E aí, em um belo dia, percebo que me tornei um pouquinho daquilo que tanto busquei: um ser humano capaz de honrar o grande legado que teve o privilégio de receber.

“Cadeira” no CNE não é capitania hereditária e nem láurea por bons serviços prestados. O posto de conselheiro é um chamado ao trabalho sério e comprometido com a transformação da educação brasileira. Assim como foi com o meu pai há quase três décadas, minha nomeação é resultado de anos de muita dedicação

à área e ao setor. Contudo, nada disso estaria acontecendo sem o apoio, os conselhos e o exemplo daquele que me pegou pela mão e mostrou a força da educação.

Por isso, encerro este texto agradecendo a ele: Arnaldo Niskier. Muito obrigado por ter sido meu grande companheiro e maior exemplo. De todas as responsabilidades que se seguem, a maior é seguir mantendo o seu legado. Seguirei trabalhando firme e com retidão, honrando seu sangue e seu nome em cada passo que eu der. Com todo amor e admiração.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 12 de agosto de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

IASE 2024: educação superior segue transformando vidas

Vivemos em um mundo que se reinventa a cada dia, mas tem uma coisa que não muda: o impacto da educação superior na vida das pessoas, inclusive no aspecto financeiro. Divulgada na semana passada, a [3ª edição do Indicador ABMES/Symlicity de Empregabilidade \(IASE\)](#) não deixa espaço para dúvida: 57% de aumento médio na renda dos alunos que estavam empregados enquanto estudavam, passando de R\$ 2.687,23 para R\$ 4.219,00.

Outra constatação é o alto grau de empregabilidade após a conclusão da graduação: 77% dos formados conseguiram uma vaga no mercado de trabalho em até um ano e meio depois de receberem o diploma. E os índices são muito próximos entre bacharéis (77,9%), licenciados (72,8%) e tecnólogos (74,2%). Entre os respondentes que atuam na área de formação, o êxito é maior entre os egressos de cursos de bacharelado (60%) ante os graduados em cursos de licenciatura (51,5%) e tecnológicos (40,6%).

Ainda que os bacharéis tenham tido expressiva participação entre os respondentes da pesquisa (70,1%), esse resultado chama

a atenção diante do fato de que diversos levantamentos mostram a grande demanda existente no país para profissionais de áreas relacionadas com a formação em cursos de licenciatura e tecnológicos. Por exemplo, em uma rápida pesquisa, encontra-se números expressivos para setores como segurança cibernética (750 mil); transição energética (532 mil); e professores da educação básica (235 mil). Há que se investigar o que tem resultado nesse descompasso.

Por falar em demanda, o IASE 2024 constatou que a empregabilidade nas áreas de Saúde e Engenharias tem crescido de forma contínua nos últimos três anos, atingindo 76,4% e 82,3%, respectivamente. As Engenharias, aliás, também são destaque em relação à renda média, com evolução de 11,9% entre 2022 e 2024. Contudo, a área com melhor desempenho nesse aspecto é a de Negócios, com um aumento de 14,4% no período.

Ainda em relação à renda média, a pesquisa constatou que os empregos que melhor remuneraram os recém-formados estão na Computação (R\$ 5.147,00), exatamente a área com maior demanda por profissionais no país. Na sequência estão as Engenharias (R\$ 5.056,00), Saúde (R\$ 4.388,00) e Direito (R\$ 4.073,00).

Realizado desde 2022 pela ABMES e pela Symplicity, nesta edição o levantamento deu um salto na quantidade de instituições de educação superior e de respondentes (egressos) participantes. Em 2024, foram 122 IES e 8.099 participantes, números muito superiores aos registrados quando tudo começou: 1.942 respondentes e 10 instituições.

Esse avanço mostra que o IASE tem se consolidado como uma ferramenta relevante para o acompanhamento da jornada dos egressos das instituições privadas de educação superior, caminhando rumo ao seu objetivo principal: contribuir para a otimização dos

currículos acadêmicos, aproximando cada vez mais a formação ofertada nas graduações com as demandas e expectativas do mercado de trabalho.

Esse avanço mostra que o IASE tem se consolidado como uma ferramenta relevante para o acompanhamento da jornada dos egressos das instituições privadas de educação superior.

Tornar essa relação cada vez mais próxima está entre nossas prioridades enquanto associação representativa comprometida com uma educação superior de qualidade e focada em contribuir para o desenvolvimento pessoal dos estudantes e da nossa nação como um todo. Desta forma, nossa ex-

pectativa é a de que os resultados da pesquisa inspirem tanto os gestores da política educacional quanto os gestores institucionais na construção de soluções que conduzam a graduação a patamares cada vez mais elevados de qualidade e de alinhamento com as demandas destes tempos. A ABMES seguirá trabalhando para contribuir com essa transformação.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 02 de setembro de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

ABMES e a construção de uma nova EAD

Desde junho, quando o Ministério da Educação (MEC) suspendeu a criação de novos cursos de graduação a distância e anunciou a revisão da regulamentação para a modalidade, a ABMES tem se mantido firme na defesa da EAD e se colocado ao lado dos gestores públicos no sentido de auxiliá-los nesse processo.

Uma esfera estratégica de atuação tem sido a nossa participação no Conselho Consultivo para o Aperfeiçoamento dos Processos de Regulação e Supervisão da Educação Superior (CC-Pares), instituído no mesmo mês e que tem a reformulação do marco legal da educação a distância como um dos seus objetos de discussão. Ali, temos a honra de sermos muito bem representados pela querida Iara de Xavier, assessora da presidência da ABMES.

Na reunião da semana passada, apresentamos as nossas contribuições ao roteiro inicial desenvolvido pela Seres/MEC, ao mesmo tempo em que reforçamos o nosso posicionamento favorável à EAD por ser uma modalidade que favorece a inclusão e a diversidade. Também aproveitamos a oportunidade para ressaltar que, para a ABMES, a qualidade é um fator primordial e inegociável.

Em síntese, as contribuições da Associação se deram em três frentes: em relação aos processos pedagógicos e acadêmicos; no

que diz respeito à definição e estruturação dos polos EAD; e a criação de um espaço específico dedicado ao perfil dos estudantes da educação a distância.

Também temos sido enfáticos na defesa da EAD no âmbito do Conselho Nacional de Educação (CNE), onde fui designado para presidir a comissão especialmente criada para debater as contribuições do órgão para os novos referenciais de qualidade da educação a distância.

Em relação à empregabilidade, a Associação tem trabalhado junto aos agentes públicos para desconstruir a percepção de que há preconceito no mercado de trabalho com os graduados a distância. Conforme mostrou a [3ª edição do Indicador ABMES/Symplificity de Empregabilidade \(IASE\)](#), lançado no mês passado, 77,3% dos formados em cursos presenciais estavam trabalhando até 18 meses após a conclusão do curso. Entre os graduados na modalidade a distância, o percentual é de 75%.

É compreensível que a explosão na quantidade de cursos e matrículas ocorrida nos últimos anos acenda o sinal de alerta dos gestores da política educacional.

Contudo, Seja no CC-Pares, a atenção tem que se dar no sentido de aprimorar o marco regulatório, e não desacreditar ou extinguir uma modalidade que tem se mostrado eficiente tanto na formação de profissionais qualificados quanto na democratização do acesso à educação superior.

Contudo, Seja no CC-Pares, a atenção tem que se dar no sentido de aprimorar o marco regulatório, e não desacreditar ou extinguir uma modalidade que tem se mostrado eficiente tanto na formação de profissionais qualificados quanto na democratização do acesso à educação superior.

Seja no CNE, esse é o diálogo que a ABMES tem construído, e que tem começado a resultar em consensos importantes. Assim, seguiremos nossa caminhada em prol de uma educação a distância forte, valorizada e, principalmente, de qualidade.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 09 de setembro de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo

UK Experience: na terra do rei, a educação é a nossa rainha

Hello from the other side! Peço licença à Adele para utilizar seu verso na introdução deste texto para anunciar que a [6ª Delegação ABMES Internacional - United Kingdom Experience](#) já está do outro lado do Atlântico. Desde sexta-feira (11), estamos vivendo momentos únicos de grandes aprendizados e estreitamento de amizades e parcerias na terra natal da cantora; do rei Charles III e de toda a monarquia que descende dele; da cosmopolita Londres, com seus double-decker vermelhos e uma infinidade de atrações gastronômicas, culturais e turísticas.

Apesar de toda a atratividade britânica, o que nos trouxe até aqui foi outro motivo: trocar experiências e aprender com algumas das mais antigas e renomadas instituições de educação superior do planeta. Como é tradição nas missões internacionais promovidas pela ABMES, viemos para conhecer a fundo o sistema de educação superior do Reino Unido, além de estabelecer contatos e abrir portas para parcerias com pesquisadores e professores locais, visando o desenvolvimento de futuros projetos de cooperação e explorando novos modelos educacionais e de inovação na gestão educacional.

Nos dias que passaremos em solo britânico também teremos a oportunidade de participar de palestras e workshops sobre tendências acadêmicas globais e conhecer centros e laboratórios internacionais de inovação e tecnologia. Tudo isso, claro, alinhado aos 4 eixos temáticos da missão: inovação e tecnologias educacionais; qualidade na educação a distância; inteligência artificial na educação superior; e modelos de sucesso na área da saúde, em especial na medicina.

Nossa programação oficial teve início ontem, com um delicioso e muito agradável almoço na Ashridge House, castelo localizado a 30 minutos de Londres e que serviu como residência do rei Henrique VIII e da princesa Elizabeth I. Ainda que boa parte da delegação já tivesse se encontrado nos aeroportos e nos corredores e áreas comuns do hotel, ali nos reunimos pela primeira vez para alinhar a agenda dos próximos dias e conversar sobre os objetivos e expectativas da nossa missão internacional. Foi incrível perceber como o grupo está alinhado e comprometido com o sucesso da delegação!

Hoje, já ambientados e animados para o início dos trabalhos, começaremos as visitas com o pé direito: o [Imperial College London](#), considerada a 6º melhor universidade do mundo e a 3º entre as instituições europeias, de acordo com o QS Ranking de 2024. Para mim, a instituição ainda tem uma carga emocional enorme: foi onde comecei meus estudos de Doutorado, em 1987. Quantas lembranças e quantos conhecimentos foram construídos neste espaço... À tarde, nosso destino será a sede [Universities UK International \(UUKI\)](#). Nos próximos dias, a programação inclui, ainda, a [University of Cambridge](#), a [Brunel University London](#), a [University of Oxford](#), a [University College London \(UCL\)](#) e a [Liverpool University](#).

Com um roteiro desse, é impossível não estar com as expectativas lá no topo com os resultados dessa delegação. Assim como aconteceu com as visitas à Rússia, Israel, China, Portugal e Canadá, não tenho dúvida de que a experiência proporcionada pelo Reino Unido será um novo marcador na história da internacionalização das instituições particulares de educação superior do Brasil.

Cada visita, cada conversa ajuda a acender uma luz sobre onde podemos melhorar.

Cada visita, cada conversa ajuda a acender uma luz sobre onde podemos melhorar, mesmo quando a avaliação final é a de que estamos mais avançados em um ou outro aspecto. A troca de experiências com outras culturas e formas de ver o mundo ajuda a expandir os

nossos horizontes e a pensar a educação a partir de novas perspectivas, contribuindo para uma profunda reflexão sobre como e por onde podemos progredir.

O Reino Unido é mais um passo que damos no sentido de buscar alternativas para o nosso sistema educacional e, principalmente, abrir portas para que nossas instituições, estudantes, professores e pesquisadores possam se beneficiar das inúmeras possibilidades existentes na internacionalização da educação superior. Uma viagem para a Inglaterra sempre proporciona experiências incríveis, seja para quem busca conhecer seus encantos e entender o universo que cerca os súditos e Sua Majestade, seja para quem vislumbra na educação a verdadeira rainha a ser reverenciada.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 14 de outubro de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Do Reino Unido para o Brasil: lições aprendidas e parcerias estabelecidas

Mais uma missão internacional cumprida com sucesso. Essa é a sensação que preenche meu coração neste 21 de outubro, dia que encerramos oficialmente a [6ª Delegação ABMES Internacional - UK Experience](#). Ao longo de 10 dias, 40 representantes do setor privado de educação superior do Brasil, incluindo líderes institucionais, reitores e representantes acadêmicos, tiveram a oportunidade de visitar algumas das instituições mais prestigiadas do Reino Unido.

Como é de praxe em cada delegação preparada pela Associação, a escolha das visitas foi criteriosa e de alto nível. Conforme destaquei durante a cerimônia de abertura, ocorrida no histórico castelo Ashridge House, fizemos uma seleção do melhor que poderíamos levar de dicas e benchmarking para as instituições brasileiras.

Com o objetivo de explorar modelos de excelência educacional e estabelecer parcerias estratégicas, com foco na internacionalização da educação superior e no intercâmbio de estudantes entre os dois países, fomos muito bem recebidos no [Imperial College](#)

[London](#), na [University of Cambridge](#), na [Brunel University London](#), na [University of Oxford](#), na [University College London \(UCL\)](#) e também na [Universities UK International \(UUKI\)](#), que é a Associação Internacional das Universidades do Reino Unido.

Voltamos do Reino Unido com a bagagem recheada de importantes conquistas para as mantenedoras associadas e para a educação superior do Brasil.

Para além dos aprendizados e do networking construído por cada membro da missão internacional, voltamos do Reino Unido com a bagagem recheada de importantes conquistas para as mantenedoras associadas e para a educação superior do Brasil.

Na University of Cambridge, por exemplo, a ABMES foi convidada pela pesquisadora Marina Avena Maia a incluir IES brasileiras no grupo de empresas e entidades que estão debatendo a construção de melhores resultados e a troca de boas práticas durante a COP30, que acontecerá em novembro de 2025 em Belém (PA). O objetivo é que as instituições brasileiras possam contribuir com os projetos de descarbonização que serão propostos pelo grupo.

No Imperial College aprendemos bastante sobre inovação na área de inteligência artificial, inclusive com impactos diretos na educação. A instituição vai compartilhar com a ABMES um guia de boas práticas de uso da IA na educação. Em Oxford, deixamos alinhadas algumas possibilidades de cooperação com o Centro de Estudos Latino-Americano.

Na Brunel University foi discutida a possibilidade de programas conjuntos na área de saúde, incluindo o intercâmbio de estudan-

tes dos dois países. Para isso, a ABMES conduzirá um estudo de viabilidade para que as IES privadas do Brasil possam oferecer dupla certificação aos seus alunos em cursos de saúde. O objetivo é dar a eles a oportunidade de cursar algumas disciplinas na Brunel University e, após graduados, poderem se candidatar a hospitais brasileiros ou britânicos.

É sempre um prazer enorme visitar a Inglaterra e aprender um pouco mais sobre sua história, cultura e tradições. Mas retornar desse país incrível, que abriga algumas das universidades mais importantes do planeta, com desdobramentos capazes de incidir no desenvolvimento e na qualidade da educação superior brasileira é indescritível. Foi um privilégio ter liderado essa missão. Agora é trabalhar para colocar em operação todas as pontes construídas ali. Que dias foram esses?

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 21 de outubro de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Educação Mais Forte e Joel Jota: uma parceria que impacta vidas

Uau! Essa foi a minha reação ao receber o último relatório de ações e resultados da [Campanha Educação Mais Forte](#). Nos últimos meses, as ações alcançaram marcas incríveis como a de 4,5 milhões de impressões nas redes sociais, atingindo mais de 2,5 milhões de pessoas. Também foram quase 200 mil reproduções dos cinco podcasts produzidos desde julho com pessoas que são referência na área educacional: [Amábil Pacios](#); [Lúcia Teixeira](#); [Beto Dantas](#); [Janguê Diniz](#); e [este que vos escreve](#).

Uma parcela expressiva desse sucesso deve-se à parceria do [Brasil Educação – Fórum Brasileiro da Educação Particular](#) com o escritor e empresário, [Joel Jota](#), que abraçou com carinho e determinação o convite para ser o embaixador da Campanha. Jovem, espontâneo, inteligente, conectado e apaixonado pela educação, ele é a pessoa certa no lugar certo. Com quase 1,5 milhão de inscritos apenas no seu canal no YouTube, Joel Jota deu espaço e visibilidade para a Campanha. Todos os números citados até aqui são frutos dessa parceria e obtidos nas ações publicadas nas redes sociais dele.

A Campanha Educação Mais Forte foi organizada pelo Brasil Educação para valorizar a importância da educação formal para o futuro dos brasileiros

A Campanha Educação Mais Forte foi organizada pelo Brasil Educação para valorizar a importância da educação formal para o futuro dos brasileiros

Partindo da premissa de que a educação transforma vidas, o Fórum tem atuado para levar mais crianças, adolescentes e jovens para as escolas e universidades particulares. Para amplificar essa mensagem, a mo-

bilização de dirigentes e influenciadores é um dos fios condutores da Campanha. E foi assim que chegamos ao Joel Jota.

A promoção de campanhas públicas de conscientização sobre a importância da educação formal está inserida na [Agenda Programática 2024](#), documento que consolida os objetivos da atuação do Brasil Educação para os próximos anos. A justificativa para essa mobilização consiste no fato de que, apesar dos significativos avanços alcançados nas últimas décadas, o Brasil ainda tem um grande desafio no que diz respeito à universalização da educação.

Mesmo na educação básica, onde o desempenho é mais expressivo, em 2023 havia mais de 2 milhões de crianças e adolescentes fora da escola, sendo 1,5 milhão aguardando vagas em creches; 363 mil crianças de 4 e 5 anos fora dos anos iniciais do ensino fundamental e 300 mil jovens de 15 a 17 anos que não estavam matriculados no ensino médio.

Na educação superior, como bem sabemos, as taxas de acesso da população são ainda mais limitadas. Em 2022, do total de 21,2

milhões de jovens de 18 a 24 anos de idade existentes no país, apenas 4,2 milhões estavam matriculados em uma graduação, resultando em uma taxa bruta de escolarização de 44,5% e em uma taxa líquida em torno de 20%. Não podemos nos esquecer dos nem-nem, ou seja, jovens de 15 a 29 anos que nem estudam e nem trabalham. Segundo o IBGE, em 2023 eles totalizavam 9,6 milhões de brasileiros.

Para contribuir com a reversão desse cenário, mais de 5 mil unidades educacionais de todo o país aderiram à Campanha Educação Mais Forte e oferecem condições especiais e personalizadas para quem desejar se matricular. Não temos dúvida de que essa união de esforços vai resultar em impactos positivos para o setor privado de educação, mas o que nos motiva é a possibilidade de contribuir para a verdadeira transformação de vidas que somente a educação é capaz de produzir.

Ainda são muitos os brasileiros que precisam de apoio para seguir sua jornada na escolarização. O Brasil Educação, o Joel Jota e milhares de instituições estão fazendo a parte que lhes cabe. E você, o que tem feito para fortalecer a educação brasileira? Junte-se a nós nessa missão!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 04 de novembro de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Regulamentação da EAD: a busca do equilíbrio entre crescimento e qualidade

Na semana passada tive a honra de fazer a palestra de abertura do evento que encerrou a 2ª edição da Regulation Week. Realizado no dia 6, em Brasília (DF), pela FGV Direito Rio, o encontro foi planejado para proporcionar um ambiente de diálogo aberto sobre os desafios e as possibilidades para a regulação da educação superior no Brasil.

Como não poderia deixar de ser, o primeiro tema discutido foi um que nos últimos meses tem mobilizado decisores da política educacional, instituições de educação superior e a sociedade brasileira em geral: “Desafios na Regulação da Educação a Distância”. Com essa pauta em mãos, coube a mim a missão de tentar fazer uma fala que fosse ao mesmo tempo provocativa e esclarecedora sobre por onde esse processo tem caminhado e o que esperar do que está sendo construído.

Sim, todos nós que lidamos diariamente com a educação superior sabemos que, desde 2017, houve um crescimento descontrolado na oferta de cursos à distância no Brasil. Sabemos também que

essa realidade impactou a qualidade e ampliou o desequilíbrio entre instituições de grande porte e as menores, e tudo isso precisa, sim, ser regulado.

Contudo, antes de qualquer crítica que se faça à educação à distância, é preciso reconhecer a sua enorme relevância para o país.

Não há dúvida de que, nas últimas décadas, a EAD trouxe acessibilidade e democratizou o acesso à educação superior. Hoje, faculdades estão presentes em municípios do interior que, até pou-

Contudo, antes de qualquer crítica que se faça à educação à distância, é preciso reconhecer a sua enorme relevância para o país.

co tempo, não tinham qualquer oferta de graduação. Além disso, a educação à distância é que tem sustentado o crescimento no número de estudantes universitários, reduzindo o impacto de não-cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

Em outra frente, pouco tem sido falado sobre a inovação trazida pela EAD. Por meio dela, têm sido

experimentadas novas tecnologias, metodologias e ferramentas de aprendizagem. Inclusive, foi com a obrigatoriedade da educação à distância durante a pandemia que nos atentamos para o potencial dos [“quadrantes híbridos da aprendizagem”](#), ou seja, as diversas possibilidades envolvendo aulas e atividades síncronas e assíncronas.

Todos esses benefícios, contudo, não justificam fecharmos os olhos para o que não tem dado certo. É por isso que o setor privado de educação superior não só tem apoiado como atuado ativamente nos debates que resultarão nas novas diretrizes e novos instrumentos de avaliação para a modalidade. Ainda não sabemos

com exatidão quais serão as novas regras, mas existem alguns indicativos fortes no horizonte (inclusive porque foram apresentados pelo MEC na última reunião do CC-Pares).

Por exemplo, o Brasil possui hoje 50 mil polos de EAD, mas dois terços deles não têm sequer 10 alunos. A expectativa é de que a nova normativa reduza esse número para algo entre 5 e 10 mil polos, reduzindo a concentração das grandes IES e focando em unidades efetivamente estruturadas para atender os estudantes, especialmente na realização da parte prática prevista nas DCNs de cada curso. Outro ponto diz respeito à oferta de um ambiente pedagógico e com métricas de qualidade estabelecidas, como a quantidade de alunos por professor. Há que se somar a esse cenário a importância do aluno como protagonista e a indiscutível relevância do professor e da docência.

A definição clara do que seja presencialidade e a reformulação dos currículos são outros aspectos cruciais nessa reestruturação da educação à distância. Inclusive, é muito provável que o Ministério da Educação estabeleça a modalidade semipresencial, que ainda não existe oficialmente, mas está na oferta de muitas instituições. Acredito que esse formato envolverá uma carga presencial maior do que a da EAD, algo entre 40% ou 50% de presencialidade.

Esse é um breve resumo do que foi a minha participação na Regulation Week, mas também uma síntese de por onde tem caminhado a construção da nova regulamentação para a educação à distância no Brasil. Daqui até março, quando está previsto o anúncio do novo marco regulatório da EAD, muita coisa pode acontecer. Contudo, por ora, os indicativos são positivos, e o setor privado tem dialogado ativamente com os formuladores da política educacional, seja no âmbito da CC-Pares, seja em outros espaços de colaboração.

Ter uma educação à distância que seja reconhecida e valorizada por sua relevância e qualidade é o objetivo comum que une todos aqueles que trabalham por uma educação superior mais forte e capaz de transformar vidas no âmbito individual e também no coletivo, por meio dos benefícios gerados para o país com uma população mais preparada para lidar com os desafios da vida e com as demandas do mercado de trabalho. Assim, pelo bem geral, que sigamos unidos e colaborativos nessa jornada!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 11 de novembro de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Um viva ao Brasil Educação!

Hoje, 2 de dezembro de 2024, é um dia muito especial para a educação privada do Brasil. Por requisição do senador da República Carlos Portinho (PL-RJ), com apoio do sempre parceiro senador Izalci Lucas (PL-DF), o [Brasil Educação – Fórum Brasileiro da Educação Particular](#) recebe homenagem em sessão especial no Senado Federal, em Brasília (DF), pelas relevantes contribuições prestadas à agenda educacional do país. Mas, quais seriam essas contribuições?

Bom, como seria impossível falar resumidamente sobre tudo o que o Fórum fez ao longo dos últimos 16 anos, vou me ater a uma síntese das realizações e debates encampados neste quase derradeiro 2024. E, acredite, é muita coisa.

Na esfera política, por meio da qual o senador Carlos Portinho conheceu a fundo o nosso trabalho, este foi (mais) um ano de intensa atuação. Para além dos 55 ofícios enviados para parlamentares e da participação em seis audiências públicas, o Brasil Educação monitorou ativamente 2.073 proposições que tramitam no Congresso Nacional com impactos na área educacional. Como resultado, conseguiu a inclusão de duas medidas provisórias que foram editadas e de 516 novas proposições legislativas.

A grande vitória, contudo, se deu no campo da Reforma Tributária. Após quase 10 anos de intensos diálogos, foi garantida a neutralidade tributária para instituições de ensino de todos os níveis por

meio do [Projeto de Lei Complementar nº 68/2024](#). Ameaças que vinham se apresentando ao setor, como riscos às filantrópicas e a tributação de bolsas de estudos, foram afastadas pela atuação do fórum.

Ainda na esfera política, mas no âmbito do Poder Executivo, o ano foi marcado por conquistas significativas como indicação, e a aceitação, de conselheiros para o Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (SDESS). Vale destacar, ainda, a representação no CC-Pares, onde o Brasil Educação ocupa seis das 10 cadeiras destinadas a instituições de educação superior privadas e comunitárias.

Quero ressaltar, ainda, a projeção e a relevância alcançadas pela [campanha Educação Mais Forte](#). Organizada para ressaltar a importância da educação formal para o futuro dos jovens brasileiros, a iniciativa atingiu, somente neste ano, números como mais de 4,8 milhões de impressões totais e mais de 2,2 milhões de alcance nas redes sociais. Entre os temas trabalhados em parceria com o melhor embaixador que a campanha poderia ter, o empresário e influenciador Joel Jota, destacam-se o combate ao mito de que empresários não precisam de faculdade e o perigo de comprometer a entrada na graduação por conta do endividamento ocasionado pelo vício em apostas esportivas.

Em meio a tudo isso, foi realizado o [XVI Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular \(CBESP\)](#). Ocorrido na cidade paulista de Mogi das Cruzes entre os dias 5 e 7 de junho, o evento contou com 531 participantes que debateram sobre “Políticas públicas educacionais: soluções criativas e inovadoras para um novo Brasil”.

Outra conquista deste ano foi a criação de quatro Câmaras Temáticas no âmbito do fórum: Educação Básica; Educação Supe-

rior; Educação Profissional e Tecnológica; e Educação a Distância. Com 63 membros, foram realizadas 36 reuniões das quais saíram importantes posicionamentos técnicos relacionados ao PL 2338/2023 (Regulamentação da Inteligência Artificial - IA); PL 1559/2024 (Regulamenta o uso de Inteligência Artificial na Educação); e PL 2614/2024 (Trata do Plano Nacional de Educação - PNE 2024-2034).

Por fim, reforçando seu compromisso com a continuidade e a sustentabilidade das suas ações, o fórum trabalhou na construção da sua Agenda Trienal 2025 - 2027. Fundamentado em cinco eixos, o documento é composto por cinco objetivos estratégicos, 21 objetivos específicos, 34 metas e 107 ações.

Sim, essa é uma síntese do que foi este 2024 do Brasil Educação. Aliás, vale registrar que este foi nosso primeiro ano inteiro como um espaço amplo de defesa da educação brasileira, já que nos 15 primeiros anos o foco era voltado para a graduação. Isso, contudo, nunca impediu a entidade de atuar de forma firme também pela melhoria da qualidade da educação básica, etapa essencial para a formação de estudantes mais preparados para a educação superior e cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres.

Dito tudo isso, quero aproveitar esta oportunidade para, mais uma vez, agradecer a confiança e a forte parceria das 15 entidades representativas que compõem o Brasil Educação: Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior (ABMES), Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades (Abrafi), Associação Nacional dos Centros Universitários (Anaceu), Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen); Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior (Semesp), Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep); Associação dos Fundadores Educacionais de Ensino Superior de

Minas Gerais (AFEESMIG); Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina (AMPESC); Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino da Bahia (SEMESB/ABAMES); Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Rio de Janeiro (Semerj); Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas (ABIEE); Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE); Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC); Fórum Nacional das Mantenedoras de Instituições de Educação Profissional e Tecnológica (BrasilTec); Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (FONIF).

O Brasil Educação vai seguir firme na sua missão de defender os legítimos interesses do ensino particular e de trabalhar por uma oferta educacional cada vez mais qualificada.

O Brasil Educação vai seguir firme na sua missão de defender os legítimos interesses do ensino particular e de trabalhar por uma oferta educacional cada vez mais qualificada. Isso é o que nos move. Reconhecimento e homenagens são consequência de um grande esforço coletivo pautado pela certeza de que podemos transformar a realidade brasileira por meio

de uma educação de qualidade e inspiradora. Venha, 2025! O Brasil Educação está preparado para recebê-lo

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 02 de dezembro de 2024. [Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Agenda Trienal 2025-2027: o caminho do Brasil Educação para os próximos anos

Firme no seu compromisso de defender os legítimos interesses do setor privado ao mesmo tempo em que atua por uma educação de mais qualidade para todos os cidadãos do nosso país, o [Brasil Educação – Fórum Brasileiro da Educação Particular](#) lançou, na semana passada, a sua [Agenda Trienal 2025-2027](#).

Amplamente discutido e elaborado pelas equipes das quinze entidades representativas que compõem o Fórum, o documento engloba os objetivos estratégicos para a educação privada em todos os níveis e modalidades de ensino e vai nortear a atuação da entidade pelos próximos três anos.

De forma muito objetiva e clara, a Agenda consolida as propostas do setor privado para o desenvolvimento do país tendo como ponto de partida a oferta de uma educação mais forte e eficiente. Focado no desafio de sintetizar as principais adversidades da área e os caminhos para superá-las, o grupo de trabalho chegou a 21 objetivos distribuídos em cinco grandes linhas temáticas: Expansão, Qualidade, Inovação, Regulação e Tributação.

O eixo Expansão contempla objetivos como a defesa da ampliação dos programas públicos de acesso à educação superior, especialmente o Fies, o ProUni e a reabertura do Proies; propor a criação do Probásico; defender a implementação de financiamento estudantil público e o desenvolvimento de parcerias público-privadas para a expansão da educação profissional e tecnológica; e promover campanhas de conscientização sobre a importância da educação formal.

No eixo Qualidade estão colocados os objetivos de apoiar a implantação do novo ensino médio; defender e estimular a diversidade dos modelos institucionais na educação superior; promover a melhoria da qualidade da formação inicial e continuada dos docentes; propor a revisão e a flexibilização das DCNs, visando aproximar a graduação das realidades da vida e do trabalho; estimular o desenvolvimento de programas de melhoria da qualidade da EAD; incorporar a educação empreendedora e verde em todos os níveis educacionais, como temas transversais; e promover a melhoria permanente da qualidade da educação por meio de sistema de avaliação de egressos dos cursos técnicos e superiores.

Já o eixo Inovação contempla os seguintes objetivos: estimular a adoção de novas tecnologias digitais nas instituições educacionais, por meio de linhas de financiamento pelos órgãos de fomento; defender a ampliação dos programas de pós-graduação stricto sensu junto à Capes, com prioridade para os mestrados e doutorados profissionais; estimular a internacionalização da educação brasileira, com a criação de incentivos para a formação de redes de cooperação entre as instituições nacionais e internacionais; e incentivar a aprendizagem interdisciplinar como um dos meios de produzir conhecimento inovador no contexto educacional.

No que se refere à Regulação, as ações do Fórum vão estar centra-

das em propiciar a modernização e a simplificação dos processos de regulação, de supervisão e de avaliação voltados às instituições e aos cursos, em todos os níveis e modalidades; estimular a participação das instituições particulares, por meio de suas associações representativas, nos órgãos decisórios e consultivos das políticas públicas educacionais; contribuir no processo regulatório da Universidade Especializada por Campo do Saber, colaborando para a diversificação do sistema e do modelo educacional brasileiro.

Por fim, dando continuidade à luta dos últimos anos por uma Tributação justa, o Brasil Educação vai defender, junto ao Executivo e ao Congresso Nacional, uma reforma tributária sobre o consumo e a renda que seja justa para o setor de educação, com impacto neutro para todas as formas de organização institucional; defender mudanças na contribuição previdenciária, com a desoneração transversal da folha de pagamentos; e propor novos modelos de incentivos para investimentos em educação básica, profissional e superior.

Essas são as questões que vão pautar a atuação do Fórum nos próximos anos, período estratégico que inclui ações como a formulação do Plano Nacional de Educação 2024-2034.

Trabalharemos incansavelmente para garantir um crescimento com qualidade da educação brasileira e o fortalecimento do setor privado.

Trabalharemos incansavelmente para garantir um crescimento com qualidade da educação brasileira e o fortalecimento do setor privado, grande aliado do poder público no cumprimento constitucional da garantia do acesso à educação a todos os brasileiros, em especial no contexto da educação superior.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 09 de dezembro de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Como posso ficar triste se em 2024 a ABMES brilhou?

Com 2024 prestes a dar adeus e 2025 na fase final dos preparativos para começar com tudo, é chegado aquele momento de parar um pouco, respirar fundo e refletir sobre a trajetória percorrida desde aquele já distante 1º de janeiro, quando a Terra iniciou esta longa jornada ao redor do sol cujo espaço de tempo chamamos de ano.

Na esfera pessoal, os últimos 365 dias foram de enormes realizações. Da nomeação como conselheiro do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Conselhão do governo federal ao lançamento do livro [Educação Mais Inteligente](#), passando pelo fortalecimento e conquistas da UniCarioca, é difícil dizer qual foi a mais significativa. Provavelmente, porque todas sejam igualmente representativas, cada uma no seu devido contexto. Mas este não é um texto sobre mim.

Como gosto de fazer todo final de ano, quero dar um breve panorama do que foi este 2024 para a ABMES. E aí, seguindo a trend do momento, me peguei pensando sobre como posso ficar triste se este ano a Associação...

Deu contribuições significativas para a revisão das diretrizes e o novo marco regulatório da educação a distância (EAD); seguiu

atuando com firmeza na defesa dos programas sociais de acesso à graduação, como o Fies e o ProUni; participou do Grupo de Trabalho Interinstitucional com a finalidade de produzir subsídios para a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica; garantiu participação no Comitê Nacional de Cibersegurança (CN-Ciber), tendo a Dra. Patrícia Peck como sua representante.

Como ficar triste se a ABMES estabeleceu uma parceria inédita com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) visando a promoção de uma educação empreendedora voltada para jovens que integram o Cadastro Único do governo federal e viu ganhar força a defesa de pautas estratégicas como a regulamentação de universidades especializadas?

No que diz respeito ao relacionamento com os associados, a alegria se concretiza por meio de números como as 434 consultorias realizadas; os 15 novos episódios do podcast [E por falar em educação](#); as 601 pessoas capacitadas pelos sete cursos ofertados; os três encontros regionais que reuniram 314 participantes em Fortaleza (CE), Rio de Janeiro (RJ) e Brasília (DF); e as sete instituições de educação superior visitadas durante a [6ª Delegação ABMES Internacional - United Kingdom Experience](#).

Como ficar triste se, em 2024, o [Prêmio ABMES de Jornalismo](#) bateu novo recorde de inscrições e premiou mais seis jornalistas; o [Prêmio Fernando Braga](#) anunciou os vencedores da 1ª edição e abriu novas inscrições; a [Campanha da Responsabilidade Social](#) totalizou mais de 8,5 mil atividades por todo o país; e a [ABMES Editora](#) lançou nove publicações com mais de 2,3 mil downloads, incluindo títulos de autores como o super influencer [Joel Jota](#) e o inigualável Max Damas? E como ficar triste se, além de tudo isso, a Associação ainda foi extremamente bem sucedida em todas as

ações que desenvolveu em parceria com o [Brasil Educação - Fórum Brasileiro da Educação Particular](#)? Após mais de 10 anos de muito trabalho, vieram vitórias expressivas no contexto da Reforma Tributária; a campanha [Educação Mais Forte](#) se consolidou e ganhou novos patamares; e o [XVI Congresso Brasileiro da Educação Superior \(CBESP\)](#) ficou marcado como uma edição histórica

Toda essa alegria somente foi possível porque por trás de cada ação havia um capital humano inigualável

Toda essa alegria somente foi possível porque por trás de cada ação havia um capital humano inigualável no seu comprometimento com a defesa da educação superior do país. Por isso, não posso encerrar este texto sem agradecer imensamente ao Conselho de Administração, a quem cumprimento na

pessoa do seu presidente Janguê Diniz; aos meus vice-presidentes Débora Guerra e Daniel Castanho; a cada membro da diretoria; aos associados que seguiram conosco e nos apoiaram ao longo de mais um ano; e à aguerrida e extremamente competente equipe da Associação, a quem agradeço nas pessoas dos diretores Andrei Candiota e Bruno Coimbra.

Definitivamente, em 2024 a ABMES brilhou! É verdade que foi um tempo de desafios, mas também de muitas conquistas e felicidades que merecem e devem ser celebradas. O novo ano está à nossa espera logo ali na esquina, e nós estamos preparados e empolgados com o que ele há de nos trazer. Que venha 2025!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 23 de dezembro de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo

ProBásico: o financiamento para atenuar os gargalos da educação básica

A transformação do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular em [Brasil Educação - Fórum Brasileiro da Educação Particular](#) foi uma decisão pautada em algo muito mais profundo do que uma simples troca de nome. Para além de um título mais atraente, essa mudança teve como objetivo contemplar uma atuação representativa mais ampla, que já vinha ocorrendo em menor escala, em prol de uma agenda conjunta do setor privado em todos os níveis de ensino.

Desde então, a entidade passou a atuar de forma mais incisiva na defesa de questões que afetam a educação básica, na qual o setor também possui presença significativa. Dados do Censo da Educação Básica 2023 mostram que 33% dos estudantes matriculados em creches, 22% na pré-escola, 19% nos anos iniciais do ensino fundamental, 16% nos anos finais e 13% dos que frequentam o ensino médio acadêmico estão em uma escola privada. No ensino técnico profissional de nível médio, na modalidade concomitante, 77% das matrículas estão em escolas privadas. Na modalidade subsequente, a proporção é de 67%.

Esses números mostram que o setor particular está mais presente exatamente nas etapas da educação básica nas quais o país mais precisa avançar. Em 2022, por exemplo, apenas 37,3% das crianças com até 3 anos de idade frequentavam uma unidade de ensino, índice distante do estabelecido no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024: 50%. Em relação à educação técnica profissional de nível médio, a meta 11 do PNE previa triplicar as matrículas, mas entre 2014 e 2023 a expansão foi de apenas 20,4%.

Ciente do papel ainda mais relevante que o setor privado pode desempenhar em cenários como os descritos acima, o Brasil Educação estabeleceu a proposta de criação do Programa Educação Básica para Todos (ProBásico) entre seus objetivos de atuação. A medida consta da [Agenda Trienal 2025-2027](#) e se apresenta como uma forma eficiente de ampliação do acesso de crianças e adolescentes à educação básica particular, especialmente naqueles níveis nos quais o poder público não tem conseguido garantir a universalização do ingresso.

Inspirada no Programa Universidade para Todos (ProUni), a iniciativa tem como público-alvo estudantes pertencentes a famílias de baixa renda, ou seja, indivíduos em situação de vulnerabilidade social que não têm condições de pagar uma mensalidade escolar. Nunca é demais lembrar que o acesso à educação de qualidade é direito fundamental de todo brasileiro, cabendo ao Estado prover formas de garantir a sua efetivação.

o financiamento público na educação básica é uma demanda Ainda que a necessidade seja menor do que a verificada para a educação superior onde mais de 80% das matrículas estão nas instituições privadas, crescente da sociedade especialmente entre as famílias que não conseguem vagas para seus filhos nas unidades educacionais públicas e gratuitas.

Ainda que a necessidade seja menor do que a verificada para a educação superior onde mais de 80% das matrículas estão nas instituições privadas.

Sabe-se que a criação de estruturas pelo poder público é um processo muito mais lento e burocrático do que aqueles encabeçados pela iniciativa privada. Sendo assim, a concessão de bolsas de estudo para alunos de famílias de baixa renda em escolas particulares mostra-se uma medida eficiente tanto do ponto de vista operacional quanto no que diz respeito à celeridade da garantia desse direito fundamental.

Além disso, não se pode ignorar o fato de que oportunizar o acesso a uma educação básica particular de qualidade a essas crianças e adolescentes pode representar a base necessária para o ingresso no ensino superior e um melhor desenvolvimento profissional do indivíduo na sua fase adulta, garantindo seu pleno exercício da cidadania

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 30 de dezembro de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo

IASE 2025: radiografia da empregabilidade dos egressos

No momento em que o planeta discute os rumos da educação superior frente às novas tecnologias, em especial a inteligência artificial (IA), o debate sobre a qualidade da oferta ganhou novos contornos e desafios.

No Brasil, um aspecto avaliativo que tem ganhado força é a empregabilidade dos egressos, inclusive em virtude de um movimento encabeçado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e pela ABMES, como destacou o diretor de Avaliação da Educação Superior do órgão, Ulysses Teixeira, durante o seminário realizado pela Associação no último dia 11 de fevereiro.

Foi nesse contexto que, em 2022, lançamos o Indicador ABMES/Simplicity de Empregabilidade (IASE) com cinco objetivos específicos: instituir um padrão nacional de acompanhamento do egresso; contribuir com os instrumentos de avaliação; proporcionar um mecanismo de gestão interna para as IES; oferecer informações relevantes para a sociedade brasileira; e reconhecer as instituições engajadas no acompanhamento dos seus discentes.

Entre a primeira edição, com 10 instituições participantes e 1.942 respondentes, e a pesquisa de 2024, quando 122 IES totalizaram 8.099 respondentes, os números têm se mostrado cada vez mais positivos não só em relação à adesão, mas também no que diz respeito ao desempenho dos egressos no mercado de trabalho.

Com dados segmentados por critérios como gênero, curso, modalidade, atuação na área de formação e apoio à carreira recebido da instituição, o Indicador já é reconhecido como um marco no esforço de inserir a empregabilidade como uma das dimensões no processo avaliativo das IES, apontando uma direção segura de por onde é possível caminhar nesse mapeamento.

Além disso, o IASE também tem se revelado uma importante ferramenta de gestão para as instituições de educação superior na medida em que aponta tendências de mercado.

Além disso, o IASE também tem se revelado uma importante ferramenta de gestão para as instituições de educação superior na medida em que aponta tendências de mercado. Mais do que isso, cada IES participante recebe seus microdados, o que permite saber, por exemplo, o desempenho de cada curso. Desta forma, é possível mapear e corrigir, desde já, eventuais problemas, e reduzir a possibilidade de avaliações negativas em um futuro próximo.

Dito tudo isso, quero fazer um convite a você, gestor de instituição que ainda não participa do IASE: as inscrições para a edição deste ano estão abertas e vão até o próximo dia 28 de fevereiro. Podem participar instituições associadas ou não à ABMES e também as

públicas. E quanto custa para participar? Nada. O processo é totalmente gratuito e está disponível no [Portal da Empregabilidade](#).

Assim como a aplicação das novas tecnologias na educação superior, a inserção da empregabilidade como critério de qualidade é um caminho sem volta. Seja por meio dos instrumentos oficiais de avaliação ou pela percepção geral dos estudantes, instituições que mais e melhor empregam seguirão ganhando força, visibilidade e atratividade em um cenário cada vez mais competitivo.

O tempo está correndo e a favor daqueles que sabem aproveitá-lo com sabedoria. Então, não deixe para depois: inscreva agora mesmo a sua IES no IASE 2025!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 17 de fevereiro de 2025.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo

Exame de proficiência não é solução

A expansão do acesso à educação superior promovida nas últimas décadas pelo setor privado intensificou o debate sobre a qualidade da oferta, pauta essencial para um país que tem na educação sua maior esperança de progresso. Atento às transformações e às demandas da área, o Ministério da Educação (MEC) tem investido em medidas como a revisão do marco regulatório e o aprimoramento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Essa não é uma tarefa simples, e nem rápida, mas órgãos reguladores e instituições representativas, como a ABMES e o Fórum Brasil Educação, têm trabalhado arduamente no sentido de construir soluções que incidam na origem do problema (melhorar a qualidade dos cursos que estão aquém do nível desejado - minoria, registre-se) em vez de punir o estudante que passou anos se dedicando em uma graduação. Para os dois lados, não há negociação no que se refere ao quesito qualidade.

Também sob o pretenso objetivo inquestionável de garantir qualidade, alguns órgãos de classe, criados para fiscalizar o exercício da profissão, pretendem se colocar como certificadores da formação com uma proposta que parte de uma visão equivocada do processo pedagógico. Aqui não cabe simplificações nem reducio-

nismos. Os cursos precisam ser avaliados e os alunos acompanhados para que ao longo da sua trajetória na graduação todas as necessidades de formação sejam supridas e ele não vá para uma única prova de “vida ou morte”, que pode jogar todo seu esforço, da sua família e da própria sociedade por água abaixo.

O Brasil possui uma das mais rígidas regulamentações relacionadas à educação superior do planeta.

que inclui uma vasta lista de O Brasil possui uma das mais rígidas regulamentações relacionadas à educação superior do planeta, atribuições e responsabilidades focadas na qualidade dos cursos de graduação – e que são atendidas pela maioria expressiva das instituições educacionais. Além disso, o Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) possui ampla base de dados relativa ao desempenho das instituições e dos estudantes, por meio de iniciativas como o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

Sabemos que em alguns casos esses esforços não têm sido suficientes, mas também sabemos que meramente dar aos conselhos profissionais o direito de aplicar uma prova que vai definir o futuro do egresso do ensino superior é a medida mais equivocada que o país pode adotar. Trata-se de um remédio amargo que não vai incidir sobre a causa da doença, mas sobre a sua consequência, atrasando ainda mais o desenvolvimento de uma nação que clama por profissionais qualificados e preparados para atuar nestes tempos atuais.

No caso do exame aplicado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), referência utilizada pelos outros conselhos profissionais, há que se ponderar um efeito colateral pouco debatido: o fato de os cursos de graduação focarem em formar profissionais para serem aprovados na prova, dentro do que o órgão de classe entende como avaliação, e não para atuarem como advogados.

A ideia de que o exame de proficiência pode corrigir falhas educacionais é reducionista. A formação de profissionais mal preparados é indicativo de falhas em aspectos como a estrutura curricular, os processos de ensino-aprendizagem ou até na estrutura acadêmica. Nesse contexto, o exame de proficiência para recém-formados apenas mascara o problema estrutural, sem atacá-lo diretamente, criando uma falsa sensação de que o sistema está sendo corrigido. E não está. Instituições que não ofertam cursos de qualidade continuarão no mercado enquanto seus egressos serão penalizados.

Propositivamente, a melhoria da qualidade do ensino ofertado naquelas instituições que ainda não alcançaram os padrões almejados passa pela união de esforços entre os órgãos reguladores, as entidades representativas e também os conselhos profissionais com o intuito de discutir o aperfeiçoamento do atual sistema de avaliação. Exames que retirem a autonomia das instituições de educação superior e do Ministério da Educação não resultarão em nada diferente do que se tem hoje.

Caso a preocupação dos conselhos profissionais seja genuinamente com a qualidade dos cursos de graduação, fica o convite para que abandonem a ideia punitivista de um exame de proficiência se juntem a nós nessa jornada rumo à construção de soluções efetivas, que incidam na origem do que pode ser uma formação deficiente. Vale reforçar, contudo, que a decisão final sobre os re-

ferenciais de qualidade, sejam eles quais forem, deve ser assegurada ao Estado por meio dos seus órgãos reguladores.

A transformação da educação brasileira passa pelo reconhecimento de que seus agentes reguladores são comprometidos e capazes de promover as mudanças necessárias, e não na responsabilização de quem é o mais prejudicado com uma formação sem qualidade: o estudante.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 24 de fevereiro de 2025.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo

Inovação e tecnologia

Ações e lições da Terra do Rei

Entre os dias 29 e 31 de março, tive a oportunidade de participar, em Londres (Inglaterra), da Bett Show UK, a maior feira mundial de educação e tecnologia. Ao longo dos três dias, o evento reuniu educadores e mais de 600 empresas de todos os portes e de vários países, além de marcas educativas e startups fornecedoras de soluções para todos os cenários, desafios e orçamentos educacionais.

Como não poderia ser diferente, questões relacionadas ao uso da inteligência artificial na educação, em especial o ChatGPT, tiveram grande destaque nos debates ocorridos em solo britânico, mas também houve muito espaço e interesse por outros temas, como a aprendizagem socioemocional e ferramentas que podem ser utilizadas por escolas e universidades para trabalhar as habilidades socioemocionais dos estudantes.

Foi muito interessante conhecer as inovações e propostas criadas pelas edtechs, que apresentaram inúmeras soluções focadas em novos currículos, ferramentas e plataformas de aprendizagem e no uso de machine learning focado na individualização do processo de ensino e aprendizagem do aluno. Em outra frente, ficou evidenciada a preocupação com a segurança digital das instituições educacionais, em especial no que se refere à garantia da privacidade e à preservação dos dados.

Em outra frente, ficou evidenciada a preocupação com a segurança digital das instituições educacionais, em especial no que se refere à garantia da privacidade e à preservação dos dados.

Eu havia participado do evento em 2020, um pouquinho antes do início da pandemia, e voltar à Bett UK no contexto atual foi uma experiência muito gratificante. Ali, ficou evidente que, no geral, o setor vem se recuperando dos desafios impostos pelo longo período pandêmico. Em relação ao aspecto tecnológico, dois pontos me chamaram a atenção: 1) o foco continua sendo na humanização da tecnologia; e 2) a tecnologia nunca

foi tão importante para garantir uma aprendizagem de qualidade, conectada e humanizada.

A delegação brasileira à terra do Rei Charles III contou com mais de 150 integrantes e foi organizada pela Bett Brasil, a quem agradeço imensamente nas pessoas da Claudia Valério e da Adriana Martinelli. Além da participação no evento, também foram realizadas visitas técnicas a instituições como o Kings College, a Ashcroft Technology Academy e a Open University, onde fiz uma palestra e apresentei as principais bandeiras do nosso Fórum. Foi um momento importante para intercâmbio com a instituição de ensino, mas também com brasileiros que trabalham lá como pesquisadores.

Não há dúvida de que foram dias de intenso aprendizado e de muitas trocas para todos os brasileiros que tiveram a oportunidade de estarem ali. Contudo, a boa notícia é a de que em breve, entre os dias 9 e 12 de maio, boa parte do que aconteceu em Londres será replicado em São Paulo/SP, durante a Bett Brasil 2023. Inclusive,

durante o evento será lançado o Bett Conect@, um programa de relacionamento e networking, e, paralelamente, acontecerá o Ahead, um evento focado na educação superior e profissionalizante.

É maravilhoso ver o mundo voltando ao normal e poder participar novamente de eventos com a qualidade e a relevância do Bett UK. Mas mais incrível e importante é ter acesso a tantas informações e ver a quantidade de pessoas empenhadas em construir uma educação mais conectada com as demandas e as especificidades destes tempos atuais.

Por mais que há algum tempo a gente venha batendo na tecla de que tecnologia e educação são universos indissociáveis, as possibilidades e soluções que estão sendo construídas surpreendem. Tem muita coisa incrível despontando no horizonte. Uma nova educação e um novo mundo estão em construção, e, definitivamente, eu quero fazer parte dessa trajetória.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 10 de abril de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

IA: a exterminadora do atraso na educação

Quando, em 1984, James Cameron nos apresentou seu exterminador do futuro e a dominação dos humanos pelas máquinas, teve gente que se assustou com a possibilidade desse futuro sombrio e teve quem duvidasse que a tecnologia pudesse evoluir tanto. Com o passar dos anos, o tema se tornou mais frequente em produções cinematográficas, séries, mas também na vida real. O desenvolvimento da inteligência artificial (IA) saiu da ficção e veio para a vida real. E hoje não vivemos sem ela.

O que demorou um pouco mais a progredir foi o debate sobre os impactos da inteligência artificial na educação. Ainda que há alguns anos tenhamos à mão recursos tecnológicos fundamentados em IA capazes de auxiliar na condução de práticas pedagógicas personalizadas e mais alinhadas com o perfil do estudante deste século, essa discussão ganhou fôlego mesmo a partir do final do ano passado, com o lançamento do ChatGPT. Contudo, para muito além do ChatGPT, Bard, Luiza e outras ferramentas de IA que possam ser utilizadas pelos estudantes, precisamos estar atentos para todas as oportunidades e possibilidades que a inteligência artificial traz para a educação. Por meio dela, podemos revolucionar a forma como ensinamos e aprendemos, além de construir um sistema educacional mais personalizado, acessível e eficiente.

Não estou dizendo que pensar em práticas pedagógicas que contemplem esse novo cenário de IA à disposição dos estudantes não seja relevante. Sim, é. E muito. Mas nosso entendimento sobre os impactos e possibilidades de aplicação da inteligência artificial precisa ir além. Muito além.

A IA não vai substituir os professores, que são peça fundamental em qualquer processo educacional. Mas ela tem enorme potencial para auxiliá-los em situações como direcionar um atendimento personalizado para cada estudante, respeitando seu ritmo e estilo de aprendizado. A inteligência artificial também pode contribuir para que o docente explore mais o pensamento crítico dos alunos, saindo de um modelo fundamentado na mera transmissão de conhecimento para outro pautado em debates e reflexões, desenvolvendo questões como a ética, fake news, a diferença entre fatos e opiniões.

Para isso, esse professor precisa ser capacitado, precisa entender como funciona essa ferramenta poderosa que ele tem em mãos, e que utilizada de forma errada pode, inclusive, ter consequências desastrosas. E aí precisamos estar atentos para capacitar também os gestores. Eles também precisam conhecer as potencialidades e os impactos da IA na educação. Aliás, inteligência artificial precisa ser conteúdo curricular de todos os cursos de graduação se quisermos ter profissionais e cidadãos mais preparados para lidar com os desafios deste século.

Em outra frente, a IA pode contribuir para o aprimoramento da avaliação de desempenho dos alunos, permitindo análises mais objetivas e consistentes, fornecendo feedbacks mais detalhados aos estudantes e reduzindo a carga de trabalho dos docentes.

Nesse contexto, não podemos deixar de considerar também desafios que ela nos impõe, como a privacidade e a segurança dos

dados dos estudantes, lembrando que temos uma rígida Lei Geral de Proteção de Dados no Brasil, e evitar que os algoritmos da IA contribuam para a perpetuação das desigualdades e discriminações que existem hoje no sistema educacional. A inteligência artificial precisa ser desenvolvida e utilizada de forma ética para que tenhamos maximizados seus benefícios na educação.

Precisamos abraçar a inteligência artificial como uma grande aliada.

Precisamos abraçar a inteligência artificial como uma grande aliada. Compreender e fazer uso de todas as suas potencialidades é imperativo diante do processo de transformação que a educação está passando para sair do século 19 e se adequar aos dias atuais.

Ao contrário do destino sombrio apresentado por Cameron, a IA existe para nos apoiar na evolução enquanto espécie humana. E, na educação, ela vai ser responsável pelo extermínio de alguns atrasos que há décadas tentamos vencer, resultando em benefícios para toda a comunidade escolar e em uma educação mais justa, inclusiva e eficiente.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 24 de julho de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Tecnologia na educação: uma ferramenta para quem?

O Global Education Monitoring Report (GEM 2023), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), chama a atenção de governos e especialistas na área educacional para os cuidados que devem ser tomados ao promover a integração entre educação e tecnologia. Isso porque, segundo o documento, o uso da tecnologia aumentou a desigualdade educacional, além de ser um recurso que, muitas vezes, não tem sido utilizado de forma apropriada.

Nesse contexto, o relatório pontua o fato de que, durante a pandemia de Covid-19, o aprendizado on-line permitiu que mais de 1 bilhão de estudantes seguissem com suas atividades escolares, mas, pelo menos, meio bilhão de pessoas (31% dos estudantes do planeta) não tiveram essa mesma oportunidade.

Em outro momento, destaca que a inclusão da tecnologia na educação deve ser centrada “nos resultados da aprendizagem e não nos insumos digitais”, e cita como exemplo o Peru, que distribuiu mais de 1 milhão de laptops aos estudantes, mas não obteve resultados porque esse novo recurso não foi incorporado à pedagogia. Na ponta oposta, estão os resultados alcançados pela China,

que reduziu as disparidades de rendimento entre os estudantes das zonas urbana e rural a partir de uma atitude simples: a gravação de aulas de alta qualidade e sua distribuição para 100 milhões de estudantes rurais.

Ao apontar essas questões, a Unesco não tem como objetivo propor uma volta no tempo e a exclusão das novas tecnologias do processo de ensino e aprendizagem. Tanto o é que destaca benefícios como a facilitação no acesso a recursos educacionais; a estruturação de melhores ferramentas para estudantes com deficiência; e efeitos positivos para alguns tipos de aprendizagem.

A reflexão proposta é a de que “o uso da tecnologia na educação deve ser adequado a cada contexto, inclusivo e equitativo, escalável e sustentável”. Para isso, o GEM Report 2023 afirma que é preciso colocar a aprendizagem e o bem-estar dos alunos no centro de todo o processo. Parece uma proposta simples, mas temos feito tudo certo?

Desde que integrar tecnologia e educação passou a ser uma demanda para sociedade e governos, quantos casos semelhantes ao do Peru podemos elencar? Será que na pressa para mostrarmos resultados não temos negligenciado aspectos relevantes? De acordo com o relatório, “como grande parte da tecnologia não foi elaborada para a educação, sua adequação e seu valor precisam ser comprovados em relação a uma visão da educação centrada no ser humano”. E aqui eu aproveito para reforçar a importância de pensarmos em um novo modelo baseado na educação híbrida. Por exemplo, a metodologia dos quadrantes híbridos, elaborada pela ABMES, tem como pressuposto central a otimização da união entre os recursos tecnológicos e as práticas de ensino, tornando o processo de aprendizagem mais efetivo, atraente e alinhado às demandas e às práticas destes tempos atuais.

Seja para ofertar aos estudantes uma educação mais alinhada com as ferramentas que eles estão acostumados a lidar, seja para ampliar o leque de possibilidades didático-pedagógicas,

O uso das tecnologias em sala de aula precisa ser muito bem planejado. De fato, não há como imaginar uma transição da educação para o século 21 sem todas as possibilidades proporcionadas

pela tecnologia, mas ela, por si só, não resolverá todos os problemas da educação - e se for mal aplicada pode até criar novos.

O uso das tecnologias em sala de aula precisa ser muito bem planejado.

Há muitos outros pontos relevantes que mereceriam ser pontuados aqui, mas não quero me estender. Assim, sugiro uma leitura

atenta do material, acompanhada de uma profunda reflexão sobre a educação que queremos, como a tecnologia pode nos ajudar a chegar lá e qual o papel de cada um nesse processo. Tenho certeza de que nós, educadores natos que somos, saberemos encontrar caminhos para um bom e eficiente uso da tecnologia nas nossas instituições educacionais, além de apoiarmos o governo na construção de diretrizes e políticas alinhadas com o que há de melhor nessa área

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 09 de outubro de 2023.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Bett UK 2024: IA na educação é realidade, não possibilidade

Na semana passada, entre os dias 24 e 26 de janeiro, a convite da Bett Brasil, tive a oportunidade de participar da Bett UK 2024, realizada em Londres (Inglaterra). Em contraposição ao clima frio e à pouca luminosidade natural desse período, quando os dias são curtos e as noites extensas na capital inglesa, no centro de convenções que sediava o evento a atmosfera era intensa e vibrante.

Com mais de 30.000 participantes, 123 países representados e 600 empresas expositoras, o evento - que se orgulha de ser a maior exposição de tecnologia educacional do mundo - reúne educadores, gestores educacionais e provedores de soluções educacionais inovadoras das mais diversas partes do globo.

É claro que não vou me atrever a tentar sintetizar neste texto tudo o que vi, aprendi e senti ali, mas tem um ponto que ficou bastante evidenciado e não dá para não destacá-lo:

Definitivamente, a inteligência artificial (IA) tomou conta da tecnologia educacional.

Definitivamente, a inteligência artificial (IA) tomou conta da tecnologia educacional. Para além das edtechs, também as principais empresas mundiais de tecnologia, como Microsoft, Google e Amazon Web Services (AWS), estão apostando fortemente na introdução da IA nas suas ferramentas, tanto naquelas que já existem (Teams e Copilot, por exemplo) quanto nas que estão em construção. Nessa linha, o Google está investindo no aprimoramento de plataformas como o Google Cloud para que as escolas possam personalizar a experiência do aluno a partir da inteligência artificial.

Outro ponto alto da participação na Bett UK foi a possibilidade de dialogar com nomes de expressão desse universo que reúne educação e tecnologia. E aqui quero destacar a conversa que tive com Vera Cabral, diretora de Desenvolvimento em Educação da Microsoft Brasil & Latam, e Bruce Thompson, head da Microsoft Education para as Américas.

Conversamos sobre a efetivação de novas parcerias da empresa com a ABMES e nossas instituições associadas. Acordamos em desenvolver muitas coisas interessantes, como cursos de tecnologia que poderão ser oferecidos pela plataforma de cursos da Associação e iniciativas de apoio a startups e ao empreendedorismo nas instituições de educação superior brasileiras. Boas notícias a caminho, inclusive em relação à 6ª Delegação ABMES Internacional - UK Experience, que acontecerá no Reino Unido entre os dias 11 e 21 de outubro, e para a qual todos estão convidados.

Em síntese, saí de Londres com muitas ideias - e encaminhamentos - de como beneficiar nossos associados e também a educação superior do Brasil neste momento estratégico, no qual vivemos a transformação para uma nova era digital e inovadora em diversas esferas, incluindo a educacional. Está mais nítido do que nunca

que a tecnologia e a inteligência artificial vão alterar a estrutura do processo de ensino e aprendizagem, além de oportunizar que as IES encontrem seus nichos de atuação para que sobrevivam e prosperem neste mundo pós-pandemia.

Esses são o clima e a atmosfera que importam para quem navega nos mares nem sempre tranquilos que nos conduzem rumo a uma educação pautada pelos anseios e possibilidades deste século 21. A mensagem captada na terra do rei Charles III não deixa abertura para interpretações equivocadas. O futuro é hoje, e quem piscar pode acabar naufrago e isolado em alguma ilha inóspita no meio do caminho. Vida longa ao rei!

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 29 de janeiro de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

A inteligência artificial como aliada da educação

O anúncio, pelo governo do estado de São Paulo, de que a Secretaria de Educação passará a utilizar o ChatGPT para desenvolver aulas digitais para as escolas públicas resultou em um acalorado debate, muitas vezes fundamentado por uma perspectiva equivocada da medida.

Encabeçada pelo secretário Estadual de Educação, Renato Feder, a proposta parte do princípio de que a ferramenta de inteligência artificial vai agilizar a produção dos conteúdos. Contudo, os professores seguirão fundamentais, cabendo a eles a tarefa de avaliar e fazer os ajustes necessários nas aulas desenvolvidas pela IA.

O debate sobre os impactos da inteligência artificial na educação é relativamente recente e carente de aprofundamento. Ele ganhou corpo com o lançamento do próprio ChatGPT, no final de 2022, focado principalmente em como avaliar estudantes que passaram a ter respostas bem elaboradas e consistentes para qualquer assunto.

É verdade que antes já eram discutidas questões como a (im) possibilidade de a tecnologia substituir o professor, mas a popularização de ferramentas como ChatGPT, Gemini e tantas outras

fez com que as comunidades escolar e acadêmica despertassem para uma realidade do presente, e não mais algo que impactaria a esfera educacional em algum momento do futuro distante.

O que pouca gente percebe, no entanto, é que faz algum tempo que a inteligência artificial está incorporada ao processo de ensino e aprendizagem. Ela está presente, por exemplo, quando o professor consulta o Google para elaborar seus planos de aula, pois a ferramenta apresenta as informações organizadas de forma inteligente e tem por trás uma inteligência artificial que seleciona os fatos mais importantes para cada solicitação. Se o fato de o professor ser um grande curador do conhecimento do aluno não é novidade, por que a utilização de ferramentas que o auxiliem nessa tarefa precisa ser um tabu?

Mais do que nunca, o docente precisa exercer a função de curador da quantidade infinita de informações, desinformações e conhecimentos disponíveis na internet, inclusive por este ser um espaço com o qual os estudantes possuem relação de intimidade, seja para se divertir, estudar ou trabalhar.

Diante desse contexto, a questão a ser trabalhada consiste na abordagem e na utilização ética das ferramentas de IA. Isso passa, por exemplo, pela identificação da fonte do conteúdo – algo que pode ser solicitado ao próprio ChatGPT –; pela avaliação da qualidade e eventuais ajustes no material entregue pela plataforma (conforme estabelece a proposta da Secretaria de Educação de São Paulo).

Assim como uma pedra atirada e a palavra proferida, a utilização da inteligência artificial não tem volta.

Assim como uma pedra atirada e a palavra proferida, a utilização da inteligência artificial não tem volta. Seja na educação seja nas nossas atividades cotidianas, a IA é uma realidade sobre a qual não adianta lutar contra. Pelo contrário, a hora é de aproveitar ao máximo todas as suas potencialidades.

Para isso, um caminho promissor consiste no estudo da própria inteligência artificial, algo que pode ser facilmente resolvido com sua incorporação nas matrizes curriculares pelas instituições de educação superior, a exemplo do que é desenvolvido na UniCarioca.

Inclusive, para quem quiser saber mais sobre essa agenda, durante o XVI Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular (CBESP) acontecerá o workshop Políticas públicas educacionais e as modalidades pedagógicas, no qual a tecnologia (IA) será apresentada como ferramenta imprescindível. O evento acontece entre os dias 5 e 7 de junho, em Mogi das Cruzes (SP).

Em síntese, essa é uma discussão que se encontra desvirtuada. Temos que pensar não sobre como a ferramenta vai substituir o professor, mas como ela vai ser mais um instrumento para auxiliá-lo no exercício do seu melhor papel: o de agente facilitador da aprendizagem. Disso depende, inclusive, o sucesso do aluno em sala de aula.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 06 de maio de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Inovação e tecnologia na educação: o futuro está no presente

Doutor em Inteligência Artificial e reitor de uma instituição de educação superior que tem a tecnologia no seu DNA, mais do que entusiasta, sou um grande defensor da transformação que as tecnologias são capazes de operar em um modelo educacional calcado em práticas e diretrizes estabelecidas no século 19, em muito desalinhadas com as demandas e expectativas de tempos tão disruptivos como este século 21.

Faz algum tempo que o mundo digital deixou de ser algo distante para se tornar uma presença marcante nas nossas vidas, impactando nas mais diversas esferas, como social, profissional e econômica. Vivemos em um mundo conectado no qual qualquer informação está a um clique de distância, mas seguimos amarrados a um modelo de ensino e aprendizagem centrado em um docente que fala de um lado e em alunos que escutam de outro, intermediados por uma lousa.

Quantas oportunidades de gerar aprendizado e de tornar a educação mais atraente estão sendo desperdiçadas? Superar o impasse entre a educação ofertada e a necessária é uma urgência que precisa ser sanada. Por isso, foi com grande satisfação que

Quantas oportunidades de gerar aprendizado e de tornar a educação mais atraente estão sendo desperdiçadas?

recebi o convite para redigir o prefácio do livro *Inovação e Tecnologia na Educação: Explorando o Futuro do Ensino*. A publicação consolida os principais pontos debatidos nas palestras do 3º Congresso Nacional de Educação - Tecnologias Digitais para uma Aprendizagem

Significativa, realizado pela Colônia do Saber, instituição de ensino voltada para a formação de professores com foco na educação infantil.

A obra nos mostra que se, por um lado, a inclusão da tecnologia não resolverá todos os problemas educacionais do Brasil, por outro, sem ela nunca teremos uma educação mais eficiente e capaz de transformar nosso quadro de profundas desigualdades. Isso porque a tecnologia tem potencial para incidir em aspectos como a formação docente, a transformação da experiência educativa e a adaptação escolar.

Organizado com maestria pela professora Sheila Arantes, que além de proprietária da Colônia do Saber também é docente do Programa de Pós-Graduação em Novas Tecnologias Digitais da Educação da UniCarioca, o livro convida o leitor a refletir, mas, sobretudo, agir na construção de um novo modelo educacional mais acessível, inclusivo, inovador e alinhado com as expectativas dos indivíduos, do mercado de trabalho e da sociedade atual.

Ao longo de 12 capítulos, estudiosos e docentes empenhados em construir pontes entre a tecnologia e a educação apresentam soluções inovadoras que podem ser replicadas, adaptadas ou servi-

rem de inspiração para o desenvolvimento de novos instrumentos educacionais capazes de conduzir a educação a patamares mais elevados de desempenho.

Nessa linha, há um campo fértil a ser explorado, como a relação entre a neurociência e a alfabetização; o fomento à evolução das práticas educacionais por meio da divulgação científica; a gamificação como aliada da alfabetização; o ensino por investigação; o uso de ferramentas digitais na gestão escolar; o uso da inteligência artificial em sala de aula; estímulo à participação dos estudantes; maior agilidade nos feedbacks; e a personalização do ensino.

Não vou me alongar mais para não tirar do leitor o prazer das descobertas e experiências apresentadas ao longo do livro. Inovação e Tecnologia na Educação: Explorando o Futuro do Ensino é um título que, aparentemente, nos remete aos dias que hão de vir, mas, na verdade, diz respeito a uma educação que precisa - e pode - ser implementada agora, neste momento presente.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 22 de julho de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

IA na educação: positivo e operante

Futuros e atuais estudantes da educação superior conhecem as ferramentas de inteligência artificial (80%) e fazem uso delas (71%) na sua rotina de estudos. Essas são duas importantes constatações da pesquisa Inteligência Artificial na Educação Superior, realizada pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) em parceria com a empresa de levantamentos educacionais Educa Insights.

Esses dados mostram que, ainda que as práticas pedagógicas e as diretrizes curriculares estejam defasadas, a inteligência artificial já está incorporada ao contexto educacional brasileiro. E mais: os estudantes têm tido uma significativa contribuição no impulsionamento do uso dessa tecnologia nos espaços acadêmicos.

Chama a atenção a velocidade com que o conhecimento e a utilização da inteligência artificial têm se disseminado entre os estudantes. Em relação a 2023, foi registrado um crescimento de 11% na quantidade de universitários e futuros universitários que conhecem pelo menos uma ferramenta de IA. Já entre os que utilizam desse recurso para suas atividades acadêmicas o aumento foi de 18%.

Vale lembrar que o ChatGPT, primeiro chatbot de IA disponibilizado para o público geral, foi lançado em novembro de 2022. Até aquele momento, o debate em torno dos desdobramentos e impactos da inteligência artificial na esfera educacional estava no

campo das ideias. Fomos pegos de surpresa por algo que do dia para a noite nos obrigou a repensar uma série de procedimentos, como a avaliação.

Fato é que ChatGPT, Gemini, CopyAI, IBM Watson e tantas outras ferramentas movidas por inteligência artificial são apenas o começo de um novo mundo em construção. Provavelmente, muito em breve seremos impactados com o lançamento de um novo recurso ainda mais potente e até então impensável. E depois outro, e outro.

Como nós, educadores, podemos nos preparar para as novas possibilidades? Concordo que é difícil se planejar para algo que não se sabe o que é. Contudo, assim como a inteligência artificial chegou sem pedir licença e já faz parte da rotina das escolas e faculdades por meio de chatbots e outras tecnologias, novos cenários também serão integrados à medida em que forem surgindo.

Como nós, educadores, podemos nos preparar para as novas possibilidades?

Assim, ainda que não estejamos preparados para a operacionalização da nova tecnologia em si, precisamos estar sempre alerta e prontos para fazer a melhor aplicação possível dela no ambiente acadêmico. Mais do que perda de tempo, lutar contra essa realidade é ir contra o desenvolvimento da educação em si. O

século 21 impõe maior velocidade de adaptação e uma educação pautada por novas diretrizes, entre elas a tecnologia.

Pensando nisso, compartilho que a minha primeira indicação enquanto conselheiro do Conselho Nacional de Educação (CNE) foi exatamente a criação de uma comissão para estudar os impactos e a utilização da inteligência artificial na educação. A proposta foi

aprovada de imediato, seguida pela minha indicação como relator.

Antes de concluir, quero refletir brevemente sobre outros dois pontos levantados pela pesquisa. Primeiro, a constatação de que 92% dos estudantes e prospects consideram as ferramentas de IA eficaz ou muito eficaz para a resolução de problemas e dúvidas, ou seja, ela se tornou um instrumento importante no processo de construção do conhecimento. Além disso, 84% dos entrevistados acreditam que a inteligência artificial vai substituir parcialmente (62%) ou totalmente (22%) os professores.

Sobre este último aspecto, por mais entusiasta da tecnologia que eu seja, acredito que o professor nunca será totalmente substituído. A tecnologia pode, sim, ajudar em tarefas como a preparação de aulas e a correção de avaliações e trabalhos, mas a figura do professor seguirá sendo fundamental para o processo de ensino e aprendizagem. O que provavelmente vai acontecer é termos uma mudança no perfil do professor, mas isso já é assunto para outro artigo...

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 19 de agosto de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

O desafio da IA na educação

No final de 2023, a imprensa noticiou com destaque a evolução implementada pelo governo de São Paulo na plataforma Redação SP. Com o auxílio da inteligência artificial (IA), a ferramenta, que até então apenas apontava erros gramaticais e ortográficos, passou a fazer toda a correção e atribuir notas aos textos escritos pelos estudantes dos ensinos fundamental e médio das escolas estaduais.

No que se refere à graduação, a pesquisa [Inteligência Artificial na Educação Superior](#), realizada pela ABMES em parceria com a Educa Insights, mostrou que há grande aceitação por parte de estudantes e futuros estudantes em relação à utilização de ferramentas de IA para a correção de trabalhos e avaliações. No geral, 84% dos participantes disseram se sentir muito confortável, confortável ou neutros em relação a essa questão.

A aplicação da inteligência artificial no contexto educacional é uma evolução para a qual não há retorno.

A aplicação da inteligência artificial no contexto educacional é uma evolução para a qual não há retorno. Pelo contrário, a tendência é que cada vez mais novos recursos sejam criados tanto para aprimorar o processo de ensino e aprendizagem quanto para auxiliar os docentes nas suas funções dentro e

fora da sala de aula. Nessa linha, chama a atenção a percepção dos universitários e prospects de que as instituições de educação superior precisam investir mais nessa área e incorporarem ferramentas de IA no ensino. Apenas 11% dos consultados pela pesquisa acreditam que esse investimento seja pouco ou nada relevante. Para 74%, trata-se de um investimento importante ou muito importante.

Para os estudantes atuais e futuros, a possibilidade de aprender a qualquer momento e em qualquer lugar (53%); o acesso a informações e conteúdos atualizados e diversificados (50%) e a melhora na eficiência e rapidez na resolução de dúvidas e problemas (49%) estão entre os principais benefícios da aplicação da IA no contexto educacional. Mas também são muitos os que acreditam na personalização do ensino (40%) e na redução de custos com materiais e infraestrutura educacional (40%).

Na outra ponta, os entrevistados foram claros ao listar a falta de interação humana (52%) e a dependência excessiva em tecnologias que podem falhar ou ficar obsoletas rapidamente (49%) como os principais desafios da utilização da IA na educação. Esse resultado deixa um alerta para as IES: é preciso, sim, investir em tecnologia, especialmente em inteligência artificial, mas não se pode perder de vista questões como relacionamento, especialmente entre docentes e estudantes, e a constante atualização tecnológica.

Está evidente, portanto, que a chegada da inteligência artificial à educação traz desafios que vão além de implementar ferramentas e capacitar os colaboradores e alunos para fazerem uso delas. A incorporação da IA aos espaços educacionais demanda uma nova forma de gerir as instituições e a concepção de modelos de ensino e aprendizagem capazes de extrair da tecnologia o que de melhor ela tem a oferecer, inclusive no que diz respeito à oferta de

uma educação mais personalizada, atraente e inclusiva. Para contribuir com as instituições educacionais, a comissão formada no Conselho Nacional de Educação (CNE), presidida pela Conselheira Mônica Sapucaia Machado e da qual serei o relator, vai se debruçar sobre o assunto, com vistas a preparar diretrizes de orientação para escolas e universidades.

O uso da inteligência artificial veio para auxiliar na transição da educação do século 19 para aquela necessária nos dias atuais. Instituições que souberem conduzir essa jornada se destacarão nas mais diversas frentes, como avaliação institucional e de cursos; índices de empregabilidade; e, principalmente, na avaliação positiva de estudantes e prospects. O cenário está posto, e ignorá-lo não me parece ser a melhor estratégia.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 26 de agosto de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo

Como a inteligência artificial está redirecionando a educação superior

A revolução da inteligência artificial (IA) já está redefinindo a educação superior, exigindo uma reformulação urgente das práticas pedagógicas e das diretrizes curriculares. A pesquisa “Inteligência Artificial na Educação Superior”, realizada recentemente pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) em parceria com a Educa Insights, revela uma ampla aceitação dessas ferramentas entre os atuais e futuros estudantes, sinalizando a urgência sobre o tema.

De acordo com o levantamento, 74% dos entrevistados consideraram o investimento em IA importante ou muito importante para as instituições de ensino superior (IES). Um dado significativo, pois demonstra uma consciência crescente de que se trata de um diferencial no processo de ensino e aprendizagem.

Com 80% dos estudantes afirmando conhecer ferramentas como ChatGPT e Gemini, e 71% utilizando-as regularmente, as IES precisam adaptar-se rapidamente para integrar essas tecnologias em seus currículos. A velocidade com que as tecnologias se disseminaram chama a atenção: em apenas um ano, o conhecimento sobre IA entre universitários cresceu 11%, e o uso regular, 18%.

Isso sugere que, mesmo com diretrizes curriculares defasadas, a incorporação da IA é uma realidade inegável nas universidades.

Entretanto, a introdução da IA na educação superior não está isenta de desafios. A falta de interação humana é uma preocupação para 52% dos estudantes, enquanto 49% apontam para uma dependência excessiva de tecnologias passíveis de falhas e desatualizações. Esses são alertas importantes para as IES: é necessário investir em tecnologia, mas sem perder de vista o valor das relações humanas e da constante atualização tecnológica.

A pesquisa também traz um dado provocador: 84% dos entrevistados acreditam que a IA substituirá parcialmente (62%) ou totalmente (22%) os professores no futuro. Embora a tecnologia possa, de fato, auxiliar na preparação de aulas e na correção de avaliações, o papel do professor vai além dessas funções.

A figura do educador como mediador do conhecimento, facilitador do aprendizado e mentor dos estudantes é insubstituível.

A figura do educador como mediador do conhecimento, facilitador do aprendizado e mentor dos estudantes é insubstituível. Está claro que não se trata do uso de ferramentas tecnológicas, mas de repensar modelos de gestão e concepção pedagógica que aproveitem o melhor que a tecnologia tem a oferecer. Um passo importante já foi dado.

Recentemente foi criada, no Conselho Nacional de Educação (CNE), a Comissão de Estudos para Definição de Diretrizes para Utilização da IA na Educação Superior, a partir da indicação de minha autoria e da qual serei relator, que vai se debruçando sobre

essas questões, preparando orientações para guiar as escolas e universidades nessa nova era.

A adoção estratégica da IA é imperativa. As IES que conseguirem alinhar suas práticas pedagógicas às inovações tecnológicas estarão na vanguarda de uma educação mais inclusiva e eficaz, enquanto aquelas que resistirem a essa transformação correm o risco de ficar para trás.

Artigo publicado pelo [Estadão](#) em 20 de setembro de 2024 e no [ABMES Blog](#) em 23 de setembro de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

Habilidades humanas: o novo ouro do século 21

Uma máquina mágica capaz de enviar uma imagem para qualquer lugar do planeta por meio de uma linha telefônica. Um rolo de filme que registra um momento e, após um processo delicado de revelação, eterniza um acontecimento da nossa história. Lembrar com certo saudosismo do fax e da máquina fotográfica analógica nos faz refletir sobre como a sociedade contemporânea se acostumou com a obsolescência de equipamentos e desperta a atenção para uma nova etapa: o desaparecimento de profissões.

Estudo do McKinsey Global Institute aponta que, até 2030, cerca de 14% dos profissionais do planeta deverão mudar de carreira em função do desenvolvimento tecnológico, especialmente devido à digitalização, à robótica e aos avanços da inteligência artificial (IA). Entre as áreas que mais podem ser afetadas estão as de operários industriais; operadores de dados; representantes de atendimento ao cliente; caixas do setor de varejo; e operadores de telemarketing. Veja bem: 2030 está aí, estamos falando de um prazo de cinco anos.

Contudo, nem tudo está perdido. Aliás, muito longe disso. Ao mesmo tempo em que a tecnologia, em especial a IA, chegou para transformar diversos campos da sociedade, entre eles o de trabalho, ela também traz uma série de oportunidades. Cabe a nós

observarmos os novos contextos e nos ajustarmos a eles.

Por exemplo, notícia recente publicada no [Estadão](#) destaca o otimismo do cofundador da Microsoft, Bill Gates, em relação ao impacto da inteligência artificial (IA) no mercado de trabalho. O texto pontua três áreas que, segundo o filantropo, não serão substituídas pelas máquinas: energia alternativa, biociências da saúde e desenvolvimento de IA.

O que esses setores têm de especial? Demandam características essencialmente humanas como pensamento crítico, capacidade de resolução de problemas, empatia, criatividade, comunicação e resiliência.

O que esses setores têm de especial? Demandam características essencialmente humanas como pensamento crítico, capacidade de resolução de problemas, empatia, criatividade, comunicação e resiliência.

Nessa linha, outras profissões que conhecemos e que devem seguir firmes em tempos de IA são aquelas que demandam trabalhos manuais qualificados, como eletricitistas, encanadores e carpinteiros; a de gerente de recursos humanos; e a de assistentes sociais. Isso não significa, contudo, que esses profissionais podem ficar tranquilos e

não se atualizarem. Em toda e qualquer área, em breve não haverá mais espaço para quem ficou defasado nas técnicas e práticas do século 20.

Dito isso, vale destacar que a inteligência artificial está trazendo com ela a demanda por profissões até há pouco tempo impensá-

veis. Por exemplo, ainda que engenharia seja uma das áreas mais tradicionais, a novidade fica por conta dos engenheiros de machine learning, responsáveis por criar e treinar os modelos computacionais para a realização de tarefas específicas. Outra profissão promissora é a de designer de prompt para IA. Por mais que a operação de ferramentas como o Gemini e o ChatGPT seja simples, um prompt (ou comando) correto é capaz de trazer retornos muito mais acurados. Entre os novos profissionais que o mercado vai demandar cada vez mais ainda estão os especialistas em ética de IA e os curadores de informações para IA.

Como se vê, os apontamentos do Bill Gates não se tratam de um exercício de futurologia. Pelo contrário, estão fundamentados no já antigo debate sobre a importância do desenvolvimento das soft skills nos indivíduos. Seja para se manter em um mercado em profunda transformação, seja para se reinventar para as novas profissões, as habilidades comportamentais são a chave para seguirmos sendo necessários e tendo larga vantagem em relação a máquinas cada vez mais inteligentes, mas limitadas de sensações, percepções e criticidade.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 28 de outubro de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.

EAD e IA: caminhos para uma educação superior inovadora

“A educação não pode ficar de fora de toda essa transformação que vem acontecendo no mundo”. De forma bem resumida, essa foi a tônica da entrevista que concedi recentemente ao CB.Poder, programa da TV Brasília em parceria com o jornal Correio Brasileiro. Com uma pauta ampla, focada no cenário de profundas mudanças vividas pela educação superior brasileira, a conversa teve dois pontos de destaque: a aplicação da inteligência artificial (IA) ao contexto educacional e a expansão da educação a distância.

Conduzida pelas jornalistas Sibeles Negromonte e Carmen Souza, a entrevista foi um espaço privilegiado de esclarecimento sobre temas que têm ocupado em grande medida a agenda do setor nos últimos tempos, mas também sobre a diversidade e a relevância do setor privado de educação superior brasileiro.

Em relação à utilização da IA, foi interessante exemplificar usos que vão muito além do auxílio de chatbots para a realização de trabalhos pelos alunos ou de avaliações pelos docentes. Muita gente ainda não sabe, especialmente aqueles que não estão inseridos no universo da educação, que a inteligência artificial possui enorme potencial para personalizar a experiência do aluno, identificando suas dificuldades e permitindo uma abordagem mais adaptati-

va no processo de ensino e aprendizagem. Ferramentas baseadas em IA já são capazes de prever quais estudantes têm maior risco de evasão ou necessitam de suporte adicional, possibilitando intervenções mais eficazes por parte dos educadores.

Também pude desmistificar uma preocupação que muitos professores têm sobre o impacto da IA em sua profissão. Ressaltei que a tecnologia não substituirá o educador, mas ampliará o seu papel. Isso porque o uso de modelos preditivos e de aprendizagem adaptativa fornecerá mais ferramentas para que os professores atuem como mentores, guiando os alunos de forma mais individualizada e eficiente

A IA tem tudo para ajudar a flexibilizar as trilhas de aprendizado e aprimorar a qualidade da educação sem comprometer a essência da relação professor-aluno.

A IA tem tudo para ajudar a flexibilizar as trilhas de aprendizado e aprimorar a qualidade da educação sem comprometer a essência da relação professor-aluno.

Além disso, reafirmei minha posição de que a educação deve acompanhar as mudanças da sociedade e da tecnologia. Não podemos temer a inovação. Pelo contrário, devemos utilizá-la para fortalecer nosso ensino superior. Nesse sentido, tanto a

nova regulamentação da educação a distância, que está prestes a ser publicada pelo Ministério da Educação, quanto a incorporação da inteligência artificial são passos fundamentais para garantir que a educação brasileira continue evoluindo e atendendo às demandas contemporâneas.

Por falar em EAD, a rápida expansão verificada nos últimos anos foi outro aspecto abordado. Enfatizei sua importância para democratizar o acesso à educação superior, especialmente em municípios que não têm condições de receber uma faculdade presencial. O resultado é que, hoje, mais da metade dos estudantes matriculados na educação superior estão na modalidade a distância, o que demonstra o impacto positivo desse modelo.

Nesse sentido, deixei claro que é grande a expectativa das instituições pelo novo marco regulatório que está sendo desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC). Como representantes do setor educacional, tivemos a oportunidade de nos posicionar em alguns momentos, como nas reuniões do Conselho Consultivo da CC-Pares. Contudo, ainda não sabemos em que medida o resultado final levará em conta as nossas contribuições.

Uma das propostas mais relevantes diz respeito à formalização do formato semipresencial, combinando elementos do ensino presencial e a distância. Esse modelo híbrido permitirá uma experiência acadêmica mais completa e alinhada às necessidades dos estudantes e do mercado de trabalho. Além disso, o MEC também definirá quais cursos poderão ser oferecidos integralmente a distância e quais precisarão manter componentes presenciais obrigatórios. Precisamos considerar o mundo digital em que os jovens estão inseridos. Não podemos adotar um modelo educacional que ignore essa realidade. Ao contrário, devemos aproveitar a tecnologia para tornar a aprendizagem mais dinâmica, acessível e atrativa.

Por fim, mas não menos relevante, conversamos sobre a valorização da educação superior como um fator determinante para a empregabilidade e o desenvolvimento profissional. No Brasil, os dados mostram que possuir um diploma universitário ainda repre-

senta uma vantagem competitiva no mercado de trabalho, garantindo melhores oportunidades e salários mais elevados. Precisamos reforçar essa percepção e incentivar os jovens a investirem em sua formação acadêmica.

Em resumo, a entrevista foi uma excelente oportunidade para esclarecer esses temas e reforçar o compromisso do setor privado com um ensino superior mais acessível, inovador e de qualidade. Agora, cabe a nós, gestores, educadores e formuladores de políticas públicas, trabalharmos juntos para construir um futuro educacional que respeite a tradição, mas que também abrace as novas possibilidades que a tecnologia nos oferece.

Artigo publicado no [ABMES Blog](#) em 24 de março de 2024.

[Confira o vídeo](#) sobre este artigo.



ABMES[®]

**Associação Brasileira de Mantenedoras
de Ensino Superior (ABMES)**

SHN Quadra 01, Bloco F, Entrada A, Conjunto A, 9º andar
Edifício Vision Work & Live, Asa Norte – Brasília/DF

CEP: 70.701-060

Telefone: (61) 3961-9832

www.abmes.org.br